

EXPLOÇÃO DAS MASSAS

BRASÍLIA - DF - BRASIL

EXPLOÇÃO DAS MASSAS

Jota Alcides

Síntese de um Brasilem alta tensão

Copyright by Jota Alcides - 1993
Capa: Kácio
Diagramação: Sílvio Affonso

ALCIDES, Jota - Explosão das Massas, síntese
de um Brasil em alta tensão. Brasília,
Horizonte Editora. 1993. 142 páginas.

Todos os direitos reservados ao autor

Editor: Geraldo Aguiar de Vasconcelos
Marca editorial em 1993:
Um milhão, quatrocentos e um mil exemplares

Horizonte Editora Limitada
SIG - Quadra 04 - Nº 327
Telex: (61) 4297 - Fax: (61) 3321-8823
Telefones: (61) 3223-2400 - 3223-2450
Brasília - DF - Brasil

“O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela. E cada um deve, segundo as suas forças físicas e morais, administrar em benefício da mesma, os conhecimentos, ou os talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. O indivíduo que abrange o bem geral de uma sociedade vem a ser o mais distinto dela: as luzes, que ele espalha, tiram das trevas ou da ilusão aqueles que a ignorância precipitou no labirinto da apatia, da inépcia e do engano. Ninguém mais útil, pois, do que aquele que se destina a mostrar, com evidência, os contencimentos do presente e a desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas públicas, quando estes, munidos de crítica sã e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões do passado e as sólidas conjecturas sobre o futuro”.

*HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA
(Fundador do **Correio Braziliense**)*

Londres, 1 de junho de 1808

DEDICATÓRIA - *Aos jornalistas brasileiros que, no exercício do princípio democrático da liberdade de expressão e de sua responsabilidade social, defendendo os interesses da Nação, cumpriram papel relevante, fundamental e decisivo para histórica virada de página que mostrou ao mundo um Brasil de cara nova, exibindo as cores fortes da ética e da dignidade.*

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	13

I. TENSÃO E APREENSÃO

1. Sem pressões nem imposições	19
2. Candente estrela cadente	21
3. Collor e o fio de Ariadne	23
4. O impacto do pacto	25
5. Eleição sem emoção	27
6. Silenciosa rebelião das massas	29
7. Políticos, urnas e turbas	31
8. Entre Hobbes e Locke	33
9. Rochedo de Sísifo	35
10. Engravatados e descamisados	37
11. Ad augusta per angusta	39
12. A reforma política	41
13. O drama e a salvação	43
14. No país das incertezas	45
15. Pacto sem choque	47
16. O tempo é senhor da razão	49
17. Em busca do tempo perdido	51
18. A cultura da esperteza	53
19. Collorido ou brizolado?	55
20. Um choque de futuro	57

II. DECEPÇÃO E DEPRESSÃO

1. A face da recessão	61
2. Pacto de solidariedade	63
3. Atravessando o Rubicão	65
4. Síndrome de Buridan	67
5. Acorda Brasil	69
6. Olhares da Nação	71
7. Batalha dos aposentados	73

8. Luzes de esperança	75
9. Bravura dos aposentados	77
10. Revolução pela moralidade	79
11. O teste de Magri	81
12. Traição de sonhos	83
13. Expulsos do paraíso	85
14. Collor e a imprensa	87
15. Alerta dos Guararapes	89
16. Túnel da recessão	91
17. Além dos quartéis	93
18. Pacto contra recessão	95
19. Pedras no caminho	97
20. Império da corrupção	99

III. REAÇÃO E EXPLOSÃO

1. Guilhotina de Hume	101
2. Legalidade democrática	103
3. A força do Congresso	105
4. Brasil esperançoso	107
5. Emergência brasileira	109
6. Papel histórico	111
7. Silêncio de sabedoria	113
8. Alea jacta est	115
9. Explosão das massas	117
10. Gesto de generosidade	119
11. O Brasil tem pressa	121
12. A força da cidadania	123
13. Brasil tem cara nova	125
14. União pelo novo Brasil	127
15. O Brasil de Itamar	129
16. Fronteira de tensões	131
17. Tensões de transição	133
18. O relâmpago krause	135
19. Ordem e Progresso	137
20. Feliz Brasil Novo	139

Apresentação

Muito tensos e agitados. Assim serão sempre lembrados os anos de 1990, 1991 e 1992 na história política do Brasil. O primeiro presidente da República eleito democraticamente, após 20 anos de regime militar, Fernando Collor de Mello, assumiu tendo o apoio entusiástico da maioria do povo brasileiro. O País estava cheio de esperança e confiança nas mudanças radicais prometidas em campanha disputadíssima.

Mas, logo, a vibração tornou-se decepção. Paradoxalmente, a bandeira de vitória eleitoral no novo presidente, sintetizada na luta contra a corrupção no serviço público acabou sendo rasgada vergonhosamente por gigantesco esquema de tráfico de influência e de abuso de poder, montado dentro do Governo e ligado diretamente ao Palácio do Planalto. Com a explosão de denúncias, sujando o nome do Brasil no exterior, a Nação estarecida resolveu mudar o curso da história.

Mobilizada e indignada, ocupando as ruas, a sociedade brasileira pressionou o Congresso e foi o principal agente de inédito processo político: conseguiu tirar do poder, de forma legítima e legal o presidente que havia eleito, sem praticar violência ou tumulto, sem proporcionar ruptura institucional, dando ao mundo uma lição de amadurecimento político.

Do ponto original ao ponto terminal desse processo, os historiadores brasileiros cuidarão com riqueza científica e adequada investigação, mostrando sua verdadeira dimensão de gravidade na história nacional. Contarão, para isso, com fartíssimo material de cobertura jornalística, de apuração política, de investigação

policial e de testemunhas que resolveram fazer arquivos, documentar suas denúncias ou até produzir livros. Como se trata de um período que mexeu com os nervos da Nação, em torno dele existe e existirá um interesse geral permanente.

Quais foram os principais impactos e efeitos desse período sobre o comportamento coletivo da sociedade brasileira? É exatamente deste ponto que cuida o jornalista e escritor Jota Alcides. Mesmo alegando ausência de pretensão de análise política ou de avaliação histórica, Jota Alcides nos apresenta, neste seu novo livro “EXPLOSÃO DAS MASSAS: SÍNTESE DE UM BRASIL EM ALTA TENSÃO”, uma ampla reflexão sobre as apreensões e as reações da sociedade, exibindo um autêntico painel social dessa fase confusa e marcante na vida brasileira.

Diplomado em comunicação social, Jota Alcides escreve como observador de visão sociológica e antropológica e, em alguns momentos, deixa registrada, com nitidez, sua visão psicossociológica. É um apaixonado pelos fenômenos de massa e na condição de jornalista e escritor tem procurado desenvolver o exercício de analista social. O sucesso desse exercício aparece nos seus primeiros trabalhos publicados.

Em “PADRE CÍCERO - O PODER DE COMUNICAÇÃO”, ao lado do fenômeno de massa expresso nas romarias do Nordeste e de outras partes do País e avaliado sob o prisma da prática comunicativa, destaca-se a abordagem quanto ao relacionamento entre sociedade e religião.

Em “COMUNICAÇÃO & LINGUAGEM DAS MASSAS”, ao mesmo tempo em que faz profunda reflexão e cuidadosa análise crítica sobre o papel dos meios de informação e suas influências no comportamento coletivo, Jota Alcides mergulha, prospectivamente, no estudo dos fatores que movimentam a relação entre sociedade e comunicação. É um estudo fascinante.

Agora, neste seu novo livro que a Horizonte Editora tem o prazer de lançar, Jota Alcides trata das relações entre sociedade e poder. Em “EXPLOÇÃO DAS MASSAS”, os leitores encontrarão as palpitações e as reações dos brasileiros diante do conturbado Governo Collor, expostas e analisadas em artigos publicados no CORREIO BRAZILIENSE entre 1990 e 1993.

Como se tivessem sido previamente programados, os temas abordados e as interpretações de cada instante das trepidações do poder em choque com o interesse popular, refletem, numa sequência surpreendentemente ordenada, as tensões, as apreensões, as decepções, as mobilizações e, finalmente, a explosão das massas, culminando com o impeachment presidencial, fato que serviu para restaurar a credibilidade política do Brasil no exterior.

Certa de que está publicando um trabalho relevante para o maior entendimento de complexo e tumultuado momento político da vida brasileira, a Horizonte Editora deseja aos leitores o melhor proveito possível. Que se enriqueçam e se deliciem com a análise e o estilo de Jota Alcides, cearense por nascimento e pernambucano por formação, talvez mais precisamente um “caririense recifensizado” como ele próprio se define. Caririense é o cearense nascido na região meridional do estado, o verdejante, fértil e próspero Vale do Cariri, que tem reconhecidas vinculações culturais e históricas com Recife e Pernambuco.

Jota Alcides é um caririense, com a sensibilidade e o humanismo de muitos nordestinos de sucesso no jornalismo e na literatura do Brasil.

Geraldo Vasconcelos
O editor

Brasília, julho de 1993

Prefácio

Nome: José, Jota, poderia ser Severino. Nordestinado, como diria o poeta Marcus Aciolly: uma espécie do gênero nordestino desesperançado.

Profissão: retirante. Poderia ser um sobrevivente do sonho desfeito, como um dos muitos passageiros do pau-de-arara do desespero. Mas não é.

Naturalidade: filho de uma nação chamada “ceabuco” (mistura de espírito cearense, em diáspora permanente, com a vocação guerreira pernambucana), Jota Alcides, parecido com o general romano, veio (com o corpo todo e a alma partida), viu (com os olhos da sensibilidade), venceu (com o farol da razão) e continua vencendo (com o trabalho incansável e lúcida inteligência). Trocou o diploma de retirante pela profissão de escrever bem. O que é diferente de possuir o certificado de jornalista. Para trás, ficou enterrado no chão da província um coração cheio de saudade, que bombeou de oxigênio uma renovada cabeça metropolitana, o que veio dar forma a uma interessante anatomia da cosmovisão.

A sua cosmovisão apreendida, também, da atenção aos livros e extraída do esforço dedicado ao batente fertilizou o seu “COMUNICAÇÃO & LINGUAGEM DAS MASSAS” onde Jota Alcides retira da criadora tensão dialética do plano universal e particular traços marcantes da sociedade contemporânea. Denuncia,

atualizadíssimo pelo filósofo francês Michel Serres na advertência de que “o homem não pode se limitar a uma cultura midiática”. E o plano mais particularizado identifica neste país polarizado de ricos e pobres, “o poder de controle de fluxo de informação no Brasil. O Sul-Sudeste faz o lead e o Nordeste entre no sublead do Brasil”.

Em “PADRE CÍCERO - O PODER DA COMUNICAÇÃO” encarou o polêmico sacerdote como um fenômeno de massas, sem perder de vista o conteúdo político e evangelizador de sua mensagem. Ao Padre proscrito pela hierarquia curial, reconheceu-lhe o mérito de antecipar-se a Puebla e Medellin, quando buscou construir “um cristianismo mais do povo do que dos doutores”.

O que se percebe na sua obra, não é apenas a análise do poder de persuasão e convencimento do líder de massas, mas “a inovadora relação entre a Igreja e o povo, com o povo fazendo a própria Igreja num processo de integração e participação com reciprocidade”, tendo dado ênfase na observação de que “essa nova Igreja surgida da energia do próprio povo causou estranheza às autoridades eclesiásticas e às elites dominantes”.

Os olhos do autor estavam bem abertos ao fato político atrelado ao impressionante carisma do Padre Cícero que usou a simbologia adequada para “converter o valor passageiro em valor duradouro, custodiado na mansão do tesouro da cultura”.

Pois, foi com olhos abertos e argutos de quem “lê dentro dos fatos” que Jota Alcides faz a crônica política da era Collor, no seu livro, ora lançado: “EXPLOSÃO DAS MASSAS: SÍNTESE DE UM BRASIL EM ALTA TENSÃO”.

De cena política, analisou os seus componentes estruturais, o processo histórico, a liderança e o estado da massa - a que elimina a precibilidade da expressão jornalística.

Ao examinar o processo histórico, não perdeu de vista a longa, penosa e acidentada transição política. A mais singular das transições registradas pelos povos que saíram do pólo do autoritarismo para a consolidação do poder democrático. O Brasil que está no meio do caminho convive com o que Weffort chama de “democracia inconclusa”. Nesta linha, o autor aponta um dos dilemas da atualidade brasileira que é o de optar entre Locke e Hobbes, ou seja, entre a ampliação ou a restrição do espaço garantido às liberdades públicas definidas pela maior ou menor taxa de compulsoriedade exercida pela extensão do tamanho do Estado.

De outra parte, não foge à acuidade analística do autor o fato de que o bem da democracia, tão pouco afeito ao lado de baixo do Equador, sofre o bombardeio impiedoso da impunidade, da ampliação da miséria, dos efeitos desmoralizantes da corrosão da moeda, bem como se solidifica, em contrapartida, no clima de respeito à ética, na menor distância entre pobres e ricos e na disseminação da educação como suporte da estabilidade política e da justiça social.

Da liderança interpretada por Collor, o autor compreendeu, diante de um “outsider” da política; um prestidigitador do populismo eletrônico sem maiores compromissos com o destino das instituições. Neste sentido, o artigo “Engravatados e descamisados” sublinha “o oportunismo do marketing pessoal” ao tempo em que afirma: “o presente não pertence somente aos desventurados, desnudos, famintos e miseráveis que não devem ser excluídos. Democracia, sabe-se, é o regime de conviência dos contrários e não da exclusão”. De fato, o tempo mostrou que seria senhor da razão e o presidente vítima de sua própria profecia sloganizada.

Finalmente, o livro de Jota Alcides capta o oscilante estado psicológico das massas. Um estado lábil. Uma ciclotimia própria da adolescência que alterna, frequentemente, fazes de euforia e de depressão.

Na verdade, este tem sido o roteiro deste coletivo amorfo de indivíduos em diversos episódios do processo político. Foi motivo de euforia, por exemplo, a inesquecível mobilização popular que clamou pela devolução da prerrogativa de escolher diretamente o presidente da República, seguida de profunda depressão por conta da surdez dos representantes da sociedade no Congresso Nacional. Não foi diferente também o ânimo da nação brasileira quando sepultou com Tancredo Neves a simbologia de uma luta cívica. Depois, veio o ato final da tragédia política brasileira: a profunda decepção causada pela fraude às esperanças populares que o presidente Collor cometeu ao se desviar do indeclinável zelo ético no trato com o bem público.

Paradoxalmente, o que anima é que este coletivo é cada vez menos massa e, portanto, menos amorfo, e cada vez maior povo; cada vez menos formado por indivíduos e cada vez mais constituído por cidadãos.

O sopro transformador e o fermento do crescimento vieram do sofrimento cívico e da frustração social. O impeachment do presidente Collor refletiu um notável amadurecimento democrático, posto que, dentro do espaço da legalidade e da normalidade institucional, o Congresso Nacional, desta feita, não fez ouvidos moucos à explosão social de indignidade. E foi assim que a massa explodiu em povo. O povo assumiu a configuração da sociedade organizada e se constituiu em sujeito da história. Não dá mais pra ignorar que este país, que sempre foi uma construção “de cima para baixo”, é hoje uma reconstrução “de baixo para cima” com “o retorno às ruas de velhos e jovens, com bandeiras de protesto, muita energia e entusiasmo, e a mais forte e incontestável demonstração de que há uma reconquista da cidadania”.

Gustavo Krause

Brasília, maio de 1993

I. Tensão e apreensão

Sem pressões nem imposições

“O Brasil precisa da união de seus filhos para superar a crise”. Esta foi uma das primeiras declarações públicas do presidente Fernando Collor, logo após proclamado o resultado da eleição do ano passado, ainda sob o impacto da vitória. E ao assumir o governo, o Presidente reforçou o apelo à união porque o violento choque promovido para tirar o Brasil do caos econômico iria exigir, como exigiu e está exigindo, o sacrifício e a participação de todos.

Consciente disso, o Presidente empossado passou da retórica à prática. Foi assim que patrocinou articulações de seus principais ministros, em maio, com o objetivo de um entendimento entre empresários e trabalhadores, tendo em vista o combate firme e severo à inflação. Embora todas as tentativas de pacto ou entendimento, como queiram, ao longo do governo Sarney, tenham sido fracassadas, Collor procurou o mesmo caminho.

Por quê? Estava confiante na legitimidade do seu mandato popular, conferido por 35 milhões de brasileiros e na sólida aprovação de 80 por cento da opinião pública ao seu plano de estabilização econômica. Mas, o resultado, todos se recordam. O pacto tão desejado fracassou, mais uma vez.

Existem, então, agora, razões e justificativas para crença na possibilidade de êxito nessa nova tentativa de entendimento ou acordo nacional diante da expectativa de uma inflação ascendente?

É compreensível que alguns dirigentes empresariais estejam em dúvidas porque a idéia de pacto só pode ser construída em cima de programas e compromissos duradouros. Da mesma forma, os líderes sindicais sempre encaram esse tipo de iniciativa com ceticismo, imaginando que os trabalhadores só são chamados para

o diálogo quando os planos econômicos estão fracassando ou, como dizem quando a coisa está ficando preta.

É importante ressaltar, entretanto, que são favoráveis as condições atuais para o entendimento. Primeiro, porque, embora esteja em nível acima do projetado pelo próprio Governo, algo em torno de 12 por cento ao mês, a inflação se apresenta praticamente estabilizada. Depois, com as crescentes taxas de desemprego dos últimos meses, todos estão conscientes de que se permanecerem as resistências ao ajuste econômico ou se houver conturbação que afete a produção e o mercado, como uma explosão de greves, poderão se ampliar as dificuldades que jogarão o País no perigoso terreno da recessão profunda, onde todo mundo será derrotado.

Além disso, o Governo tem uma posição serena diante da realidade e das expectativas. Sem ansiedade para fechar um acordo, promete não fazer um acordo, promete não fazer pressões nem aceitar imposições. E quer somente que haja uma trégua dos empresários e dos trabalhadores quanto às remarcações de preços e às reivindicações salariais, respectivamente. Em compensação, propõe inovações modernizantes, como a participação dos empregados nos lucros das empresas, para tornar o capitalismo brasileiro mais ágil, produtivo e eficiente.

Tudo isso é estimulante e projeta possibilidades concretas, se não para um pacto social, como seria ideal para o País, pelo menos para um acordo temporário. Evidentemente, existem conflitos de interesses e a convergência de aspirações e propostas é difícil. Por isso mesmo, sem alimentar ilusões, mas como transparência, o fundamental é que, em torno da mesa de negociações, sejam rompidas as barreiras da desconfiança, das acusações, das recriminações e das imposições. Somente assim será possível qualquer avanço na direção de um acordo nacional.

CB, 06-09-1990

Cadente estrela cadente

Existe um fenômeno nesta campanha eleitoral, que se desenvolve no País interior, que está exigindo explicações mais profundas, se possível até mesmo através de fundamentos da ciência política: o desempenho do PT. Nem os principais dirigentes do Partido dos Trabalhadores estão entendendo ou conseguindo captar, com precisão, o que se esconde por trás da apatia e do abatimento da famosa e aguerrida militância petista.

É realmente estranho, no mínimo curioso, que o PT do carismático ex-metalúrgico Luiz Inácio da Silva, que por pouco não é hoje o presidente da República, após ter conquistado, mais de 30 milhões de votos no ano passado, esteja exibindo uma performance inexpressiva na maioria dos estados, na sucessão de governadores. Em alguns casos, como Brasília e São paulo, respeitáveis redutos eleitorais petistas, o fenômeno chega a ser mais do que surpreendente, é intrigante.

Como líder nacional do PT, que costuma fazer sinceros exercícios de autocrítica partidária, Lula já andou ensaiando uma justificativa: “O povo não está conseguindo entender a mensagem petista. O PT tem que acertar a sua comunicação com o povo”. Será só isso? Pode até ser isso também. Mas, a colocação desse aspecto como problema central parece uma avaliação equivocada.

Há outras explicações mais convincentes. Uma delas é que nas atuais eleições não existe o confronto ideológico. Os eleitores manifestam-se despreocupados com a questão esquerda ou direita. Certamente, a derrubada de muros no Leste europeu muito contribuiu para esfriar o entusiasmo pelo socialismo.

Mesmo porque há muita confusão, entre os eleitores brasileiros que interpretam o socialismo europeu e o comunismo como

sendo a mesma coisa. O esforço didático das esquerdas nas últimas campanhas políticas não foi suficiente para resolver essa dicotomia.

Deve-se considerar, ainda, o fato de que o PT foi submetido ao longo dos anos a uma crescente estratificação de tendências. E nem sempre foi possível ao comando nacional petista obter êxito na harmonização de conflitos internos do partido, facilmente afetado, no julgamento público, pelo estigma do radicalismo.

Tem mais e muito mais. Provavelmente, os principais responsáveis pelo abatimento do PT nesta campanha eleitoral sejam exatamente o presidente Fernando Collor, a ministra da Economia, Zéli Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. Os três são protagonistas e condutores de um revolucionário plano de estabilização econômica. Um plano que, efetivamente, deixou a direita irritada e a esquerda perplexa. Ainda tem muita gente tonta buscando o rumo do dinheiro.

E para decepção do PT, milhões de ex-eleitores de Lula também estão aprovando o plano econômico. Com o sucesso do plano de Collor, Zélia e Eris, o que ficou inviável foi o PT utilizar as eleições atuais como plebiscito. De qualquer forma, há tempo ainda de o PT proporcionar emplacação, com aquele pique de chegada e evitar o fiasco desenhado. Quem sabe, até o final desta campanha, a estrela do PT pode voltar a brilhar fulgentemente. Afinal, a política, segundo Bismarck, o estadista prussiano, não é ciência exata. Pelo contrário, quase sempre está aprontado surpresas.

Collor e o fio de Ariadne

Quando assumiu o Governo, há seis meses, em 15 de março, o presidente Fernando Collor, em seu pronunciamento de posse, diante de uma Nação economicamente traumatizada, mas cheia de esperança, grifou: “Vamos ferir de morte o nosso principal inimigo, a inflação”.

Como? Na própria expressão presidencial, como uma arma de uma bala só, porém, violenta: um programa arrojado que deixou o País em choque e virou a economia pelo avesso.

Para vencer ou vencer, como prometeu Collor entrou numa luta com a obstinação exigida pelo gigantismo do desafio e jogou pesado. Bloqueou o dinheiro de todo mundo, indiscriminadamente. Acabou a indexação automática de salários e preços, deixando empresários e trabalhadores irritados. Fez uma reforma administrativa, sem precedentes na história brasileira, demitindo milhares de servidores. Atacou o déficit público, iniciando a reorganização das finanças do Governo. E partiu para um forte aperto monetário, enxugando ainda mais o mercado. Uma revolução que mexeu com a cabeça, com o corpo, com o bolso, com as idéias e com o comportamento dos brasileiros.

Com o povo absolutamente sem dinheiro, o que podia ter acontecido? Exatamente o que aconteceu, segundo a lógica da ciência econômica: queda do consumo, redução de vendas, retração comercial e momentâneo desaquecimento do sistema produtivo. Tudo consequência natural do impetuoso choque para reorganização da economia e para tirar o Brasil do sufoco em que se encontrava, após tantos e mirabolantes planos fracassados.

É verdade que, por conta desses fracassos seguidos, representantes das elites permanecem agindo com cepticismo e lideranças do sindicalismo ainda exibem alguma intransigência. Mas, até nesse sentido, há avanços. E, embora a luta contra a inflação

seja muito dura, complicada, exaustiva, reclamando persistência e resistência, importantes resultados já foram conquistados. O maior deles: o Brasil escapou da hiperinflação.

Quase como Teseu, personagem semi-histórico, semi-lendário, guiado no labirinto de Creta pelo fio de Ariadne, Collor fez do plano econômico da ministra Zélia Cardoso a sua tocha para romper a escuridão de dificuldades que encontrou e ferir; mortalmente, o minotauro que estava arrasando o povo brasileiro, já em pânico com a superinflação de 84 por cento ao mês. O monstro foi certamente atingido e, se não morreu, está com sua força mental reduzida para 12 por cento, sob controle, e temporariamente domado.

Entretanto, é fundamental, agora, que esse minotauro econômico não se levante, recupere, energias e volta alimentado pelo que Collor já identificou como “vícios, erros e hábitos cristalizados de uma cultura inflacionária”.

Para evitar isso, a alternativa serena e inteligente é a união de forças, visado aos necessários ajustes no plano econômico através do entendimento. Somente um pacto entre Governo, empresários e trabalhadores poderá livrar o Brasil de uma situação grave e trágica na sua economia, pois se a inflação retornar, trará consigo agora o drama de uma recessão profunda. O País ficará sob o risco de ser lançado no abismo de uma estagnação ou esta-flação, com terrível depressão.

Essa hipótese precisa ser afastada. Os ressentimentos políticos e ideológicos devem ser deixados de lado. O esforço e o sacrifício empenhados pelo povo brasileiro não podem ter sido em vão. O entendimento é impreterivelmente necessário para o Brasil, com a inflação definitivamente derrotada, possa seguir, firme e seguro, sua trajetória de recuperação. O pacto, agora, é o fio de Ariadne que pode orientar e garantir a saída da obscuridade econômica e colocar o País no rumo da modernidade.

CB, 20-09-1990

O impacto do pacto

Estão os dados lançados. O clima é propício. Como surpreendentemente caíram os muros do stalinismo no Leste europeu, também aqui caíram os muros de rancores e ressentimentos erguidos ao longo da campanha de 1989. E, meditadamente, parecido um César ao transpor o Rubicão, Jair Meneguelli, o combativo presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT, subiu a rampa do Palácio do Planalto. Lá encontrou não um Pompeu armado para o duelo, mas o presidente da República, Fernando Collor, sem prevenção e sem preconceitos, aceitando negociar tudo, para possibilitar o pacto nacional.

Certamente, o encontro Collor-Meneguelli, havido em 19 de setembro, ainda exigirá algum tempo para produzir consequências concretas. De qualquer forma, já é tido como um fato histórico. Deu-se o rompimento da intransigência, que cedeu à tolerância. De um lado, o Governo abriu mão do condicionamento anterior de limitar as exigências sindicais. De outro, a CUT superou as tentações da radicalização e soube dizer sim no lugar do rotineiro não.

Extremamente valorizado pela atmosfera que dominava o cenário nacional desde o início de agosto, o encontro foi, também, um contraponto aos tenebrosos presságios de um setembro negro, sacudido por violenta explosão social, com uma onda avassaladora de greves. Que implodiriam o plano de estabilização econômica, ressuscitando a inflação e impedindo o desejado entendimento entre o Governo, empresários e trabalhadores.

Exagero de pessimistas? Não. O problema é que a idéia de pacto social somente foi levada a sério no País, anteriormente, com Tancredo Neves, ainda na campanha de 1984, preparando-se para disputar a Presidência, pelo Colégio Eleitoral. Ele queria dotar o Brasil de força para enfrentar a crise econômica, através da conciliação. Sua inspiração era a experiência espanhola do Pacto

de Moncloa, de outubro de 1977, competentemente articulado pelo então primeiro-ministro Adolfo Suarez.

Com a morte de Tancredo, que magistralmente havia encarnado o sentimento abrangente do pacto, frustraram-se os acordos prévios. E seu substituto na Presidência, José Sarney, apesar de muitas tentativas, não obteve êxito. Seguidos planos econômicos fracassados deixaram a idéia de pacto desmotivadora e sem credibilidade.

Essa jornada frustrante justifica a resistência inicial ao esforço do governo Collor de tentar o pacto. Para milhões de trabalhadores, especialmente os 18 milhões vinculados à CUT, pacto passou a ser interpretado como conversa fiada, encenação ou farsa mesmo.

Foi preciso que chegasse o setembro, que agora, termina, para o sindicalismo nacional constatar que o Brasil de hoje não é mais o Brasil da ditadura, nem o Brasil da Nova República. Mudaram os tempos e com eles estão mudando hábitos, práticas políticas e valores. E agora existe estabilidade econômica. Essa onda de mudanças atingiria, inevitavelmente, como está atingindo, o sindicalismo.

Por isso, o atento Luís Inácio da Silva, presidente do PT, braço político da CUT, exibiu lamentos e preocupações com os blecautes de agosto que paralisaram Salvador, Rio, Brasília e Goiânia. Consequência de sabotagem, vandalismo, cumplicidade, omissão ou eventualidade, o certo é que os blecautes nada ajudaram politicamente ao PT ou à CUT.

Tudo isso contribuiu, decisivamente, para a reviravolta. O setembro negro não foi nem mesmo cinzento. Foi até azul; com Meneguelli estendendo a mão à mão estendida de Collor. Aí, acredita-se, como acreditava Cervantes, que, “nas coisas grandes e duvidosas, a maior dificuldade está no princípio”, já há mais razões seguramente o Governo, sem titubear, usará algum instrumento novo de impacto para manter a economia em ordem.

CB, 27-09-1990

Eleição sem emoção

Desde 1974, com a anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, nunca uma eleição no Brasil foi tão desinteressante, apática, fria e sem emoção quanto esta realizada ontem para escolha de governadores, deputados e senadores. Com poucas exceções, casos do Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre, que mostraram alguma efervescência, em todo o País as campanhas acabaram chegando às urnas sem aquele contágio esfuizante de outras jornadas eleitorais.

Quem não se lembra da eleição de 1978, com os brasileiros protestando nas urnas, contra o regime militar, e reclamando abertura política? E da contestação de 1982, com a eleição de governadores da oposição em importantes estados? E da vibração de 1986, alimentada pela ilusão do Plano Cruzado? E do novo protesto do eleitorado de 1988, na eleição de prefeitos, com a frustração do Cruzado? E do apaixonante confronto ideológico de 1989, com a disputa entre Fernando Collor e Luiz Inácio da Silva, na eleição presidencial?

Essas eleições todas marcaram muito a recente história do Brasil porque envolveram o povo, emocionalmente, e mexeram com as aspirações coletivas da Nação. Desde a memorável campanha das Diretas Já, de 1984, que produziu, incontestavelmente, a maior mobilização popular da história brasileira, reanimando o adormecido espírito cívico nacional, as últimas eleições foram contagiantes demais.

Completam-se agora quatro eleições em apenas cinco anos. Será que os 84 milhões de eleitores brasileiros, depois de 30 anos sem o exercício saudável e democrático do voto, de repente, passaram a se sentir votando além da conta e ficaram enfasiados? Essa dúvida faz recordar a previsão quase escandalosa de 1979, quando o então presidente João Figueiredo, com seu jeitão sincero, ao sustentar que iria prender e arrebentar quem fosse contra a

abertura política, prometeu que o povo brasileiro teria “uma indignação de tanta democracia”.

Nem tanto. Há outras evidências. Como o desânimo total da classe média, afinal quem arrasta o povão. É fácil detectar o sentimento dominante entre os eleitores da classe média. Diante dos políticos, sentem-se, em sua maioria, traídos, enganados, frustrados e revoltados. Consideram, generalizadamente, que os políticos ou são omissos, ou corruptos, ou oportunistas ou demagogos. Externam pouca esperança.

Mais relevante, entretanto, é o fato de a mais recente campanha política ter revelado um amplo fracasso da pedagogia da qualidade eleitoral. O insistente debate ideológico dos últimos anos, com os chamados progressistas de esquerda tentando “desperat a consciência de operários e oprimidos ante patrões e opressores”, em confronto com os conservadores e liberais mostrando os perigos da subversão, não teve abrigo desta vez. E onde teve, seu resultado foi nulo.

Surpreendentemente, a resposta dos eleitores nas pesquisas, e provavelmente agora nas urnas, é desprovida de conteúdo ideológico. Nem mesmo a campanha de Leonel Brizola, no Rio, esteve fundamentada no discurso ideológico. Menos ainda a de Paulo Maluf, em São Paulo. Aliás, os dois, em posições políticas antagônicas, são exemplos significativos de que os eleitores de 1990 preferiram mesmo o discurso da experiência.

Sofrido e lutando pela sobrevivência, o povo resolveu apostar de novo em homens públicos já conhecidos, como Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, para atendimento aos seus anseios e necessidades básicos e imediatos. conclui-se que a pregação puramente ideológica parece ter chegado à exaustão. A esquerda até permanece cantando bem, mas já não entoa.

Silenciosa rebelião das massas

Cientistas políticos, sociólogos, psicólogos de massa e dirigentes partidárias já concordam que o País precisa, efetivamente, de uma urgente reforma política. Esta é a exigência do Brasil que foi às urnas no último dia 3 de outubro e exibiu um fenômeno agora em debate: a vitória dos ausentes e dos omissos, numa rebelião serena, porém, enérgica.

Aparentemente apáticos, os eleitores brasileiros foram potencialmente extremistas. Os números ainda não estão rigorosamente fechados, mas só as projeções causam estupefação: dos 84 milhões de eleitores, cerca de 30 a 35 milhões de abstiveram ou votaram em branco ou nulo na escolha de governadores, 40 milhões fizeram o mesmo em relação aos candidatos ao Senado e, aproximadamente, 50 milhões - isto mesmo, 50 milhões - deixaram de votar para deputados federais e estaduais.

Que Brasil é esse? Como explicar a natureza dessa rebelião em massa?

Quando desenvolveu o seu estudo prospectivo e analítico denominado “La rebelión de las masas”, publicado originalmente em folhetins no diário madrileno **El Sol** a partir de 1926, e depois transformado em obra intensamente consumida e prestigiada na Europa e nos Estados Unidos, Ortega Y Gasset firmou quase uma profecia. O fenômeno da rebelião das massas tem sido incessantemente crescente, como fato psicológico e como fato sociológico, sob o impulso de pressões econômicas ou políticas.

Embora o estudo do genial Gasset mergulhe numa questão prévia à política, pertence aos subterrâneos da política, como ele próprio diria, e é um roteiro seguro para se chegar ao entendimento das muitas inquietações, palpitações e motivações, existenciais

ou históricas, que produzem rebeldias das massas. Especialmente após o advento da cultura de massa, como se verifica no Brasil.

Primeiro, deve-se reconhecer que todos os fenômenos sociais ocorrem adequadamente ao estado de evolução ou transição da sociedade. Depois o homem-massa da sociedade de massa é um homem apressado, angustiado, orientado por abstrações se quase sempre disponível para usar uma simples máscara que esconda a sua verdadeira realidade. São indicadores para uma melhor interpretação dos movimentos de reação em massa na atualidade.

Evidentemente, tais movimentos dependem da proporção de insatisfações, dos meios de expressão política, do grau de consciência ou da ausência de consciência, das diferenças e das agressões que marcam as desilusões coletivas.

Muito provavelmente, tudo isso junto fez com que 50 milhões de brasileiros revelassem um enorme desinteresse pelo presente e pelo futuro do País. Um fenômeno extremamente preocupante e altamente prejudicial ao processo democrático, porque redutor ou comprometedor da representatividade dos eleitos e da própria legitimidade da eleição.

Enquanto o debate se aprofunda, uma verdade, porém, já aparece conclusiva. Frustrados e cansados de promessas políticas que nunca realizam seus projetos individuais de vida, esses milhões de eleitores brasileiros fizeram do ato de votar um ato de renúncia e de rebelião. Renúncia ao direito do voto, porque obrigatório, e rebelião em massa, contra a falta de representantes autênticos e sinceros de suas aspirações. Assim, expressaram, nas urnas, a estranha dualidade de insegurança e prepotência, que Gasset encontrou ao penetrar fundo na psicologia da sociedade de massa, realizando silenciosa e impressionante rebelião com a força de advertência histórica.

CB, 11-10-1990

Políticos, urnas e turbas

Cosa fatta capo ha. Esta advertência do imbatível Nicolau Maquiavel, na boca de um fidalgo florentino, tem sido uma permanente exortação aos políticos de todos os tempos e todos os matizes. “O que tem começo, tem fim” é e deve ser um indispensável lembrete, aos que fazem da política uma conquista de força influente e transformadora ou um meio para servir à causa pública, de que não se frustrem e não se anulem diante da vulnerabilidade temporal e da transitoriedade do poder.

Este sentimento de fim, depois de começos árduos e de trajetórias vibrantes, é o sentimento que está envolvendo, atualmente, muitos políticos de referência nacional, como Lysâneas Maciel, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Alencar Furtado, Cristina Tavares, Francisco Amaral, Paes de Andrade, Guilherme Afif, Plínio de Arruda Sampaio, Marcondes Gadelha e outros, tantos outros. Alguns deles historicamente festejados como rebeldes e ousados na luta contra o regime militar, tidos e havidos como autênticos democratas, agora estão sendo, forçadamente, afastados do plenário mais importante do País, o Congresso Nacional.

Desolados, desiludidos, decepcionados, perplexos e até magoados, muitos deles protagonistas da redemocratização nacional, agora experimentam o sabor amargo da rejeição ou do insucesso imposto pela recente campanha política. O que aconteceu com a turba eleitoral?

Para alguns, o povo esqueceu completamente dos que, nos difíceis e delicados dias de resistência democrática, fizeram de suas vozes as vozes da contestação. Para outros, no caso específico da esquerda, ela não evoluiu, não acompanhou as transformações sociais e deixou o seu discurso chegar à estagnação. E há os que acreditam numa pura e simples reprovação popular aos

políticos. Tremendamente desgastados. Entretanto, deve-se notar, há exceções e o severo julgamento das urnas acabou penalizando, igualmente, bons e maus políticos, responsáveis e omissos, honestos e demagogos.

Desta forma, expressivos políticos, de carreiras honradas e vitoriosas, estão sofrendo o impacto da derrota. Levarão muito tempo para compreender a apreender suas causas, enquanto terão que absorver e administrar os efeitos. Antecipadamente, porém, têm como conforto a verdade histórica de que perder ou vencer faz parte do embate democrático e é exatamente isso que desperta o maior fascínio. Até porque, a política, como entendia Winston Churchill, é quase tão excitante quanto a guerra. Com a diferença de que, na guerra a morte só ocorre uma vez e na política ela pode acontecer várias vezes, sendo possível a oportunidade do renascimento.

Por isso, para muitos políticos, a derrota eleitoral não deve significar a morte política, mas apenas um circunstancial afastamento de cena. Evidentemente, essa circunstância proporciona reflexão, avaliação, reorientação e reciclagem de idéias e de posturas, caminho correto para todos quanto agora de sentem traídos, ou rejeitados ou sem a aprovação das urnas.

E esse poder das urnas que produz a renovação do processo democrático. Elas surpreendem porque, às vezes, não dizem o que aparentemente estava combinado. Quanto aos políticos, os bons políticos, têm o dever de sacudir a poeira de campanha, recuperar as energias, renovar as esperanças e recomeçar a jornada, porque deles o povo necessita, assim como eles necessitam do povo. Pois, parodiando Goethe sobre os poetas, os políticos não podem calar-se precisam às turbas mostrar-se.

Entre Hobbes e Locke

Quase sempre foi assim, historicamente. O Estado avança com seu manto aparentemente protetor em épocas de depressão econômica, de aspirações coletivas sufocadas, de crises política e até mesmo existenciais. E quando as mutações e renovações em posturas e comportamentos são inadiáveis, acontecendo a ruptura, surgem e crescem efervescentes tendências e idéias especialmente preocupadas com as iniciativas políticas e pedagógicas do Estado.

Momento semelhante vive o Brasil de hoje, passando por inegável mudança política e social, imposta, na raiz, por uma revolução econômica de origem oficial. Trata-se de um instante particularmente propício ao debate e à reflexão em favor do processo democrático.

Como o futuro é o passado do presente, este momento deve ser enriquecido pelas experiências e lições históricas. De preferência, iluminadas por gênios pensadores como Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Hobbes, Locke, Voltaire, Rousseau, Kant, Hegel, Schopenhauer, Spencer e tantos outros que influenciaram algumas revoluções e permanecem fontes inspiradoras para interpretação da vida contemporânea.

Agora mesmo, a sociedade brasileira vê-se envolvida em uma discussão que parecia politicamente ultrapassada com a restauração democrática: até onde e quando o Estado tem autoridade absoluta para decidir, por exemplo, sobre difusão de produção artística sem afetar a liberdade de expressão, considerando-se os direitos de produzir, difundir e consumir? O questionamento ganha espaço e é oportuno tendo em vista o recente ato governamental interferindo na classificação de programas de televisão para conter abusos de licenciosidade. Facilmente constatáveis, e tentar uma imunização da mentalidade juvenil.

Não é simples a questão. Envolve as relações do Estado com os meios de comunicação, em particular, e do Estado com os indivíduos, ou seja com a sociedade em geral. E tanto o estado como a televisão, hoje quase um poder paralelo no País, causam preocupações e divergências de avaliações no exercício de seus papéis, de acordo com as doutrinas que se adotem nos campos político, filosófico e sociológico. O Estado que excede é abusivo e rejeitável. E ter uma televisão que excede, nociva à sociedade, é até mais dramático do que não ter televisão. De ambos, exigem-se a necessária prudência e a sintonia com as palpitações da maioria.

Se a sociedade brasileira aceita, consciente ou inconscientemente, o Estado defendido por Hobbes, filósofo inglês do século XVII, terá que admitir que o Estado representa a autoridade suprema, ilimitada e discricionária, com poder inclusive para legislar sobre questões de moral e bons costumes. Sempre haverá os que imaginam ser esse Estado mais seguro, pois o próprio Hobbes em seu tempo teve adesões entusiásticas na Europa.

Mas, exige a opção de Locke, filósofo contemporâneo de Hobbes, que recolocou no devido lugar a liberdade da sociedade como direito essencial, que não pode ser afetado pelo Estado. Contra as idéias dominadoras de Hobbes, Locke conquistou a Europa do seu tempo como principal mentor do liberalismo que inspirou Voltaire, Montesquieu e Rousseau.

É o pensamento histórico referência e advertência. O País precisa manter-se diligentemente atento para evitar equívocos do passado. Enquanto Estado e sociedade estiverem sujeitos a ações paradoxais conservadoras e liberalizantes, avançando e recuando, a liberdade fundamental ficará sempre entre o Estado de Hobbes e o Estado de Locke, em estado de emergência.

Rochedo de Sísifo

Entre os dramas e tormentos verdadeiramente arrasadores para qualquer país, dificilmente algo pode ser mais terrível para um governo e para um povo do que uma inflação permanente e persistente. Ela destrói forças e subverte valores da nação, germina corrupção, arruína instituições e agita, surpreendentemente, os nervos de seus dirigentes. O Brasil é um país assim, que tem sofrido, enormemente, a coragem inflacionária.

Precisamente agora, registra-se quando o ousado Plano Collor, lançado para restauração da economia brasileira, completa oito meses e o País tenta um acordo ou pacto social, paradoxalmente, o desentendimento nacional acumula lances de desafios e desaforos, envolvendo Governo e setores do empresariado, e causando perplexidade. Evidentemente, com a humilde inspirada em Maquiavel não se vai chegar a coisíssima nenhuma.

Preocupante é que esse tiroteio verbal acontece num momento propício mais para incendiários do que para bombeiros, desde que qualquer exacerbação inflacionária produz, imediatamente, uma exacerbação social e política. E mexe sobretudo com os trabalhadores, mesmo já tão acostumados com esse elemento perturbador da vida brasileira.

Cultura inflacionária, inércia de inflação, espiral inflacionária ou inflação de expectativas, seja como for na linguagem dos economistas e tecnocratas, o que acontece com o paciente e resignado povo brasileiro é alguma coisa próxima da crueldade. Parece mais uma condenação tal e qual à que foi submetido o mitológico Sísifo, da história grega, obrigado a rolar nos infernos um rochedo até o cimo de uma montanha e, após alcançar o alto, vê-lo cair lá embaixo, exigindo outra vez esforço extenuante, sem perspectiva de vitória segura.

Embora tenha fama de memória curta, o povo brasileiro, na verdade, ainda tem muito vivas as decepções e frustrações que representaram o fracasso do Plano Cruzado, do Plano Bresser e do Plano Verão. E fica, naturalmente, tenso diante de uma visível recuperação do inimigo maior da Nação, voltando a mostrar suas garras. Os juros disparam, os preços explodem e a ciranda financeira está retornando. Uma vez mais o povo está quase feito Sísifo, querendo impedir a descida do rochedo ladeira abaixo.

É realmente intrigante que sejam identificadas e conhecidas as causas da inflação e as estratégias para combatê-la e, ainda assim, ela se mantenha resistente, como uma rocha irremovível. Tão persistente que muitos brasileiros nem sonham mais com o fim da inflação, satisfazendo-se já com apenas sua possível estabilização.

Talvez o problema da inflação brasileira, não seja um problema econômico, como tem sido tratado, e, sim um problema cultural. Quem sabe, vinculado ao individualismo marcante no perfil de formação e de comportamento dos brasileiros. Isto aceito, melhor seria que os economistas fossem dispensados dessa missão e para ela se convocassem, urgentemente, intelectuais, pensadores de profunda sensibilidade social. De preferência afinados com a escola do reformista Sólon, sábio que restabeleceu a harmonia em tumultuada fase da Grécia antiga.

Há que se vencer a desconfiança quanto a utilidade dos sofrimentos já impostos a todos os brasileiros. Com pacto ou sem pacto, é tempo ainda de se evitar que o povo seja novamente dominado pelo pessimismo, pela desesperança e pelo desespero. É extremamente árdua a luta, mas tudo deve ser posto e disposto para segurar o rochedo lá em cima, sem perigo de despencar, porque, como um dia ensinou Albert Camus, é preciso imaginar, tentar e fazer Sísifo feliz.

Engravatados e descamisados

Diante do bombardeio de críticas e acusações disparadas contra o seu governo, por empresários, políticos e trabalhadores, o presidente Fernando Collor já partiu para a reação, usando principalmente a televisão, como ontem, e o Congresso. Mas, antes, mostrou, uma vez mais, a competência, a criatividade e o oportunismo do seu marketing pessoal. Com uma frase estampada em camiseta própria para exercícios dominicais, Collor, sem dizer uma palavra, deu resposta serena e filosófica: “O tempo é o senhor da razão”. Um flash talvez mais valioso do que uma longa e trepidante entrevista.

Entretanto, nem sempre o marketing político do Presidente tem sido sereno, sobretudo quando faz, estrategicamente, o envolvimento emocional do seu público preferido, os infortunados ou descamisados. Seu mais recente pronunciamento, de improviso e de impacto, reeditou o estilo teatral de campanha. De punhos cerrados, irritado, Collor discursou duro e agressivo, agradando aos ouvidos das famílias carentes de Samambaia, assentamento urbano perto de Brasília.

Que disse Collor? Sem identificar culpados, acusou “os poderosos que querem continuar oprimindo o povo pela mentira, pelo radicalismo e pela violência”. Como o Presidente não deve ter utilizado o tom de hostilidade apenas por lance de marketing buscando o aplauso fácil do populacho, é oportuno que se penetre mais fundo nessa mensagem, pela sua função de agente numa trama de fatores e palpitações da atualidade.

Será correto, num momento de tentativa de entendimento nacional ou de pacto, atacar e excluir os poderosos? É certo que o Presidente foi eleito com a empolgação dos descamisados mas é igualmente certo que ele contou com os votos dos empresários po-

derosos, dos menos poderosos, de pequenos e médios empresários, de trabalhadores e milhões de brasileiros, de todas as classes. Logo, o Presidente não pertence somente aos desventurados, desnudos, famintos e miseráveis, que não devem ser excluídos. Democracia, sabe-se, é o regime da convivência dos contrários e não da exclusão.

Uma nação se traduz pelo conjunto do seu povo. É verdadeiramente honra e prestígio para um governo ter o reconhecimento e o entusiasmo de uma nação de cidadãos democraticamente livres, economicamente produtivos, culturalmente preparados, socialmente realizados e humanamente felizes. Já o reverso da medalha indica que o mérito de um governo não consiste em liderar e dirigir uma nação de desencantados e desditosos. Mesmo porque esses desprovidos de quase tudo também são desprovidos de educação, sobrevivem na ignorância e acomodados num estado de alienação sem consciência e sem cidadania.

Ora, para fazer uma revolução econômica e social e colocar o País no rumo do Primeiro Mundo, como é seu projeto, o presidente Collor precisará contar com o apoio de todos os brasileiros, sem exclusão de ninguém. Uma revolução só se faz com o povo. E o povo de uma nação reúne poderosos e humildes, ricos e pobres, instruídos e analfabetos, engravatados e descamisados. A revolução se realizará, se houver esforço amplamente compartilhado, coerente e convergente.

Empurrado apenas pelos descamisados, o País jamais deixará de ser um gigante desigual e vulnerável do Terceiro Mundo. Certamente, esta seria uma advertência de Victor Hugo para o Brasil de hoje: descamisados sozinhos fazem muito barulho, mas não podem fazer revolução nenhuma. Para que a revolução aconteça, é indispensável o concurso e o engajamento dos engravatados. Com audácia e sem delírio.

CB, 22-11-1990

Ad augusta per angusta

Verba colant, scripta manent. Esta parece ser a nova descoberta do marketing político do presidente Fernando Collor. “As palavras voam, a escrita fica”. Massificando suas idéias através do mais moderno meio de comunicação, a televisão, o Presidente resolveu usar, regularmente, a camiseta do lazer dominical para difusão de suas mensagens e recados à sociedade brasileira. Efetivamente, Collor não está inovando, mas renova. **Non nova, sed nove**, diriam os romanos. “Nenhuma novidade, mas de uma maneira nova”.

Sua mais recente mensagem via camiseta, surpreendeu não pelo conteúdo, mas pela forma. Dirigindo-se aos negociadores do pacto, perdidos em resistências e divergências, Collor foi buscar inspiração no latim: **Ad augusta per angusta**. Com o latinório lançado ao povo, cuja maioria tem dificuldades com o próprio português, o marketing presidencial correu o risco de ser interpretado erroneamente. Quem é essa Augusta? Ou será a angústia da crise?

Com a prudência conselheira, o Presidente antecipou-se, traduzindo: “O êxito só se conquista com sacrifício”. Mais apropriadamente, é isto: “(Chega-se) a resultados sublimes por caminhos estreitos”. Um provérbio latino adotado também com variações como **ad astra per ardua** ou **per espera ad astra**, ambas significando “aos astros por caminhos difíceis”.

Evidentemente, como o marketing político atua num teatro de operações onde se contam também os adversários, adeptos de Brizola, Lula, Quéricia, Fleury, Garcia ou Colares, peemedebistas vermelhos, pedetistas morenos ou petista roxos. Poderão aparecer por aí com camisetas expressando o seu rebate igualmente na forma latina: **Res, non verba**, “ações, não palavras”. Mas o Presidente disporá de outras inúmeras máximas e sentenças latinas para

advertir serenamente os contrariados: **Boni cives amantes patri-ae sunt**, “os bons cidadãos são amantes da pátria”.

De qualquer maneira, já terá sido valiosa a iniciativa presidencial indutora à reflexão sobre a inflação presente e o latim ausente. Certamente, graves problemas da vida brasileira têm sua origem na falta de educação abrangente esólida, para o que é indispensável o latim, língua excelentemente política, que não é morta, mas imortal, muito viva, vivíssima no português, no espanhol, no francês, e no italiano. De todas elas, a majestosa língua mater.

Lamentavelmente, a educação brasileira tornou-se algo mercantilista, superficial e sem formação humanística. Sem fator de cultura e disciplinamento de raciocínio, só possíveis com o latim, motivo da camiseta presidencial. Há menos de 30 anos, muitos colégios brasileiros enviavam o latim e o grego, nos quatro anos do ginásio e nos três do científico, proporcionando envolvimento de milhares de jovens com traduções de Eneida, de Virgílio, das Epístolas, de Horácio, e das Catilinárias, de Cícero. Hoje, o uso do latim está praticamente reduzido a uns poucos mosteiros, algumas faculdades e às caixas de fósforos **Fiat Lux**.

Para resolver seus problemas, inclusive os econômicos, um povo precisa, antes de tudo, saber pensar. Na presidência dos Estados Unidos, David Eisenhower descobriu que para pensar certo somente com o poder das humanidades: o latim e o grego. Aqui e agora, espera-se que o presidente Collor, sob impulso dessas elevadas inspirações, consiga fazer com que o drama econômico brasileiro não perdure per omnia saecula saeculorum. Para isso, é fundamental sustentar a luta, perseverantemente, manter a ousadia e contar com sorte, porque, segundo Virgílio, em Eneida, **audentes fortuna juvat**, “a sorte ajuda os audazes”.

CB, 13-12-1990

A reforma política

Dignidade, transparência, austeridade, honradez, e muito trabalho, dedicado, única e exclusivamente, aos interesses, causas, sentimentos e anseios do povo, especialmente de sua maioria, os mais carentes. Será que é este o comportamento da Igreja e seus dirigentes no Brasil?

Nenhuma resposta melhor, mais enfática, do que o próprio julgamento de opinião pública: 78 por cento dos brasileiros confiam na Igreja, segundo a mais recente pesquisa nacional do Ibope. É um índice expressivamente alto que coloca a Igreja como a instituição de maior credibilidade no País.

Este é um lado da moeda, o lado da confiança. No outro, está a classe política, extremamente desgastada: 77 por cento dos brasileiros não confiam nos políticos, diz a mesma pesquisa. Ou seja, o índice que os políticos têm de rejeição popular é praticamente igual ao que a Igreja tem de aprovação.

Não xiste, rigorosamente, muita novidade em tais dados, porque a censura aos políticos tem sido evidente nas últimas campanhas eleitorais, em todos os níveis. Entretanto, é preocupante que a classe política esteja sob tão elevada desconfiança, num momento em que sua participação é indispensável para a consolidação do processo democrático e para as reformas que se impõem ao Brasil aspirante à modernidade.

O Brasil que chega a este final de 1990, ainda atordoado com as grandes transformações e alterações, sobretudo de comportamentos, produzidas por ousada reforma econômica, é um Brasil cada vez mais exigente. O País está reclamando reformas profundas em todos os setores. De maneira coerente, convergente e acelerada.

Do Estado, está exigindo menos intervenção na economia e mais eficiência nas ações de relevância social. Dos governantes, permanentes austeridade e postura ética no trato da coisa pública. Dos empresários, competência na disputa de mercado, sem ganância de lucros fáceis na ciranda financeira. Dos trabalhadores, menos radicalismo e mais serenidade nas negociações e buscas de soluções para seus problemas. E dos políticos, certamente deles a sociedade brasileira está exigindo a maior reforma.

Qual o desejo do povo? É fácil a resposta. O povo não deseja que o Congresso, os partidos e os políticos funcionem, como durante o regime militar, sendo apenas um poder homologatório das decisões do Executivo. Não. Nem aceita, definitivamente, que políticos sejam protagonistas exemplares no cenário nacional como oportunistas, aventureiros, fisiologistas, egoístas e demagogos reis da astúcia.

É por tudo isso e por muitos vícios e imperfeições acumulados ao longo das últimas décadas que os políticos brasileiros passaram a ser rejeitados, gradativamente. De tal forma que alguns, mais afoitos e menos conscientes, já chegaram ao ponto de serem tratados, pelo eleitorado, como ou quase como leprosos. Desses, o povo está procurando distância.

O que deseja o povo é ver o Congresso, os partidos e a classe política exercendo a delegação popular com determinação, franqueza, altivez, agilidade e dignidade e tendo como bússola de orientação ética as verdadeiras e essenciais necessidades do País. Para isso, o novo Congresso a se instalar em fevereiro próximo precisa refletir, profundamente, e fazer a sintonia com os novos tempos que agitam o Brasil. E nem deve gastar muita energia debatendo causas e tentando armar estratégias mirabolantes para recuperação da confiança perdida. Basta que toda a classe política resolva assumir uma mudança radical de postura, submetendo-se a uma inadiável reforma que tenha a verdade como bandeira. A verdade reconquistará a credibilidade.

CB, 27-12-1990

Entre o drama e a solvação

Que seja admitido, apenas por hipótese, o fracasso deste Plano Collor II, completando hoje 15 dias. Qual a alternativa que restará ao Governo? Congelamento de novo? Ou desistir e deixar a economia solta, sem intervenção, abrindo possibilidades para recrudescimento acelerado da inflação? Esta deve ser a maior preocupação do presidente Fernando Collor. Uma preocupação próxima do nível de angústia que ele não revela nem deve revelar, publicamente, porque acredita no sucesso do último pacote econômico.

Entretanto, dentro e fora do Governo, e especialmente nos bastidores políticos, essa hipótese já é avaliada e até com certa profundidade, tendo em vista o Brasil estar vivendo situação semelhante a de 1986 quando começou a falhar o Plano Cruzado. Passada a justificada euforia inicial os consumidores brasileiros, quase repentinamente, ficaram atônitos revoltados ao descobrirem que o congelamento de preços, adotado a seu favor, acabou contrariando seus interesses e lhes criando sérias dores de cabeça com algo até então desconhecido: o desabastecimento. Desilusões.

Agora, após os primeiros 15 dias do Plano Collor II, pacote de medidas para evitar a explosão da inflação, os brasileiros estão, novamente, diante do mesmo filme, vendo nos supermercados as prateleiras vazias: sem carne, sem óleo de soja, sem feijão, sem arroz, sem derivados de leite, sem biscoito, sem massas. Como nos piores instantes do Plano Cruzado.

Parece até ironia explicar a drástica redução da oferta de carne no mercado, se a época é de safra do boi gordo. Mas, os próprios pecuaristas se antecipam dizendo que estão inseguros com as novas medidas econômicas. Por isso, o preço da arroba de boi disparou e os frigoríficos suspenderam as compras temendo prejuízos com o congelamento. Assim, entre os empresários, o que pesa

é a chamada margem de lucro. E entre os consumidores, infelizmente, falta conscientização. Muitos estão fazendo estoques, agravando o desabastecimento.

Apesar disso, em que o Governo está apostando, concretamente? Tudo indica que na diferença básica existente na comparação da realidade econômica de hoje com a realidade econômica de 1986. Naquele ano, o Plano Cruzado produziu um aumento substancial do poder aquisitivo dos trabalhadores, talvez o mais significativo das últimas décadas. Há indicadores de que houve aumento real nos salários superior a 20 por cento o que provocou a explosão do consumo.

Ao contrário acontece hoje. Além do confisco geral promovido pelo Plano Collor I, impondo ao mercado um forte enxugamento financeiro, o novo pacote encontrou o País com recessão e desemprego, indústria e comércio desaquecidos, salários achatados e falta de dinheiro para o consumo. Como esta é a realidade, em tese não haveria razão para justificar o desabastecimento, mas ele está ocorrendo. Assim, ganha evidência e argumento de que, após as repetidas e fracassadas recentes experiências, a prática do congelamento está desgastada e não sustenta mais ilusões. Para completar o quadro, os trabalhadores já se mobilizam retomando velha bandeira de lutas: reposição das perdas salariais e defesa contra a inflação.

Diante de tais circunstâncias, além da dificuldade de um pacto envolvendo empresários e trabalhadores, e esgotados as receitas da ministra Zélia e seus economistas, o presidente Collor já acena com uma alternativa política concreta: articulação e montagem de um Governo de coalizão ou de salvação nacional, sem predominância de interesses pessoais, grupais ou partidários, mas com o Brasil acima de tudo. Ou como tem dito o Presidente esperançoso e confiante: “Tudo pelo Brasil, tudo pelo Brasil”.

CB, 14-02-1991

No país de incertezas

Dentro de um supermercado de Brasília, andando lentamente nos corredores entre prateleiras vazias, com olhar de perplexidade e semblante abatido, dona Alice, mais ou menos 30 anos, confessava timidamente para sua amiga ao lado: “Está demais. Meu marido, servidor público, ficou desempregado ano passado. O Natal foi sem presentes e a ceia, que eu tanto gostava de preparar, ficou reduzida a um simples jantar. Agora, tive que tirar os dois filhos da escola particular para colocá-los na rede oficial que só vive em greve, infelizmente. Nossa vida está só piorando.

Como dona Alice, seguramente milhões de brasileiros estão enfrentando dificuldades, uns mais, outros menos. Foi se a expectativa de prosperidade e bem-estar social que 60 por cento dos brasileiros, o maior índice de otimismo nos últimos dez anos, tinham em 1989, embalados pelas possibilidades de mudanças anunciadas em campanha eleitoral. Embora 49 por cento da população, segundo recente levantamento do Gallup, ainda permaneçam resistindo e não tenham sido dominados totalmente pelo pessimismo, mantendo erguida a bandeira da esperança, 50 por cento dos brasileiros cerca de 75 milhões de pessoas, estão admitindo que 1991 será pior que 1990, com mais desemprego, mais greves, mais baixos salários e, enfim, mais desânimo.

Este é um dado cruel. Sempre identificados aqui e lá fora como eternos otimistas, confiantes no seu país do futuro, agora os brasileiros, em grande parte, estão inseguros diante da crise econômica, percebendo mais claramente que o Brasil tem graves problemas a serem resolvidos e sentindo, realisticamente, que a reconstrução nacional não tem milagres nem fantasias. O país das maravilhas e dos encantos, onde tudo é possível, com perspectiva promissora de potência mundial, está, gradativamente, deixando

de ocupar o imaginário e o inconsciente preocupados com a sobrevivência do dia-a-dia do que com o futuro.

Pode até servir como conforto o fato de que não é apenas o Brasil que sofre de angústia e ansiedade na atualidade. De fato, só o Japão desconhece a crise. O que ocorre no Brasil está acontecendo, em proporções diferentes, em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha. O sentimento geral é de preocupação, insegurança e até medo com instabilidade econômica, o crescimento da recessão, do desemprego, da fome e da miséria. Além disso, a explosão da guerra no Golfo Pérsico ampliou o pessimismo no cenário mundial.

Economistas, sociólogos, psicólogos e outros cientistas sociais acham que houve uma reversão de expectativas nos últimos três anos. Na verdade, a queda do Muro de Berlim e os ventos de liberdade no Leste Europeu, em 1989, mudando completamente o curso da História, alimentaram previsões otimistas para o mundo inteiro. E, em 1990, a reunificação das Alemanhas Ocidental e Oriental e o fim da guerra fria entre as grandes potências pareciam indicar anos seguidos, duradouros, de paz e prosperidade. Tudo isso foi sufocado pelos conflitos nas repúblicas soviéticas abalando a perestroika de Mikhail Gorbachov e pela invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto passado. Com recessão e guerra, o otimismo cedeu lugar ao pessimismo. O mesmo sentimento de incerteza que atinge norte-americanos e europeus também aflige os brasileiros. Mas, apesar dos exercícios de futurologia pródigos em astral negativo, por mais paradoxal que pareça, resta, a dona Alice e aos milhões de brasileiros em desesperança a lição humana e histórica de que não diante desistir. É fundamental manter a luta para vencer o desânimo. Enquanto o futuro não chega, o jeito é confiar no futuro.

Pacto sem choque

Quando o presidente Fernando Collor assumiu o governo, que exatamente amanhã completa um ano, encontrou o Brasil com uma inflação mensal de 85 por cento e em clima de desespero, resultado das angústias e incertezas acumuladas nos últimos meses do governo Sarney. Com a força popular que então detinha, Collor lançou, em forma de pacote emergencial, um plano econômico revolucionário e de impacto que julgava ser o único e necessário tiro para derrubar morto o tigre da inflação. Não foi.

Dez meses depois do Plano Collor I, o País caiu de novo nas garras da inflação, já com um índice mensal de 20 por cento. Como não havia mágica a fazer, veio o Plano Collor II. Mais um pacote e um novo congelamento. Os indicadores das últimas semanas mostram entretanto, que o tigre não foi abatido. Permanece recalcitrante e desafiador. Enquanto, porém, ele não assume maior ferocidade, o Governo tem alguma tranquilidade para negociar com a sociedade uma alternativa menos desgastante e mais consistente.

Desta vez não pode ser pacote. O próprio governo parece consciente de que a imposição de planos através de medidas provisórias tem garantido tréguas temporárias de abusos na economia, mas sem resultados firmes e duradouros. Com o agravante de que o uso frequente de medidas provisórias, quase 150 editadas em apenas um ano de administração, deixa o Governo vulnerável diante dos que defendem uma postura jurídica compatível com o avanço democrático. E também deixa a economia nacional em situação de fragilidade, sem investimentos e sob imobilização, denominada pela incerteza e pela desconfiança de novas e urgentes decisões provisórias. Afinal não pode ser contestada a advertência sempre lembrada do conceituado jurista Ives Frandra Martins: “O uso de medidas provisórias é semelhante ao uso de drogas”. É difícil parar.

Por estas e outras razões, aguarda-se com expectativa otimista e esperança renovada e novo Plano Collor a ser anunciado hoje, batizado pelo Palácio do Planalto com “Projeto de Reconstrução Nacional”. O importante é que esta iniciativa do Governo, marcando o primeiro aniversário de administração, abandona o estilo pacote, que embrilha o povo e a economia, e agora traz a moldura do amadurecimento político. Busca o debate com lideranças da sociedade.

Como tem sido anunciado pelo Governo, o novo plano pretende conter a inflação, enfrentar a recessão e estabilizar a economia, criando condições para que o Brasil possa sair da crise em que mergulhou nos últimos dez anos e retomar o crescimento. Evidentemente, há objetivos imediatistas a se cumprirem, mas é intenção básica governamental que se executem ações de um planejamento estratégico econômico com prazo longo. Existem até parâmetros aplicados na história brasileira recente, como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), no governo Médici, II PND, no governo Geisel, e III PND, no governo Figueiredo. O último, na expiração do regime militar, não funcionou, mas foi com o I PND que o Brasil viveu o período chamado “milagre brasileiro”, de notável crescimento econômico. Sem acreditar mais em milagre, seguramente o País sonha aflito é com a solução dos seus grandes e graves problemas nacionais.

Espera-se que o novo Plano Collor, além de reinaugurar o planejamento estratégico econômico e social, possa, efetivamente, através da ampla discussão e participação do Congresso e da sociedade, produzir reais possibilidades de um pacto ou entendimento ou acordo político. Depois de tantas e fracassadas tentativas, é hora de um pacto sem choques. Somente assim será possível a desejada e urgente reconstrução nacional.

O tempo é senhor da razão

Em sua recente e inesperada visita ao ex-presidente José Sarney, no sítio de Pericumã, cenário campestre de confabulações, decisões e eventos políticos no Governo passado, o presidente Fernando Collor não disse, mas poderia ter dito, até justificando seu gesto, repetindo Richelieu: É preciso ouvir muito e falar pouco para agir bem no governo de uma Nação. E Sarney, agradecido e sensibilizado pela gentileza da visita, crente, como Ovídio, na força da experiência e do experimentado, não disse, mas poderia ter dito, como o crítico latino Aulo Gélcio um dia sentenciou: **“Veritas temporis filia est”**, a verdade é filha do tempo.

Ora, se Shakespeare ficava espantado de ver que alguns homens pudessem ter a capacidade de fazer confidências e outros homens, deve-se admitir como absolutamente natural que a opinião pública possa ter ficado com certa perplexidade, diante do encontro surpreendente no Pericumã, considerando que dois adversários políticos só se reúnem dominados pela convergência de fortes impulsos e interesses. Existe também a frequente avaliação de que os tempos mudam e os políticos mudam com eles. Assim, o julgamento popular interpreta e generaliza, sem maior profundidade, episódios dessa natureza que, às vezes, têm ou podem ter significativa dimensão histórica, se envolvem importantes e graves questões de palpitação coletiva.

Sobre o evento de Pericumã, há motivos para discussões aquecedoras do jogo político e também para interpretações apressadas e versões equivocadas. Enquanto candidato ao Palácio do Planalto, Collor escolheu o então presidente Sarney como principal inimigo, alvo predileto de seus ataques e das hostilidades de campanha. Sarney, duramente atingido, mas plenamente consciente do seu papel de magistrado e mais ainda das elevadas temperaturas que costumam dominar as jornadas rumo ao Poder, apenas uma

vez assumiu a defensiva, publicamente, assim mesmo por decisão da Justiça eleitoral. Passado o calor da batalha, o próprio Collor tomou a iniciativa de aparar as arestas, antes da transmissão do Governo. Ficaram as divergências e provavelmente algumas mágoas. E agora? Mudaram os tempos ou mudaram Collor e Sarney?

Com certeza, Collor e Sarney não mudaram em suas condições humanas quanto aos princípios e valores políticos e éticos que sustentam. Mudaram, isto sim, as circunstâncias. Sarney é um ex-presidente, porém, não apenas um expresidente. Agora é senador da República, permanece com expressivo prestígio político e tem, sob sua liderança, uma bancada de aproximadamente 60 parlamentares no Congresso Nacional. Sem falar na sua experiência administrativa de governador e de presidente, é experimentadíssimo no Parlamento. Por isso, suas sugestões são ou podem ser ouvidas como indicações de um conselheiro de alto nível na busca de soluções para os sérios problemas do País. Como articulador e negociador político, pode contribuir positivamente, para o desejado entendimento nacional que pregou e tentou, mas não conseguiu.

Quanto a Collor, após um ano de administração, enfrentando resistências e pressões de uma cultura produtiva conservadora e concentracionista, deve já estar pensando que é chegado o momento da razão, melhor guia que o sentimento. Sabe que já passou a euforia produzida pela campanha eleitoral que sacudiu um povo cheio de temores e rancores e, ao mesmo tempo, exasperado e esperançoso, portanto mais vulnerável aos acenos da emocionalidade que da racionalidade. Com sua autoconfiança ilimitada, Collor soube persuadir os brasileiros para os anseios coletivos concretizáveis. E agora, resignado mas determinado, busca o apoio político necessário para que a reconstrução nacional tenha probabilidades de êxito. Movido pela serenidade de uma lição que ele mesmo já estampou em uma de suas camisetas educativas. “O tempo é o senhor da razão”.

Em busca do tempo perdido

“Sem educação, não há solução”. Seria este, possivelmente, o alerta do admirável Rui Barbosa aos dirigentes e líderes do Brasil de hoje, envolvido agora na discussão de um Projeto de Reconstrução Nacional, com objetivos básicos de garantir estabilidade econômica e acabar com a miséria no País. Ao Brasil do início do século, Rui deixou uma lição duradoura que pode ser assim resumidas: decisões políticas, leis e todos os melhoramentos são ineficazes e incapazes de gerar e determinar a grandeza econômica de um país, “se não partirem da educação, a mais criadora de todas as forças econômicas e a mais fecunda de todas as medidas financeiras”.

No caso do Brasil, então, isso merecia ser adotado como dogma. Continental, com quase 150 milhões de habitantes, sendo 60 milhões de crianças e adolescentes, o Brasil é um país extremamente complexo, de contrastes e contradições, com centros industrializados e áreas africanamente pobres. Mais de 50 milhões sem moradia, 60 milhões não têm esgotos, 15 milhões não contam com água tratada, 30 milhões de analfabetos e semi-analfabetos 30 milhões de crianças carentes. Enquanto os dez por cento mais ricos controlam 53 por cento da renda nacional, os dez por cento mais pobres ficam apenas com 0,6 por cento dessa renda. Poucos privilegiados e milhões subprivilegiados. É problema demais. O Brasil perdeu, até agora, muitíssimo tempo com programas e pacotes emergenciais e sem planos consistentes de desenvolvimento com justiça social. Após anos perdidos, a galbraithiana era de incertezas.

“Impõe-se mais sentido de futuro e de compromisso com o destino do País”, como quer o presidente Fernando Collor, justificando o Projeto de Reconstrução Nacional e reconhecendo que somente o conjunto da sociedade pode realizar as transformações desejadas. Entretanto, é impossível imaginar essa possibilidade sem

o esforço prioritário de desenvolvimento educacional, cujos efeitos sobre a sociedade e sobre a mobilidade social são indiscutíveis. Desde a República de Platão.

É preciso conferir e aceitar indicadores e evidências, nesse sentido, da sociologia e de outras ciências sociais. Antes da Revolução Industrial e da sociedade de consumo, o progresso era uma questão de enorme interesse público. Depois, e nos tempos atuais mais ainda o progresso tornou-se um anseio particular, teorizado como “soma abstrata de avanços na felicidade individual”. E, nas relações sociais, poder, status, prestígio, oportunidade, estilo de vida, padrão de consumo, lazer e ocupações profissionais estão intimamente vinculados a valores de educação e cultura.

Ora, milhões de brasileiros, sem acesso à educação, vivem em situação discriminatória e, pior, absolutamente sem consciência dos seus direitos. Muitos, além de submissos e discriminados, ainda têm suas vidas cotidianas pressionadas por costumes e valores da sociedade feudal e outros tantos dependem da sorte e de eventual assistencialismo político oportunista e demagógico. São milhões de brasileiros em precária condição social, passivos, à margem da educação, expostos à vulnerabilidade e às opressões geradas no interior da estratificação social.

Está na educação democratizada a solidez dos alicerces da reconstrução nacional. Somente com educação integral e eficiente, esses milhões de brasileiros deflagarão a necessária reflexão de cidadania, sua capacidade de agir e influir na reforma social e no progresso em favor de todos, tornando-se ativos no esforço coletivo de desenvolvimento político, econômico e social. Somente assim o Brasil poderá recuperar, proustianamente, o tempo perdido.

A cultura da esperteza

É espantoso e facilmente perceptível. O Brasil está, há algum tempo, caminhando em terreno pantanoso que leva ao caos moral. Valores e princípios morais admitidos e vivenciados ao longo de séculos, como solidariedade, lealdade e honradez, estão sendo, gradativamente, ultrapassados substituídos por vícios aéticos germinados e alimentados por um individualismo exacerbado.

Cada vez mais, no Brasil de hoje, os interesses individuais apresentam-se dissociados ou acima dos interesses coletivos. O conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente pela sociedade brasileira como reguladoras de comportamento moral, pessoal e social, vem sendo, progressivamente, deteriorado. O agravamento da crise econômica, as dificuldades financeiras, as pressões sociais, o culto ao dinheiro, a insaciável acumulação de lucros, a corrida ao lucro máximo e os desarranjos de um capitalismo selvagem estão consolidando uma lei informal, de espírito bem brasileiros, a lei da vantagem.

Sebe-se que há princípios válidos para qualquer moral em qualquer sociedade, mas se sabe também que a ética, enquanto ciência do comportamento moral, está fundamentada na experiência histórico-social. Assim, na sociedade grega antiga, as doutrinas éticas de Sócrates, Platão e Aristóteles sustentavam que alguns homens eram livres e outros escravos, por natureza. Enquanto o próprio sofrimento não despertou e estimulou os escravos à mudança social de concepções, o tratamento impiedoso lhes concedido era considerado absolutamente normal e essencialmente justo. Pode-se verificar algo semelhante na experiência histórica brasileira, com a evolução do período colonial até os nossos dias, já distantes daqueles em que a sociedade escravata assumiu uma ética racista e discriminatória.

Durante muito tempo, o chamado jeitinho brasileiro expressou quase um comportamento ingênuo mas potencialmente criativo e virtuosamente aplicado diante de eventuais obstáculos, sem o exercício da maldade e sem prejuízo dos outros. Agora, tal jeitinho está transformado e popularizado como a **Lei de Gérson**, que, do próprio, imbatível mas leal nos campos enquanto brilho no futebol, só tem mesmo o pecado involuntário de um dia ter feito um comercial de cigarro massificando o princípio da vantagem em tudo.

Gerou-se na sociedade, das elites ao proletariado, do mais privilegiado ao mais abandonado, uma deplorável cultura da esperteza. Dela são representações sensíveis os mais recentes escândalos que sacodem o País: fraudes milionárias e alarmantes na Previdência Social; fraudes repugnantes nas bolsas de estudo do Ministério da Educação; e as manobras espertas de experts do comércio internacional do café. É fragrante a inversão de valores. Honestidade ganhou a versão de ingenuidade. Desonestidade passou a significar sabedoria. O lugar da laboriosidade honrada vai sendo ocupado pela inescrupulosidade. E o triunfo está na esperteza.

Embora a existência histórica da moral não tenha manifestação original em religião, sorte do Brasil que tem a maioria do seu povo ainda com espírito religioso, tendente a aceitar alguma moral de inspiração religiosa com a crença fantasiosa de que **Deus é brasileiro**. Do contrário, como dizia Dostoiewski, “se Deus não existisse, tudo seria permitido” e, assim, o Brasil já estaria no caos total. Chega. Faz-se urgente uma revolução ética para evitar uma negação radical dos valores morais e garantir a construção de uma ordem nova, sem o egoísmo da cultura da esperteza e com a generosidade do espírito ético coletivista, imprescindível para uma sociedade verdadeiramente humana.

Collorido ou brizolado?

Mudam os sábios suas opiniões e avaliações, conforme os fatos e as circunstâncias. É tal pensamento, bem antigo, que tem orientado muitos líderes da história, sobretudo os que voltairaneamente, têm rejeitado a política como fonte de perversidade e buscam nela realização pela grandeza humana. E especialmente aqueles que descobriram, como Cervantes, ser próprio dos sábios rever suas opiniões quando assim o exige o exercício da racionalidade e do bom senso.

Com uma história pessoal respeitada e admirada no Brasil inteiro, mais ainda no Sul, por sua longa trajetória de dignidade, Leonel Brizola está agora, como governador do Rio, pela segunda vez, oferecendo uma lição aparentemente estranha, mas sábia. Como se fosse um Sêneca, vem mostrando às lideranças do País de hoje, exigente de cooperação e entendimento, que o caminho da sabedoria é longo e cheio de preceitos, mas breve eficaz através do exemplo.

É mais ou menos isso o que faz Brizola surpreender, outra vez, seus milhões de eleitores e simpatizantes, estrelando sucessivos encontros com o presidente Fernando Collor. Há cerca de um ano e meio, em 1989, seria impossível imaginar um encontro, nem apenas cordial, entre Brizola e Collor. Os dois tiveram delicados momentos de hostilidade na campanha presidencial. Um era populista retrógrado, “representante do atraso”. O outro era simplesmente “filhote da ditadura”. Por isso, até mesmo assessores mais próximos de Brizola se mostram sob perplexidades vendo o governador frequentando desenvolto, o Palácio do Planalto.

Entretanto, não é de hoje essa capacidade de Brizola de sufocar divergências ou ressentimentos, que, afinal, só fazem ampliar sofrimentos e complicações, e nada produzem positivamente. Quando eleito governador fluminense, pela primeira vez, em 1982,

Brizola deixou seus seguidores ouriçados. Como seria o relacionamento dele com o então presidente João Figueiredo, representante do regime militar, violentamente criticado por Brizola enquanto esteve no exílio e após o seu regresso ao País?

Era início da abertura política, havia excitação e todo mundo queria ver uma cena só: Figueiredo, de óculos escuros, com imagem ainda forte de ex-chefe do SNI, desembarcando na Base Aérea do Galeão e recebido por Brizola, governador. Aconteceu, naturalmente, e até mais do que isso, com bom relacionamento. Brizola queria a União assumindo as dívidas do metrô e a TV Educativa sob controle do estado. Não conseguiu mas tentou.

Agora, para Brizola, novamente o interesse coletivo do Rio justifica o meio. E Collor, também exercitando habilidade e o já acumulado aprendizado no difícil cargo de chefe da Nação, tem demonstrado sabedoria política e napoleônica, compreendendo que, no jogo do poder, é preferível curar os males a vingá-los. Já convencido de que o tempo é o senhor da razão, como tem indicado, ou até mesmo que o tempo converte mais do que a razão, segundo os ensinamentos dos sábios. Por isso, hoje enaltece o trabalhismo de Brizola. Depois, fazer bem ao Rio é conquistar uma parte palpitante do Brasil. O resultado é a ajuda financeira valiosíssima que o Governo Federal está garantindo ao Rio.

Na verdade, Collor precisa do apoio político de Brizola para sustentar o Projeto de Reconstrução Nacional e Brizola precisa do apoio administrativo de Collor para governar o Rio com êxito. Seguramente, porém, nem Collor brizolou, nem Brizola coloriu. Cada um mantém sua forte personalidade e suas particulares ambições políticas. Depois, parece evidente, Brizola e Collor não nasceram para rastejar. Ousados e habilidosos, sabem usar o bom senso e com imaginação sabem voar. De preferência, vôos altos.

CB, 25-04-1991

Um choque de futuro

Quando o Brasil, de povo quase todo lutando bravamente apenas pela subsistência, será realmente uma Nação desenvolvida? A discussão é interminável entre técnicos das várias escolas do pensamento econômico e também os cientistas sociais. Considerar-se-á, no entanto, um entendimento equivocado projetar-se esse desenvolvimento avançado e harmônico sonhado para os brasileiros, sem que importância máxima seja conferida pelo Governo ao papel fundamental e indispensável da educação. Não a educação com o horizonte limitado da instrução básica e bacharelada, mas como processo multidimensionalmente abrangente, incluindo cultura, humanismo, ciência e tecnologia.

É oportuno, recomendável e saudável tal questionamento, sobretudo no Brasil de hoje, com 70 milhões de pessoas sofrendo ostensivamente a pobreza, enquanto 30 milhões estão na escuridão do analfabetismo. Mas ainda agora quando o País tem no comando de sua economia gerenciando os recursos do desenvolvimento, um homem de longa carreira vinculada a problemas econômicos, nacionais e transnacionais, mas igualmente orientada por preocupações educativas e humanistas.

Como diplomata, mestre em ciência política e professor de história do pensamento político, Marcílio Marques Moreira pareceu sempre fascinado pelos aspectos sociais do desenvolvimento. Sempre enfatizou o valor eficiente das idéias, da imaginação criadora e da motivação cultural e científica. Agora, como ministro da Economia poderá aplicar no Brasil os conceitos e conhecimentos acumulados na experiência administrativa e na exploração intelectual de ampla diversidade, encarando questões econômicas, políticas, sociais e culturais da problemática brasileira.

Em seus ensaios desenhando uma visão de projeto nacio-

nal, Marcílio avalia que os conceitos aparentemente conflitantes de Adam Smith e Kark Marx subestimam o papel da educação no processo de desenvolvimento, embora tenha Smith reconhecido o perigo da ignorância e Marx enfatizado a função renovadora da tecnologia. E defende, seguindo Max Weber, vibrante contestador das idéias de Smith e Marx, um modelo de desenvolvimento multivertorial, que contemple a prosperidade além do acúmulo de riquezas, englobando fatores ideais e motivadores de educação e cultura.

Sintetizando, o pensamento marciliano considera “a educação como fator de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, instrumentos objetivo, dentro de uma concepção plurivalente em que os valores culturais têm lugar próprio, ao lado do progresso econômico”. Se o ministro, atarefadíssimo com graves problemas nacionais urgentes e emergenciais, como a recessão e a miséria, conseguir reorientar o País para essa nova perspectiva de desenvolvimento, com visão humanista, engenharia social e choque de futuro, terá adotado, como diria Rui Barbosa, “a mais fecunda de todas as medidas financeiras” e produzido ação decididamente influente nos destinos do Brasil.

II. Decepção e depressão

A face da recessão

Levantamento da Federação das Indústrias do Distrito Federal, que reúne quase três mil empresas nos diferentes ramos de atividade, acaba de revelar, objetivamente, sem camuflagem, a face da recessão nacional exposta em Brasília. Somente o setor imobiliário apresentou comportamento positivo de vendas nos três primeiros meses deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. Todos os demais setores estão com desempenho em queda e até mesmo sofrendo estagnação, exigindo dos empresários esforço enorme de sobrevivência no mercado.

Simultaneamente estimativas, oficiais indicam que, da chamada população economicamente ativa aproximadamente um milhão de pessoas no Distrito Federal, que tem 1 milhão e 800 mil habitantes, cerca de 150 mil estão atualmente desempregados. Talvez seja esse cálculo otimista, considerando-se que entre as capitais brasileiras, Brasília foi a mais afetada pelo elevado número de demissões realizadas pela administração federal nos últimos 14 meses. Há quem avalie que o DF tem hoje mais de 200 mil desempregados. De qualquer forma uma coisa é extremamente visível a recessão nacional está nas ruas de Brasília.

Para agravar o quadro, Brasília, por situar-se no centro geográfico do País, ser centro das decisões políticas e econômicas nacionais, contar com facilidade de acesso e ainda fascinar brasileiros de outras regiões com a expectativa de um paraíso, permanece atraindo muitos desempregados e desiludidos em suas terras. Em busca de promessas, aqui continuam chegando e acabam engrossando o contingente dos marginalizados, sem o atendimento de suas necessidades básicas, como trabalho, educação e saúde. O drama ganha o cenário coletivo porque isso acontece num momento em que a Nação enfrenta séria crise econômica.

Está fácil a constatação. Sabe-se que o DF tem a maior renda per capita do País. Indicadores econômicos e sociais mostram que mais de 84 por cento da população de Brasília ganham acima de 20 salários mínimos, ou seja, rendimento superior a Cr\$ 340 mil. Entretanto, na satélite de Ceilândia, maior população urbana do DF, com quase 400 mil habitantes, mais de 60 por cento têm rendimento máximo de cinco salários mínimos. Apesar dessa diferença, em Brasília, onde está a maior concentração de renda e o maior poder aquisitivo, o que se observa é uma mudança significativa de comportamentos de consumo, com a população alterando, inclusive seus hábitos alimentares.

Como se fosse uma nova onda ou moda, Brasília ganhou nos últimos meses dezenas de carrinhos de cachorro-quente. Em quase todas as superquadras do Plano Piloto já existe um reboque para lanche rápido, geralmente propriedade de um ex-servidor público que demitido e sem alternativa, acabou descobrindo na criatividade da crise, algum talento para o comércio. Como um engenheiro da extinta Portobrás, que, temendo o pior para sua família, entrou firme no negócio de hot-dog, na base da apelação mesmo. Não está ficando rico como não ficaria na empresa pública, mas tem trabalhado sem medo de perder o emprego e garantido o sustento da família. Deu-se bem e sua clientela é crescente porque Brasília está tendo público para isso. Como ocorre em outros lugares, a recessão vai impondo aos brasilienses mudanças nos hábitos de alimentação. Enquanto os donos de reboques faturam e escapam da crise, muitos tentam esquecer os problemas econômicos e a recessão comendo cachorro-quente, que é barato e satisfaz.

Pacto da solidariedade

Como se estivesse condenado a viver desempenhando o papel do mitológico Sísifo, periodicamente enfrentando o rochedo da inflação, numa luta exaustiva sem vitória duradoura, o Brasil está novamente atônito experimentando o sentimento generalizado de pessimismo e as perturbações de outra crise grave. Parece até que 1991 repete o mesmo filme de 1987, quando um mundo de ilusões foi abaixo após o fracasso do Plano Cruzado. Com ele foram enterradas as esperanças que haviam contagiado a Nação desde o início da **Nova República**, pelo fervor de Tancredo Neves que, estadista notável, incendiou a alma dos brasileiros com fogo de patriotismo e de orgulho cívico. Somente quatro anos depois, em 1990, o País reanima sua confiança com a eleição direta do presidente Fernando Collor e o surgimento do **Brasil Novo**, fortemente renovador de esperanças, sobretudo para milhões de brasileiros pobres. Entretanto, um ano e meio após o violento pacote confiscador, ainda mais revolucionário que o Plano Cruzado, volta à cena o drama de ameaça da hiperinflação e do caos.

Como avaliar isso? É fundamental, antes de tudo, que se reconheçam diferenças e semelhanças entre os dois momentos. Os governos Sarney e Collor se empenharam contra a chamada inflação inercial para evitar a hiperinflação. Sarney optou por política contra a recessão rejeitando a tese de que salários provocam inflação. Houve melhor distribuição de renda e baixíssima taxa de desemprego, mas a inflação não foi controlada e assumiu o nível alarmante de 85 por cento ao mês. Collor optou por política recessiva, sacrificando os salários para evitar explosão de consumo e realimentação inflacionária. Em 18 meses, caiu a produção nacional, reduziram-se as exportações, o desemprego aumentou terrivelmente e, por pior, agora a inflação está outra vez em ritmo preocupante. Economistas respeitados já apontam para um cenário perigoso de hiperinflação. O que faltou às estratégias diferen-

tes de Sarney e Collor? Faltam especialmente apoio político e entendimento com os empresários.

Com três anos e meio de governo pela frente, o próprio presidente Collor já reconhece que a crise econômica é grave. Mostra-se consciente de que sozinho não resolverá os problemas e, para tirar o Brasil da nova crise, agora pede socorro publicamente. Depois de lançar o **Projetão** e o **Emendão**, com propostas germinadoras de intermináveis discussões e altamente polêmicas, mas sem contribuição efetiva e imediata para estabilização da economia, chegou a hora de conversas francas, sem rodeios, sem marketing, com sinceridade e humildade. Os gravíssimos problemas brasileiros não serão resolvidos imperialmente or pacotes, decretos e medidas provisórias. O Govenro, agindo solitariamente, constrói o seu próprio fracasso. A não em crise exige de todos, do Governo, dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores, esforço conjunto e solidariedade.

Solidariedade, aliás, é a palavra-chave para este momento nacional. Até agora, todas as tentativas de pacto se frustram porque não conseguiram superar conflitos e interesses de segmentos envolvidos na busca do entendimento. No Brasil atual, para que possam ser revertidas as expectativas de mais dificuldades e adversidades, que ampliam o desânimo e fertilizam o desespero, o único caminho é um consistente e honesto pacto de solidariedade em torno de um programa mínimo emergencial, realista e exequível, em favor do País e de todos. Sem isso, o barco poderá perder completamente a estabilidade e ser levado pelas ondas tormentosas da hiperinflação para grande abismo.

Atravessando o Rubicão

É grave a crise. “Não podemos mais escamotear esta situação, temos de encará-la de frente, mostrá-la a todos de uma forma absolutamente transparente”. São palavras, não de líderes opositores, nem de ferrenhos adversários do Governo, mas, do próprio presidente Fernando Collor, em suas mais recentes entrevistas, advertindo que o Brasil poderá entrar em colapso, parar, por falta de recursos para investimentos. E são oficiais os números que revelam a falência financeira do Estado brasileiro e sua incapacidade de gerenciar, com recursos de sua receita, a retomada do desenvolvimento.

De acordo com resumo de Collor, sobre a dramática realidade do Governo, há necessidade urgente de seis bilhões de dólares para recuperação de estradas esburacadas e danificadas, que afetam tremendamente os transportes, revoltam os motoristas, aumentam os acidentes e causam enormes prejuízos à atividade produtiva além de encarecer ainda mais os alimentos transportados; sete bilhões de dólares para os serviços telefônicos que já apresentam sinais de saturação e deteriorização, com congestionamento frequentes, deixando os usuários irritados; 20 bilhões de dólares para o sistema habitacional, cujo déficit nacional já atinge a 11 milhões de moradias, significando que pelo menos 40 milhões de brasileiros não têm onde morar e são obrigados a se protegerem sob pontes, viadutos, galerias, marquises ou barracos improvisados; 27 bilhões de dólares para o setor energético, onde usinas estão com obras paradas, ameaçando o futuro de muitas regiões brasileiras. Do ponto de vista do Governo, a solução desses problemas está numa reforma constitucional como propôs sob a forma de **Emendão**, cuja versão final está sendo chamada, por uns, de **Emendinha**, e por outros, de **Remendão**. Seja como for, será que o País aguenta esperar por uma reforma que exige e provoca, inevitavelmente, longos e conflitantes debates?

Obviamente, este é um lado nebuloso da crise que tem vários outros lados, talvez até mais preocupantes porque afetam intensamente lá no fundo a alma dos brasileiros. Na verdade, o Brasil está experimentando o desconforto e a angústia gerados por um acúmulo de crises. Além da crise administrativa, outras estão pesando demais. Há uma crise moral, com a desonestidade, a imoralidade, a falcatura, a fraude e a corrupção tomando conta das entranhas da vida nacional. Há uma crise política, com o Congresso sendo observado pela sociedade como um centro de clientelismo e fisiologismo e sem entendimento em torno dos interesses nacionais. Há uma crise de confiança em programas econômicos, após o fracasso de numerosos pacotes que aumentaram a recessão, ampliaram o desemprego e não acabaram com a inflação. Há uma crise de credibilidade geral, com os brasileiros perplexos diante das fraudes bilionárias da Previdência, envolvendo até juiz e advogados em quadrilhas assaltantes do dinheiro do povo. Há uma crise de segurança propiciada pela onda avassaladora de seqüestros dramatizando o cotidiano do País, inclusive com a incrível participação de policiais militares. E há uma crise existencial que, ao longo dos últimos anos, vem deixando os brasileiros, gradativamente, mais abatidos, desanimados, desesperançados e extremamente vulneráveis ao desespero.

É tudo isso junto que está produzindo ambiente e clima de crise grave, aguda e crônica. Diante dessa situação perigosa, cabe ao Governo, Congresso e principais dirigentes nacionais adotarem, coesa e urgentemente, ação firme, arrojada e decisiva, assim como César na travessia do Rubicão, para que o Brasil ultrapasse esse leito caudaloso de crises e alcance logo a outra margem onde se encontram as esperanças e energias que podem evitar o caos.

Síndrome de Buridan

Histeria e pânico no mercado financeiro. Juros bancários a 2.800 por cento 3.500 por cento e até 4.000 por cento ao ano. O governo aposta nos juros altos e define o nervosismo como produto gerado pelos especuladores. Dólar no câmbio negro de Cr\$ 750, Cr\$ 850 e Cr\$ 1.050. Terror de boatos sobre um novo choque econômico e outro congelamento de preços. Grama de ouro a Cr\$ 9.500, Cr\$ 10.200 e Cr\$ 11.300. Apreensão crescente dentro do Congresso Nacional. Escalada da inflação acelerada, chegando ao índice de 24 por cento mensal. Empresários avaliam o cenário como “generalizada falta de confiança da sociedade”. O medo da hiperinflação alcança novamente o sentimento das ruas, como a tensão que vira angústia em argumento do escolástico francês Jean Buridan.

Carregados de atribuições para o Governo e de inquietações para o povo, os últimos três dias, agitados pelas reações do mercado financeiro surpreendendo o Governo e causando perplexidades, trouxeram, como um filme já visto, as expectativas preocupantes de que o Brasil está correndo risco reais de descontrole total da economia e mergulhando em crise profunda. O aspecto novo e impactante seria o agravamento, o aprofundamento, porque, à verdade, a crise geral vem se arrastando ao longo dos anos mais recentes da história brasileira.

Menos importa se esta crise atual é maior ou menor do que outras ultrapassadas e também vividas como sérias e graves. Mais incomoda, perturba e causa aflição é o evidente fato de que o Brasil parece estar ficando sufocado por uma crise ampla, na realidade um acúmulo de crises, política, econômica, social, cultural e moral, e exausto de tantas esperanças e ilusões que se perderam nos últimos sete anos, desde 1984, sem ter reencontrado o caminho da tranquilidade social e da prosperidade econômica.

Perderam-se as esperanças e as ilusões das **Diretas Já**, que produziram a maior mobilização de massas na história do País com os brasileiros em memoráveis jornadas cívicas ocupando ruas, largos e praças em nome da redemocratização política e defendendo bandeiras de justas causas sociais para a transformação nacional. Perderam-se as esperanças e as ilusões da **Nova República**, inspiração de Tancredo Neves que reacendeu nos corações brasileiros as chamas do patriotismo. De forma intensamente dolorosa, com ele foram literalmente enterrados os sonhos de um novo tempo. Perderam-se as esperanças e as ilusões do **Plano Cruzado**, realmente revolucionário na economia nacional, com a direta e decisiva participação do povo que, em nome do presidente José Sarney e com autorização dele, até fechou supermercado sob aplausos de uma Nação eufórica. Perderam-se as esperanças e as ilusões do **Plano Collor** que sacudiu o País com uma experiência traumática do confisco da poupança, sob a aprovação de uma maioria confiante de que estavam sendo adotadas medidas seguras, enérgicas e doloridas, mas necessárias e duradouras para construção de um Brasil Novo. Depois de tudo isso, como se todos os sacrifícios tivessem sido em vão, o Brasil está outra vez acuado, atônico, diante das garras de uma inflação indomável e imbatível.

E agora? Como na síndrome de Buridan, em que a exaustão pela sede e pela fome acaba causando tormento diante da satisfação primeira e urgente, o Brasil de hoje, mesmo sob descrenças e sinistroses, volta já a esperar, ansiosamente, o surgimento de novo sonho e de nova esperança que possam tirá-lo do suplício e realizar, definitivamente, suas ardentes aspirações. Afinal dizia Voltaire, ao veneno do mesmo sempre se mistura o alimento da esperança.

Acorda Brasil!

Um dia provocaram o teólogo e médico francês Albert Schweitzer, Prêmio Nobel da Paz de 1953, sobre sua postura pessoal diante da realidade, se mais pessimista ou mais realista. Como sábio, cultivador da razão, respondeu magistralmente: “O meu conhecimento é pessimista, mas a minha vontade e a minha esperança são otimistas”. O argumento de Schweitzer, pode servir de exemplo e inspiração aos brasileiros de hoje, em sua maioria angustiados e anestesiados por incertezas produzidas pela crise econômica e social.

Como crises sempre existirão, também existirão sempre os pessimistas por natureza incuráveis, aqueles que estão invariavelmente, faça chuva ou faça sol, acreditando no pior, como os brasileiros plenamente crentes na teoria do catastrofismo que há décadas e décadas profetiza que “o Brasil está chegando à beira do abismo”. Quando o País estava sob o regime autoritário, o abismo era político. Depois, com a redemocratização, o abismo passou a ser econômico. E se não houvesse essas duas alternativas, certamente ocorreria uma terceira tentação, quem sabe o abismo religioso. De tal forma são os pessimistas incorrigíveis que, para elas, seguindo a bonança o que vem mesmo é tempestade, das bem devastadoras. Felizmente, na outra margem desse leito psicológico da sociedade estão os otimistas superexaltados, aqueles que mesmo diante da dramaticidade concreta vêem tudo simplesmente maravilhoso, inclusive o horrível. Evidentemente, os exageros, de um lado e de outro, são desaconselháveis porque desprovidos de racionalidade.

Disso o Brasil não está precisando. Entretanto, o País necessita recuperar, urgentemente, a sua autoconfiança, independentemente de ação ou reação do governo, interferindo ou não no agravamento ou na suavização da crise. Realisticamente, cabe a cada

um e a todos redescobrir o espírito de luta e de iniciativa para a imprescindível reanimação que possibilite libertar o Brasil das desilusões, temores e iniquidades da atualidade. É inegável que o País está atravessando uma fase de dificuldades e sacrifícios, com a maior parte da população vivendo nos limites da pobreza. Mas é igualmente verdade que o Brasil tem recursos humanos, naturais e materiais com energias acumuladas para garantir uma virada em sua jornada histórica, rompendo a crise e retomando o caminho da prosperidade.

Enriquecidos por numerosas lições de sua própria e fascinante história, cheia de sucessos em momentos prenunciativos de fracasso, e amadurecidos por vastíssima experiência social, desde a colonização, os brasileiros precisam readquirir a confiança realista na força e na capacidade do País. Devem esquecer esta história de que “o Brasil não é um país sério”, na avaliação de alguns críticos estrangeiros repetindo frase do ex-embaixador brasileiro na França, Carlos Alves de Souza, depois atribuída ao general Charles De Gaulle. E reagir, trabalhando com otimismo consciente, próprio dos que são combativos.

Parece oportuno recordar o alerta do escritor Gilberto Amado, que tinha um amor confessadamente místico pelo Brasil e devotava à Pátria um sentido quase religioso, quase sagrado: “O Brasil é a primeira grande experiência que faz a espécie humana na história moderna para criar um grande país independente, dirigindo-se por si mesmo, debaixo dos trópicos”. O pessimismo deliberado não pode destruir as sementes dessa possibilidade. O Brasil precisa sair de um estágio sonolento de crise e acordar para a transformação do presente, reencontrando o entusiasmo e avançando para a construção do seu futuro. Com garra e destemidamente.

Olhares da Nação

Uma sociedade democrática garante a existência e o exercício de uma livre imprensa. Uma imprensa livre preserva e fortalece a sociedade democrática. O papel da imprensa não é só informar, analisar, aplaudir e criticar o que acontece publicamente envolvendo dirigentes governamentais e o povo, mas também investigar o que os dirigentes fazem nos bastidores produzindo ações que afetam diretamente os interesses do povo. A imprensa cumpre fundamental papel exatamente quando tem a possibilidade de estar perto daquilo que se encontra quase escondido, quase clandestino, quase oculto, longe dos olhares da Nação.

Difícilmente o Tribunal de Contas da União descobrirá como milhares de agentes comunitários de saúde no Brasil poderão andar de bicicletas, carregando guarda-chuvas e mochilas, principalmente se estiver chovendo, se malabaristas não são. Da mesma forma terá dificuldades para compreender porque milhares de bicicletas foram compradas numa loja do Paraná, no Sul do País, para serem transportadas e usadas no Norte e Nordeste, se seriam mais baratas e evitariam custos de frete se adquiridas tivesse sido no próprio Nordeste. Na verdade, são detalhes que agora pouco importam. O importante mesmo é que o Brasil está sabendo em tempo ainda útil de controle de várias irregularidades em manipulação do dinheiro público no âmbito do Ministério da Saúde, todas sob investigação e apuração graças às denúncias feitas pela imprensa.

Com a revelação pelo **CORREIO BRAZILIENSE**, da compra irregular de 22 mil 500 bicicletas pela Fundação Nacional de Saúde, no valor de Cr\$ 3 bilhões 307 milhões, numa loja de Curitiba especializada em eletrodomésticos e que nunca vendeu bicicletas, mais as provas documentadas de superfaturamento, causando prejuízo de Cr\$ 1 bilhão 59 milhões na conta de todos os brasileiros, houve uma verdadeira explosão da barragem de irregu-

laridades represadas sem conhecimento do povo. E na enxurrada apareceram logo vários escândalos deixando o País perplexo: 22 mil 500 guarda-chuvas com superfaturamento de Cr\$ 112 milhões; 22 mil 500 mochilas no valor de Cr\$ 196 milhões, Cr\$ 75 milhões a mais do que o preço de mercado; 60 mil filtros superfaturados no valor Cr\$ 772 milhões. Mais compradas de milhares de seringas, mais de 700 carros novos sem necessidade imediata e contrato com uma empresa de helicópteros do Paraná, sem licitação. Sem contar os indicadores de superfaturamento em bilhões de cruzeiros em contratos de gerenciamento na implantação dos Ciacs e na construção de hospitais, conforme denúncias que têm agitado os gabinetes do Congresso Nacional e deixado a opinião pública nacional simplesmente estarecida.

É tão volumosa a enxurrada de denúncias sobre tantas irregularidades com números tão fantásticos que somente a auditoria do Tribunal de Contas da União poderá determinar, após a avaliação criteriosa, em quanto os cofres públicos realmente estavam sendo lesados através de tramas armadas por alguns espertos que sabem prosperar nos caminhos escuros da corrupção. Embora os sinais sejam evidentiíssimos, somente as auditorias em andamento poderão confirmar a dimensão dessas irregularidades, como o superfaturamento, e definir os culpados que deverão ser rigorosamente punidos por exigência da sociedade.

Se não fosse a imprensa, certamente esses abusos permaneceriam encobertos e os espertalhões aumentando sua riqueza impunemente à custa dos sacrificados contribuintes brasileiros. Mas, existe a imprensa com os olhos da Nação.

Batalha dos aposentados

Como qualquer país avançado, que cuida bem de suas crianças, consciente de estar fazendo investimento importante e indispensável no seu futuro, e protege os mais velhos em respeito ao esforço dado para consolidação do seu presente, o Brasil deveria garantir mais segurança e condições mínimas de uma vida saudável aos que, por direito humano e social, precisam bem viver os últimos anos de existência.

Sem contar com os milhares de velhos completamente abandonados que, ao longo de milhares de meninos em situação idêntica, fazem parte da paisagem urbana das principais cidades do País, formando uma crescente população de rua, marginalizada, o drama dos quase 13 milhões de aposentados brasileiros, expostos sobretudo nos últimos meses pela luta em que todos se engajaram buscando amparo nos tribunais de Justiça, além de comovedor, tornou-se algo estimulador de reflexão mais aguda, pelo que oferece de tragédia social, e exigente de decisão política compatível com parâmetros de dignidade humana. É chocante ver aposentados nas ruas pedindo esmolas para sobreviência e vencidos pela humilhação.

Quem acompanhou de perto a decisão do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, esta semana, concedendo aos aposentados de todo o País, o direito ao reajuste de 147,06 por cento retroativo a setembro, pôde perceber o quanto isso significou em lances contraditórios de inquietação, esperança, angústia, incerteza, determinação, emoção e vibração. Em gritos e lágrimas, eles comemoraram a vitória, com sabor de vitória final, depois de difícil e complicada batalha reconhecidamente desgastante para eles próprios, para o Governo e para a Justiça, pelos conflitos gerados por grande número de sentenças adotadas e imediatamente suspensas.

De tal forma tem sido intenso o desgaste, que os aposentados ainda nem podem se considerar definitivamente vitoriosos porque o Governo anunciou recurso junto ao Supremo Tribunal Federal para sustar o benefício. Alega principalmente que a Previdência terá este ano um déficit de Cr\$ 450 bilhões e que o reajuste vai gerar uma despesa adicional de cerca de seis bilhões de dólares. Diante dessas contas, há dentro do Governo quem se apresse em avaliar a decisão judicial como “maluquice” ou “solidariedade irresponsável”.

Entretanto, a decisão da Justiça não tem sentido técnico e contábil nem o objetivo de conferir ou garantir recursos, mas de conferir e garantir direitos. Assim sendo, os ministros do STJ apenas aprovaram por sete votos a um aquilo que conscientemente julgam do direito de milhões de aposentados. O problema de caixa alegado, seja por fraudes, seja por irregularidades, seja por deficiência de arrecadação ou por eventual mau gerenciamento, não pode ser resolvido com a imposição de mais sacrifícios aos que deixaram a ativa após uma vida inteira de trabalho e contribuição. Eles não são responsáveis por falhas que existam no sistema previdenciário que deve ser saneado, reordenado, modernizado e administrado com competência, tirocínio, seriedade, racionalidade e extrema sensibilidade social.

Somente com um sistema assim, o Brasil poderá proporcionar aos seus cidadãos aposentados uma bendita velhice, com tranquilidade, segurança e doçura na austeridade e nobreza de sua sabedoria, e sem cargas de sofrimentos, apreensões e pesadelos justamente quando a vida lhes pede descanso com dignidade.

Luzes de esperança

Brasil derrota a inflação, alimentos ficam mais baratos, caem preços dos imóveis, baixam preços dos automóveis, desenvolvimento retomado, novas indústrias se instalando no País, milhares de empregos surgem de Norte a Sul, dívida externa renegociada sem prejuízo ao povo, aprovado imposto único, corruptos condenados e presos, políticos recuperam credibilidade, futebol brasileiro volta a encantar o mundo, Brasil tetracampeão de Fórmula-1, brasileiros dão show nas Olimpíadas da Espanha, reduzido o déficit habitacional, escolas têm vagas para todas as crianças, meninos e velhos abandonados recebem proteção, aposentados tratados com dignidade, diminui violência nos grandes centros e brasileiros vivem nova fase de prosperidade.

São estes alguns dos sonhos e desejos que animam milhões de brasileiros agora em expectativa confiante neste Ano Novo de 1992 que está vivendo suas primeiras horas. São sonhos, e desejos possíveis de realização que a maioria dos brasileiros acalenta depois do pesadelo que foi 1991, ano de recessão profunda, inflação crescente, forte arrocho salarial, desemprego, falências, nervosismo e muito pessimismo. Passado o horror do ano que se foi, 1992 chega fazendo suspense. Exatamente porque é novo, traz consigo o desconhecido acompanhado de dúvidas e inquietações, mas também a possibilidade concreta de novo espaço para a esperança. Embora a virada festiva do ano não altere efetivamente nada, no painel da realidade, ela recria uma atmosfera positiva e desperta o sentimento de mudanças de posturas e atitudes valorizando a persistência e a perseverança de cada um e de todos na luta contra a crise e em favor de dias melhores. É este sentimento que pode, decisivamente, influir na vitória sobre a dramaticidade e na transformação positiva da realidade.

Evidentemente, os caminhos que se abrem ao Brasil neste

Ano Novo de 1992 parecem bastante complicados, cheios de obstáculos sobretudo porque os ajustes na economia devem permanecer duros, para atendimento às exigências do Fundo Monetário Internacional, e também porque a recessão já atinge importantes mercados mundiais, como os Estados Unidos. Apesar disso, existem possibilidades de que seja cortado o prolongamento da recessão brasileira porque há sinais e preparativas para retomada do crescimento. O importante é que todos participem de alguma forma, do esforço de reconstrução nacional e, principalmente, da luta contra o dragão da inflação e pela melhoria das condições de vida no País, sem ficar esperando que os problemas sejam resolvidos apenas pelo Governo ou pela boa vontade dos agentes econômicos.

Para isso, tornam-se essenciais a renovação e o fortalecimento do sentimento de brasilidade, de crença patriótica no País e de renúncia completa ao paternalismo do Estado. O Brasil não é o Governo que aí está nem o governo que vem da próxima eleição. O Brasil não é o desastre que profetas do caos e ridículos especialistas em consulta ao futuro teimam pintar através de previsões que nunca se concretizam. O Brasil é a força que existe dentro de cada um de nós ainda capaz de se emocionar com uma vitória da bandeira verde-amarela diante do mundo. Este sentimento é combustível fundamental para que os brasileiros possam enfrentar esperançosamente os novos desafios, realizar os sonhos possíveis e contribuir para que o País ultrapasse o túnel da crise e encontre as luzes que iluminem o caminho rumo à modernidade.

Bravura dos aposentados

Enquanto se evidencia, fortemente, a necessidade de ampla, profunda e urgente reforma que proporcione saneamento financeiro, moralidade administrativa e atendimento eficiente no âmbito da deteriorada Previdência Social brasileira, torna-se cada vez mais chocante o drama enfrentado, bravamente, por milhões de aposentados no País, que estão correndo aos tribunais de Justiça em luta desesperada contra o Governo para garantir seus direitos, sobretudo o reajuste de 147 por cento. O desgaste tem sido massacrante e repetitivo, para Governo e aposentados. A própria opinião pública nacional está ficando cansada com a persistência do impasse que já deveria ter sido superado por solução emergencial, negociada ou não. O problema é reconhecidamente complicado porque envolve questões de natureza financeira, jurídica e humanitária - e está causando maior desgaste ao Governo.

São muitas e insistentes as dúvidas quanto à real situação financeira da Previdência. Nem mesmo o Congresso obteve até agora os transparentes números sobre o déficit previdenciário que, nas contas oficiais, com o pagamento do reajuste cobrado pelos aposentados, pasaria à expressiva soma de Cr\$ 11 trilhões. Até o Governo já recuou em suas estimativas, baixando esse valor para Cr\$ 9 trilhões. E há levantamentos no congresso apostando que não existe rombo no caixa, mas equilíbrio e até superávit em torno de Cr\$ 761 bilhões. Esta última hipótese, no entanto, fica prejudicada pela visível crise financeira que atinge muitos hospitais conveniados no País, alguns já parando o atendimento por atraso nos pagamentos da Previdência. Se existir superávit, tudo o que está acontecendo só pode ser avaliado como inaceitável descalabro administrativo.

Do ponto de vista jurídico, cada iniciativa do Governo tentando invalidar as decisões judiciais favoráveis aos aposenta-

dos só tem aumentado a confusão, a polêmica e as tensões, com a sociedade absorvendo as angústias dos aposentados. É o que ocorre agora com o decreto presidencial suspendendo o pagamento dos 147 por cento, considerado por renomados juristas como claramente inconstitucional. Por quê? Porque a ainda recente Constituição de 1988 assegura, pelo seu artigo 100, que o Governo pode suspender pagamentos de gastos determinados por decisões da Justiça e que não estejam devidamente contemplados na programação orçamentária, “a exceção dos créditos de natureza alimentícia”. E o dinheiro dos aposentados é pensão alimentícia, aliás, para a maioria, uma pensão ostensivamente irrisória.

Agrava o problema a questão humanitária. Comove o País o esforço de milhões de velhinhos, muitos sofrendo com a saúde abalada, atirando-se em campo de batalha judiciária por exaustiva defesa de direitos que não deviam ser questionados, pois significam, efetivamente, algo de sobrevivência. Comove a Nação a luta de aposentados sofridos, agora penalizados em consequência de fraudes e irregularidades que não cometeram, forçados a carregar pedras quando deviam estar gozando o merecido descanso. Transformados em incansáveis Sísifos, diante de renovados rochedos de apelações jurídicas, que lhes bloqueiam e arrasam sucessivas vitórias, milhões de aposentados brasileiros hoje, surpreendendo pela disposição como exibem e revigoram seu espírito de cidadania, parecem alimentados pelo sentimento que pode ser resumido numa expressão que traduz, simultaneamente, sofrimento e esperança: “Punidos, venceremos”.

Revolução pela moralidade

Corrupção não é um mal exclusivo do Brasil e muito menos uma exclusividade da época atual. Sempre existiu, em maior ou menor escala, em todos os lugares e em todos os tempos. Roma antiga chegou a um ponto de deterioração em que quase tudo estava à venda, principalmente nos bastidores de seus suntuosos palácios, como ensinam os compêndios históricos.

Impérios têm sido destruídos ou consumidos pela corrupção, governos submetidos à execração pública e alguns corruptos ilustres, poucos mas exemplares, atingidos por penas próximas, apenas próximas, do merecimento devido pelas suas exorbitâncias abusivas e danosas no exercício de administração dos negócios públicos.

Como parece ser um mal que não pode ser de todo extirpado, pela sua própria natureza, assim como não pode simplesmente ser extinta a fragilidade humana, cheia de recaídas, a corrupção exige persistente vigilância de todos quantos têm responsabilidade ética e moral junto à sociedade. Os dirigentes públicos devem ultrapassar os limites dos propósitos, transformando-os em ação coerente, convergente e duradoura.

O atual governo do Brasil instalou-se após uma campanha vitoriosa que se impôs pelo entusiasmo que despertou a sua bandeira contra a corrupção. Consagrado popularmente em todo o País como “**Caçador de Marajás**”, o presidente Fernando Collor comprometeu-se, exaustivamente, em combater, firme e corajosamente, tudo o que fosse irregularidade e bandalheira na administração pública nacional. O Brasil Novo do seu programa de governo seria sobretudo um Brasil sem corrupção. Mas, apesar de todo o seu empenho e da sua determinação, o País tem sido sacudido por frequentes e sucessivos escândalos de fraudes envolvendo o

dinheiro do povo sob o gerenciamento da Legião Brasileira de Assistência, da Previdência Social e do Ministério da Saúde. Um triste espetáculo de desrespeito à Nação marcou a passagem do ano com denúncias e revelações sobre concessões e vantagens em superfaturamentos e compras irregulares de milhares de bicicletas, mochilas, guarda-chuvas, seringas e outros produtos. Transações e negociatas bilionárias que deixaram a opinião pública perplexa e estarrecida, exigindo punição dos responsáveis.

É bem verdade que uns estão presos, outros sendo interrogados, outros aguardando inquéritos e ainda outros sendo procurados. Mas o estrago provocado tem o efeito de um abalo irreversível nos pilares da moral e da credibilidade do Governo. Uma razão fortíssima para causar extrema irritação ao presidente Collor, quem sabe sem mesmo poupar-lhe a saúde, apesar de sua reconhecida resistência atlética.

Se o Presidente sofre contrariado e o Governo perde prestígio, com a proliferação de irregularidades administrativas e atos de corrupção o povo fica dominado por uma “sensação de impunidade” e pela desvalorização geral; da honestidade. Como mudar este quadro terrível? Somente por meio de uma autêntica revolução cultural, política, jurídica e administrativa que possa determinar um “basta” à corrupção, recolocando a ética como dever e obrigação de cada um e de todos, especialmente dos que eventualmente são guindados ao poder público.

Por isso, surge uma luz esperança agora na iniciativa do Supremo Tribunal Federal, reunindo representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para discussão e definição de medidas que acabem com a impunidade dos criminosos que se tornam poderosos sob o manto da corrupção. Parafraseando Cervantes, assim como a carestia e a fome, também a corrupção e a impunidade cansam o coração do povo.

CB, 20-02-1992

O teste de Magri

Quando em novembro de 1991 surgiram fortes especulações sobre sua demissão, dentro de uma eventual reforma da equipe de Governo, o então ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, procurou testar seu poder exercitando demonstrações de prestígio junto ao presidente Fernando Collor, tendo participado, inclusive, mesmo sem estar preparado fisicamente, de uma corrida dominical nos arredores da Casa da Dinda. Em sucessivas entrevistas, rebatendo as especulações, como se estivesse programado, Magri repetiu exaustivamente: “Posso sair do Governo, mas não por incompetência ou por corrupção”.

Parece até que Magri, permanentemente acusado de fraco ou sem aptidões para o cargo de ministro, já estava sabendo, desconfiado ou prevendo denúncias de corrupção contra ele armadas nos bastidores de caminhos que vão até gabinetes do Palácio do Planalto. É o que se conclui agora após estourado esse escândalo em que o ex-ministro aparece como principal protagonista por declarar ter recebido “como presente” 30 mil dólares em troca de favorecimentos ou facilidades no acerto de contas de devedores da Previdência. Se não fosse um microgravador utilizado na documentação de conversa no seu gabinete ministerial em 14 de novembro passado, provavelmente até hoje não existisse qualquer acusação de suborno envolvendo Magri. Oficialmente, ele saiu do cargo abrindo espaço por necessidade de recomposição política do Governo visando ao fortalecimento de sua sustentação parlamentar no Congresso.

Além do absurdo que caracteriza o escândalo, qual seja um ministro praticando corrupção, alguns aspectos precisam ser rápida e plenamente esclarecidos para evitar maiores desgastes ao Governo já com sua credibilidade bastante afetada pelas fraudes de superfaturamento na Saúde. O mais polêmico deles trata do

conhecimento antecipado das denúncias pelo Palácio do Planalto, embora com ressalvas sobre gravidade e personagens. A ausência de providências antes e depois da demissão de Magri, mesmo justificadas administrativamente, tem dado ao escândalo um desdobramento de natureza política mais intensamente explorado que o próprio elemento da denúncia que é a corrupção. O episódio só teve reação efetiva oficial após o presidente Collor ter tomado conhecimento pela imprensa e, decepcionado e revoltado, determinado imediata abertura de inquérito.

Menor confusão para o Governo só mesmo se ficar comprovado realmente o que o ex-ministro está sustentando após reconhecer a autenticidade da gravação: “Foi um teste de honestidade”. Se foi, Magri terá dado mais uma significativa e inédita contribuição ao enriquecimento do folclore político nacional, além da expressão imexível e da teoria sobre a natureza humana dos cachorros. Entretanto, terá também que esclarecer o que a Receita Federal está querendo saber: como conseguiu com uma renda anual de pouco mais de Cr\$ 50 milhões, construir um patrimônio que inclui uma casa e um apartamento em São Paulo avaliados em mais de Cr\$ 320 milhões, e como mantém luxuosa mansão no Lago Sul em Brasília, onde permanece morando? Afinal, como alerta o ministro da justiça, Jarbas Passarinho, “quem tem cabrito sem ter cabra tem que se explicar”.

De qualquer forma, culpado ou inocente, Magri deixa registrada escandalosamente a sua mais nova invenção: o teste de honestidade, cujo princípio básico é a simulação de suborno, autêntica ou aparente, para tentar adesão ou não em ato de corrupção. Uma derivação elaborada da **Lei de Gérson**, cuja aplicação objetiva vantagem em tudo.

Traição de sonhos

É logicamente compreensível o julgamento que a opinião pública está fazendo do governo Collor agora completando apenas seus dois primeiros anos. Em consequência da recessão, do desemprego, do achatamento salarial, da desgastante batalha jurídica com os aposentados e principalmente da avalanche de denúncias de corrupção nos últimos meses, sobretudo no âmbito dos Ministério da Previdência, Saúde e Educação, o governo Collor está contabilizando uma aprovação de 16 por cento dos brasileiros e uma rejeição de 64 por cento, conforme o mais recente levantamento nacional feito pelo Instituto Gallup.

São indicadores inquietantes para o Palácio do Planalto, considerando-se que o atual governo, no seu início, em março de 1990, mesmo com o violento choque econômico que sacudiu a Nação e produziu verdadeiros traumas sociais a partir do confisco sobre poupanças e até contas correntes, chegou a festejar 85 por cento de aprovação e popularidade. O apoio popular é indispensável para qualquer governo, mais ainda tempo de reformas necessárias para mudanças de mentalidade e comportamentos arraigados.

Evidentemente, o presidente Fernando Collor não é indiferente a essa avaliação. Publicamente, ele tem destacado o esforço e os avanços do Governo para reorganização da economia nacional, os resultados positivos na política de privatização para redução do tamanho gigante do Estado, a vitória parcial mas significativa contra a inflação persistente, derrubada das alturas de 85 por cento ao mês para 25 por cento, a reinserção do País na comunidade financeira internacional e a renegociação da dívida externa, estímulos decisivos à competitividade e à liberdade de mercado. E na área social tem realçado uma obra concreta iniciada, a implantação dos primeiros Ciacs, centros educativos modelares

para o ensino fundamental no Brasil, motivo de transparente alegria presidencial.

Entretanto, como homem que dedica atenção especial ao marketing e às palpitantes da opinião pública, Collor sabe que essas conquistas, embora muito importantes ao projeto de longo prazo do País no caminho da modernidade, quase sempre pouco pesam no julgamento popular. São realizações que não têm efeito imediato no atendimento às necessidades básicas e às aspirações do povo, em sua maioria preocupadíssimo em resolver seus problemas no dia-a-dia, numa luta até comovente para garantia da difícil sobrevivência. Collor sabe disso e não tem escondido sua angústia com o drama de milhões de brasileiros marginalizados nos limites da pobreza. Mas o que parece estar preocupando bastante mesmo o Presidente é uma possível frustração popular diante das expectativas de moralização da administração pública. Por isso, já avisou, enfaticamente, que nenhuma motivação pessoal o desviará do cumprimento da palavra empenhada diante da Nação.

De todas as idéias e propostas que animaram sua vitoriosa campanha eleitoral, até ser levado pelos votos de 35 milhões de brasileiros, ao Palácio do Planalto, uma se impôs como matriz de credibilidade e questão de honra: o combate firme e severo contra a corrupção. Foi garantido, energicamente, de punho cerrado, “colocar ladrões e corruptos na cadeia” que Collor conquistou o entusiasmo e o apoio da população. É rigorosamente compreensível que agora, após tantas denúncias de fraudes e corrupção, envolvendo inclusive ex-ministros amigos seus, o Presidente se sinta abatido e revoltado, até perdendo o sono com traição aos sonhos dele e do Brasil. Mas é forte a esperança no tempo suficiente que o governo Collor ainda tem para recuperar sonhos perdidos e traídos.

Expulsos do paraíso

Milhões de brasileiros, sobretudo da classe média, têm adotado, ultimamente, uma postura diferente, absolutamente nova, de resistência circunstancial ao consumo. Conforme as tendências tradicionais do mercado nacional, os mais ricos ou mais privilegiados pela distribuição de renda sempre estiveram consumindo livremente, sem preocupações, ultrapassando inafetáveis as eventuais crises conjuntivas; no outro extremo, os mais pobres ou menos favorecidos pela renda nacional sempre estiveram forçadamente recuados ou marginalizados do mercado de consumo; e os da classe média, formando grande, significativo e decisivo contingente de ávidos consumidores, sempre procuraram enfrentar e superar as dificuldades buscando alternativas criativas e emergenciais para garantia e manutenção de nível social, mesmo que ilusório ou apenas aparente, até ao custo de pesados sacrifícios pessoais e domésticos ou irrecuperáveis desequilíbrios financeiros. Agora, sob os impulsos e as pressões de uma política econômica austera e recessiva, corajosamente executada sem temor de ebulições ou explosões sociais, mas determinadamente comprometida com o objetivo de destruir uma enraizada cultura inflacionária, essa mentalidade está mudando, positivamente. Embora a mudança seja, efetivamente, condicionada pelas regras de mercado, parece que, finalmente, a classe média está deixando o paraíso do consumo resignadamente.

Conscientes das inevitáveis consequências produzidas pela indispensável reorganização da economia, terrivelmente prejudicada por seguidos e fracassados choques de planos ousados e até mirabolantes, os brasileiros em geral e a classe média em particular passaram a conviver, nos últimos meses, menos dramaticamente e mais realisticamente, com os efeitos claros e intransferíveis da recessão. O resultado é uma acentuada retração do consumo.

Chegou a tal nível essa retração que os diversos setores

do comércio estão cada vez mais empenhados numa verdadeira guerra de promoções e preços baixos para atrair e conquistar os consumidores atentos e exigentes. Em suas visitas obrigatórias aos supermercados, por exemplo, muitos já aprimoram a diligência comprando apenas produtos com preços promocionais. É semelhante a situação nos chopping centers, onde lojistas tiveram que antecipar as liquidações de verão, oferecendo descontos de até 60 por cento, numa tentativa de liberação de estoque acumulados e de recomposição de caixa. Outras promoções surpreendentes e irresistíveis estão despertando consumidores anestesiados ou paralisados pela recessão e pelo achatamento salarial, como a massificada por uma rede de lojas de eletrodomésticos autorizando antecipadamente uma moratória aos que fizerem compras a prazo e venham a ser atingidos pelo desemprego. Até o resistente setor de automóveis, contabilizando mais de 60 mil veículos estocados em pátios das montadoras e concessionárias, começa a repensar suas estratégias de mercado para sacudir milhões de consumidores retraídos.

É um fenômeno nacional. Em Brasília, como revelou pesquisa divulgada ontem por este diário, 79 por cento da população reduziram seus gastos em restaurantes, 72 por cento diminuíram as despesas com lazer, 51 por cento estão comprando menos roupas e 45 por cento reduziram os gastos em supermercados. Com tão forte retração, a inflação está cedendo, o cepticismo perde espaço e o otimismo recupera fôlego. E, mesmo temporariamente abatida, a classe média já confia mais em dias melhores e no retorno ao paraíso, desde que agora se mantenha paciente e comedida contribuindo para derrota final da inflação.

Collor e a imprensa

“Meus olhos e meus ouvidos são a imprensa”. Lembrando o ex-presidente Tancredo Neves, estadista que sempre exaltou, carinhosa e respeitosamente, o papel da imprensa numa sociedade verdadeiramente democrática, o presidente Fernando Collor, menos de 24 horas após ter anunciado fulminante renúncia coletiva do seu Ministério e ainda sufocado por inadiáveis articulações e operações de complexa engenharia política, teve um gesto extremamente simpático e significativo. Ele próprio, em conversa aberta e franca com jornalistas convidados ao Palácio da Alvorada, decidiu explicar, até didática e detalhadamente, as motivações e razões que determinaram a recente reforma ministerial, oportuna pelo momento favorável a uma recomposição política completados dois anos de administração, e necessária, pela exaustão de pressões acumuladas por tufão de denúncias corrosivas à credibilidade do seu governo.

Sem julgamento de possíveis excessos, deturpações ou precipitações que tenham sido cometidos pela imprensa ao longo dos últimos meses, a verdade é que foi por meio dela que a opinião pública ficou sabendo, o Governo mais abrangentemente informado, de uma sucessão de surpreendentes escândalos. Exigiram dos jornais muito fôlego de investigação, acompanhamento e interpretação as denúncias sobre favorecimento de especuladores com a suspensão de exportações de café, compras sem licitação de cestas básicas da LBA, irregularidades em obras rodoviárias, superfaturamento em aquisição de uniformes militares, fraudes na aplicação de recursos do FGTS, superfaturamento na compra de 23 mil 500 bicicletas (Caso Alcení), favorecimento de empresas na Zona Franca de Manaus, irregularidades em compras de material escolar, suborno de 30 mil dólares na deliberação de recursos de FGTS (Caso Magri), fraudes em licitação de obras de saneamento e negócios irregulares na venda de derivados de petróleo. Essas denún-

cias todas exibiram à Nação perplexa uma realidade inteiramente divorciada da idealidade que inspirou o programa de moralidade fixado e ardentemente defendido por Collor para o seu governo.

Cumpriu a imprensa uma tarefa de autêntica devassa que acabou alterando a história do Brasil Novo, com a retirada de cena de personagens de duvidoso espírito público. Obviamente, não foi fácil ao Presidente suportar tantos escândalos perturbando sua administração e mais ainda com o envolvimento de amigos. Entretanto, Collor soube reagir em ofensiva, realizando a reforma e fazendo renascer esperança nos que torcem para o Brasil dar certo.

Em sua posição transitória de presidente da República, após ter sido também transitoriamente prefeito de capital, deputado federal e governador de estado, Collor guarda dentro de si a condição permanente de jornalista e economista. Embora tenha sido antes de dirigente político, mais economistas do que jornalista, teve possibilidades de maior vivência e convivência na imprensa pelos empreendimentos do combativo Arnon de Mello, seu pai, na formação e na expansão de complexo de comunicação liderado pela Gazeta de Alagoas. Assim soube sedimentar lições e experiências que lhe permitem agora, como chefe da Nação, avaliar e valorizar a ação da imprensa, sobretudo em sua dimensão de liberdade e de expressão dos sentimentos e impulsos populares: “Acredito firmemente que a imprensa exerce um papel absolutamente vital no processo democrático”, enfatizou Collor aos jornalistas, certamente movido pela mesma compreensão que tinha Ruy Barbosa: **A imprensa é a vitória da Nação.**

Alerta dos Guararapes

Quando, ao final da década de 70, movimentos sociais organizados no Brasil deflagraram decisiva mobilização nacional pela redemocratização, ganhou força e impulso o sentimento da opinião pública apelando aos militares, no poder desde 1964, para que voltassem aos quartéis. Com a abertura política iniciada no governo Gaisel e concluída no governo Figueiredo, sob a pressão das Diretas Já e outras campanhas populares que culminaram com a última eleição presidencial indireta, consagrando Tancredo Neves, os militares voltaram aos quartéis. Garantido ao governo Sarney condições para consolidação da restauração democrática, agora, passados menos de dois anos do governo Collor, os militares brasileiros estão novamente inquietos, demonstrando insatisfações e preocupações diretamente relacionadas com as dificuldades econômicas e sociais que o País atravessa.

Obviamente, a questão militar, expressa de forma mais palpitante nos últimos dias, com manifestações oficiais de apreensão, não pode nem deve ser vista ou analisada isoladamente. Ela faz parte do cenário nacional cheio de desafios impostos ao Brasil nesta delicada fase de transição econômica. Embora sejam muitos os aspectos de ordem institucional e de ordem conjuntural que se colocam ao debate na atualidade sobre as Forças Armadas, a questão salarial está ocupando altíssima prioridade nos gabinetes militares porque é o combustível que tem alimentado inquietação dentro dos quartéis.

Salários baixos não são um problema exclusivo dos militares como servidores públicos. Os servidores civis também enfrentam dificuldades com seus salários achatados pela atual política econômica do Governo. O problema é agravado pela falta de isonomia entre os Poderes, assunto que tem tomado algumas horas da agenda diária do presidente Fernando Collor. Os militares

não aceitam passivamente que permaneçam contidos seus salários e dos demais servidores do Executivo, enquanto aumentos significativos ocorrem no Legislativo e no Judiciário. O princípio da isonomia virou ficção. Aos militares fica difícil entender como um juiz esteja com salário mensal de quase Cr\$ 17 milhões, enquanto um general quatro estrelas, após 40 anos de serviço até chegar ao final de carreira, receba algo em torno de Cr\$ 3 milhões 700 mil, três vezes menos que um deputado federal, querem o fim de tanta discrepância.

Levantamentos dos gabinetes militares provam que a defasagem salarial dos militares só este ano supera os 120 por cento, tendo registrado 400 por cento ano passado e alcançando o nível de 850 por cento desde o início do governo Collor. Se não houver providências urgentes, mesmo em caráter emergencial, como já prometidas, a insatisfação nos quartéis poderá se acentuar com o novo salário mínimo de Cr\$ 230 mil previsto para maio. Um sargento que está ganhando cerca de Cr\$ 700 mil (sete salários mínimos) agora em abril, ficará em maio apenas com três salários mínimos.

Este é um grave problema não só para sargentos, coronéis e generais. Afeta diretamente a vida de 1 milhão e 250 mil militares do Exército, Marinha e Aeronáutica no País inteiro e, indiretamente, atinge a quatro milhões de brasileiros. Apesar da disciplina e da paciência dos militares, reconhecidas e louvadas por Collor, é tamanha a apreensão que o grupo militar Guararapes, integrado por brigadeiros, generais e coronéis, está fazendo um alerta à Nação sobre “causas peruanas e venezuelanas semelhantes às brasileiras”. Para esse grupo, o que está havendo nos quartéis do Brasil são “sacudidas perigosas”.

Túnel da recessão

De depois de estancar o progressivo pessimismo que lhe abalou tremendamente, desde o primeiro semestre de 1990 até o final do ano passado, em função de frustrações impostas pelos efeitos dos Planos Collor I e II, com choques e congelamentos que não atenderam às expectativas dos brasileiros e com os sacrifícios de todos exigidos pela recessão, o País voltou a exhibir confiança nos últimos quatro meses, acreditando no rumo certo da economia. Mas, as perturbações no mercado financeiro esta semana mostraram, claramente, quanto é difícil e demorada, missão de paciência e persistência, a reconstrução da credibilidade do Governo diante de uma sociedade extremamente vulnerável por tantos problemas sociais acumulados e multiplicados pela crise econômica.

São reais ou apenas especulativas as razões para nova onda de inquietação? De acordo com as mais recentes avaliações e estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), prestigiado órgão do Ministério da Economia, os quatro por cento de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de abril de 1991 a março de 1992, significam que a economia brasileira já atravessou os piores momentos do túnel da recessão e agora, após razoável período sem ser submetido a tratamentos de choques, que sempre tumultuam e paralisam o parque industrial e produtivo, o Brasil está entrando numa fase de lenta e gradual recuperação acompanhada de lenta e gradual queda da inflação.

Essa pequena luminosidade indicadora de que pode estar próximo o fim do túnel da crise parece confirmada nas últimas horas pelos levantamentos anunciados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o ritmo da inflação está diminuindo, vagarosamente, mas diminuindo, tendo registrado em abril, que termina hoje, índice de 19,83 por cento, abaixo dos 22,03 por cento de março, dos 26,10 por cento de fevereiro e das 25,6 por

cento de janeiro. Os alimentos, que sempre estão pesando mais no bolso dos consumidores, apresentaram em abril uma elevação de 18,90 por cento, ficando 4,11 pontos percentuais abaixo do índice de março, que foi de 23,01 por cento. Ou seja, a inflação evidencia uma tendência de desaceleração.

Outro indicador importante do IBGE é a taxa de desemprego que em março foi de 6,14, registrando ligeiro declínio em relação a fevereiro que marcou 6,36 por cento. Há sinais de recuperação no mercado de trabalho das seis principais regiões metropolitanas do País: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre. Assim, os números oficiais, tanto do IPEA como do IBGE, revelam que as condições econômicas estão melhorando, sendo motivo para reação positiva e otimismo moderado. Embora pesquisadores econômicos mantenham precauções, avaliando que o Brasil não conseguirá cumprir a meta de 280 por cento de inflação este ano prometida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e até estimem uma inflação acumulada de mil 200 por cento ao final de 1992, a verdade é que até pessimistas militantes já acreditam num pequeno crescimento da economia brasileira nos próximos meses.

Entretanto, o País está diante de um desafio talvez maior que o próprio controle da inflação. Os fatores que hoje inspiram confiança na sua recuperação podem ser anulados pela volta do pessimismo e da perplexidade se não for apressada a derrubada da inflação que resiste mensalmente acima dos 20 por cento. Quase apenas simbólicos pouco ou nada perceptíveis no orçamento doméstico dos brasileiros, os pequenos pontos percentuais de queda mensal da inflação são altamente estimuladores de inquietações e turbulências na complicada travessia do túnel da recessão. O povo tem pressa.

Além dos quartéis

Crescem, além dos portões dos quartéis das Forças Armadas brasileiras, nos dias atuais, as inquietações que vêm lá de dentro onde os regimes e códigos disciplinares impedem manifestações como as que se multiplicam cá fora em nome das preocupações, palpitações e aspirações da família militar também sob as pressões da crise econômica e social que atinge o Brasil. Delas partem as motivações que impulsionaram as recentes passeatas de mulheres de militares, exigindo melhores salários para seus maridos, sobretudo em Brasília e São Paulo, e pronunciamentos isolados de generais da reserva, incluindo o ex-presidente João Figueiredo, com sua advertência sobre uma iminente explosão social. Diante dessa ebulição, o próprio ministro do Exército, general Carlos Tinoco, sentiu-se obrigado a reagir e, com aprovação do presidente Fernando Collor, lançou mensagem de apelo por urgente igualdade salarial entre os três Poderes, numa tentativa de acalmar as tropas nos quartéis. Fora deles acumula-se os exercícios de avaliação e compreensão quase sempre acompanhados de receios e temores.

Entre os problemas da atualidade, dois estão provocando mais ânimos dos militares, da base à cúpula. Um, de natureza institucional e de longo prazo, reflete profunda preocupação com uma política de redução dos efetivos das Forças Armadas no continente e, obviamente também no Brasil, questões polêmica que será debatida em conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA), dia 18 próximo, em Nassau, nas Bahamas. Amplia-se o entendimento, entre observadores militares, de que o objetivo velado dessa política, proposta publicamente como diminuição de gastos militares para equilíbrio de países pobres e endividados e como porte de um plano global de desarmamento, é afastar as Forças Armadas de sua responsabilidade política de segurança nacional, reservando-lhes papel de força policial, sobretudo de fronteira e

contra o narcotráfico. Dirigentes militares do Brasil não só estranham e questionam, como rebatem a proposta argumentando tratar-se de assunto que deva ser decidido por reflexão e vontade da sociedade brasileira.

O outro problema é mais provocante porque de natureza social e imediata. Os militares estão reagindo contra as desigualdades salariais entre servidores dos três Poderes quando as necessidades e dificuldades impostas pela realidade são as mesmas para todos. Denunciam aberrações salariais que se verificam nos diferentes níveis de Governo, causando até indignação. Se no Judiciário federal há salários perto dos Cr\$ 18 milhões, nos Legislativos federal e estaduais eles estão acima de Cr\$ 10 milhões e, espantosamente, em municípios pobres do Nordeste há prefeitos ganhando mais de Cr\$ 15 milhões. Como servidores públicos do Executivo, querem o respeito à isonomia salarial determinada pela Constituição e o fim de privilégios que aumentam as distorções e ferem o Estado de direito.

São reivindicações absolutamente legítimas, portanto, e que não devem ser interpretadas equivocadamente como provocações que desenham ameaças de rompimento da ordem constitucional ou de retrocesso institucional. Os fantasmas do passado parecem aniquilados e a experiência de liberdade é fator decisivo para consolidação democrática. Entretanto, o Brasil não deve esquecer a lição histórica de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância”. O perigo agora é social e os murmúrios de insatisfação que se registram dentro dos quartéis expressam os mesmos sentimentos e inquietações do povo nas ruas, lutando pela sobrevivência e por direitos que a democracia assegura.

Pacto contra recessão

Estimativas oficiais indicam que cerca de 30 milhões de brasileiros estão atualmente, fora do mercado formal de trabalho, enfrentando muitas dificuldades de sobrevivência. Somente em São Paulo, principal centro econômico do País - o desemprego atinge quase 1 milhão 200 mil pessoas na região metropolitana da capital. É um número recorde desde 1985.

No Rio de Janeiro, o drama do desemprego tem empurrado milhares de pessoas para frequentes ondas de saques a supermercados, aumentando o poder de fogo do crime organizado na escalada da violência. Pela repressão policial, os saques estão contidos. Mas, isso não dá segurança nem tranquilidade à população do Rio, pelo simples fato de que o problema social não está resolvido. Ele permanece fermentando os bolsões de pobreza, sobretudo nos morros, de onde a qualquer momento podem descer novos arrastões de legiões de famintos e desempregados.

Em Brasília, mais afetada que outras capitais pelo ajuste econômico, em virtude da demissão de cerca de 150 mil servidores públicos, a desocupação de trabalhadores tem sido agravada pela atração que a cidade exerce sobre desempregados de outras regiões e pelo crescimento do número de pedidos de falências de empresas: 53 em 1990, 213 em 1991 e 115 apenas de janeiro a abril deste ano. Calcula-se que existam no Distrito Federal, hoje, mais ou menos 300 mil desempregados que estão se virando como podem, muitos transformados em mascates.

Com a forte recessão imposta pela política econômica do Governo desde 1990, a taxa de desemprego no País dobrou. De menos de três por cento, em 1989 atinge agora mais de seis por cento. Confirmam esse quadro preocupante os pedidos de seguro-desemprego acumulados no Ministério do Trabalho: 1 milhão 500

mil em 1990, 2 milhões 93 mil em 1991 e só nos primeiros quatro meses deste 1992 aproximadamente 1 milhão 100 mil pedidos de trabalhadores demitidos. Os números se refletem nas ruas do Rio, São Paulo, Brasília e outras capitais literalmente ocupadas por milhares de camelôs armando suas barracas contra a recessão.

O próprio Governo já está reconhecendo que a dose do remédio tem sido forte para o paciente, país extremamente necessitado de recursos para investimento e atendimento a todas as suas demandas sociais, muitas de urgências urgentíssima. Manter a pressão recessiva é apostar no crescimento da taxa de desemprego que, depois do estágio atual, pode chegar rápido aos oito ou nove por cento, tornando a perspectiva de retorno à normalidade ainda mais difícil. Este temor faz o Governo anunciar agora preparativos para retomada do crescimento entre dois e três por cento ainda este ano. Chega de zero e muito menos passo de caranguejo.

O Brasil pode reagir e deve absorver lições da experiência atual de países industrializados, como Estado Unidos, Japão e Alemanha, com economias desaceleradas mas em recuperação. Os governos das nações ricas estão administrando crescimento econômico moderado, tentando garantir o controle da inflação, com razoável crescimento do desemprego. Em resumo, o caminho é crescer mesmo com desemprego evitando o caminho único da recessão contra a inflação. É nesta direção que estão andando e avançando as principais lideranças, empresariais e dos trabalhadores do Brasil, concentradas em São Paulo, discutindo e buscando, serena e responsabilmente, saídas para a crise. Dessa aproximação fortuita poderá surgir um pacto entre capital e trabalho decisivo para a necessária e urgente retomada do crescimento brasileiro.

Pedras no caminho

Caminho difícil, tortuoso, complicado, delicado, sofrido e surpreendente, este que leva o Brasil à sonhada plenitude democrática. Cada escândalo político ou administrativo passa rapidamente do choque inicial para um progressivo envolvimento emocional da opinião pública que vislumbra logo no horizonte, quase sempre, um clímax perigoso de crise institucional ou de retrocesso.

Superadas preocupações e incertezas que mexeram com as entranhas do Governo em seus primeiros 18 meses, o Brasil passou a viver, novamente, nos últimos dias, o desconforto da apreensão, a partir do pacote explosivo de denúncias desembrolhado pelo empresário Pedro Collor de Mello, irmão do presidente. Mesmo sem apresentação de provas, mas com aparente grau de gravidade, as denúncias acabaram inquietando o Palácio do Planalto, agitando o Congresso Nacional, preocupando o corpo diplomático, enervando o mercado financeiro, derrubando as Bolsas, reanimando os especuladores e deixando o povo sob outra onda de perplexidade. Menos seu alvo principal, o empresário Paulo César Farias, nacionalmente conhecido como PC, e mais por lançar respingos de acusações sobre a figura do presidente da República, o pacote explosivo, originário de conflito familiar, ganhou a dimensão política nacional e repercussão internacional.

Embora não se deva precisar qual a circunstância mais adequada para que negociatas com recursos públicos sejam denunciadas e investidas, porque os interesses da Nação estão acima de qualquer circunstância, é lamentável sob todos os aspectos, que o Brasil esteja sendo submetido a mais esta provação. Sobretudo num momento político e economicamente favorável às aspirações brasileiras em suas relações internacionais. É deplorável que o Brasil esteja em manchas escandalosas nos principais jornais do mundo exatamente quando se prepara para receber cerca de 130

chefes de estado de vários países convidados à Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, quando a economia começa a exibir sinais de controle da inflação e de retomada do crescimento, no momento em que o País está tentando superar dificuldades de renegociação de sua dívida externa e, mais ainda, quando importantes investidores estrangeiros recuperam credibilidade na capacidade brasileira de sair da crise.

Enquanto as denúncias de Pedro Collor são investigadas ou apuradas, “dentro da mais absoluta transparência”, como determinou o seu irmão e presidente, Fernando Collor, em respeito à verdade e às leis, cabe ao povo brasileiro compreender que democracia não é uma pintura composta e acabada no tempo desejado, mas uma pintura concreta em permanente aperfeiçoamento. E nesse exercício, cabe à imprensa cumprir com responsabilidade ética o seu papel fundamental de mostrar à Nação o mal que lhe fazem os inescrupulosos, devassando os delitos que se ocultam, sempre com prudência e sensatez para não abrigar leviandades e falsidades nocivas às pessoas e às instituições.

Como não foi esta a primeira pedra no caminho do seu Governo e certamente não será a última, o Presidente precisa manter-se em serenidade e paciência diante desses obstáculos, sem permitir que a tolerância atinja o nível da hesitação ou do excesso de paciência danosos à sua credibilidade como condutor da Nação. E sempre consciente de que não há apenas uma pedra no caminho, como na visão do poeta, mas muitas pedras que dificultam a travessia cheia de entulhos de indecência e impunidade acumulados ao longo dos tempos. A mudança do Brasil é um desafio que exige muito mais paciência do que audácia.

Império da corrupção

Falcatruas, trambiques, calotes, conchavos, fraudes, superfaturamentos, tráfico de influência, formação de quadrilha, roubo do dinheiro público, enriquecimento ilícito, corrupção. Os fatos, as denúncias, as evidências e os sinais de investigadores que têm dominado o noticiário nacional nos últimos meses e mais intensamente nos últimos dias, deixam às escâncaras um Brasil em crise profunda, que causa, sobretudo aos mais jovens, angústias e inquietações quanto ao futuro.

Qualquer diagnóstico que se tente fazer da atualidade brasileira, passando pela economia, pela política e pela administração pública, acabará detectando um Brasil afetado por sintomas graves, muitos consequentes do seu crescimento desarmônico e outros próprios de distorções culturais acumuladas. O mais preocupante, entretanto, é o que coloca o País em delicado momento de sua história social sob o signo da impunidade e da decadência moral.

Os abusos de poder ou a degeneração no exercício do poder público no Brasil têm provado sérios danos à credibilidade dos dirigentes da Nação, além dos maus exemplos que desorientam a sociedade e até estimulam comportamentos e posturas intoleráveis. Cresce a preocupação, entre os analistas sociais, quanto ao julgamento popular equivocado que chega ao ponto de considerar aceitáveis práticas absolutamente irregulares e abomináveis. O conforto está na certeza de que existe uma anestesia cultural sobre essa inversão de valores, que não atinge toda a sociedade brasileira, e na confiança de que nem tudo está perdido, havendo tempo e amplas possibilidades de recuperação.

Embora cansados de tantos e frequentes escândalos, envolvendo figuras importantes da República, os brasileiros demonstram, quando alertados e mobilizados, que não esgotaram suas es-

peranças na construção de uma sociedade orientada por padrões de responsabilidade e honestidade. Elas, as esperanças, estão renovadas agora, no âmbito político, com o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso que está apurando as denúncias de Pedro Collor, irmão do presidente da República, contra o empresário Paulo César Farias, o PC bombardeado por acusações de vários lados, indicando principalmente o seu tráfico de influência dentro do governo com elevados prejuízos aos cofres públicos.

Surgida e instalada como mais uma comissão, entre as tantas em funcionamento no Congresso que se dedicam à investigação de irregularidades em diversos setores e níveis da administração governamental, a CPI sobre o PC, inicialmente encarada com reservas e desconfianças, está surpreendendo e crescendo em conceitos e credibilidade. Os brasileiros acostumados com CPIs tradicionalmente sem os resultados esperados, de repente, estão sendo contagiados por expectativa positiva criada pela CPI sobre PC, que tem exibido vontade firme de apurar as denúncias, evitando manipulações partidárias ou pressões do jogo de interesses políticos, e tranquilidade em seguir na direção da verdade, sem temores de eventuais ameaças à instabilidade institucional. Consciente, portanto, de que seu trabalho garante o fortalecimento democrático.

Seguindo as pistas de cada depoimento tomado, os procedimentos dessa CPI estão despertando na opinião pública uma confiança aparentemente recolhida ou massacrada pela impunidade. Dificilmente serão encontradas provas concretas que permitam sentenças com punições rigorosas, ou por ausência de culpados ou porque a corrupção não deixa rastros. Mas seu desempenho é fundamental aos olhos dos brasileiros sedentos de ética, justiça, igualdade, moralidade e derrubada do império da corrupção.

III. Reação e explosão

Guilherme de Hume

Em qualquer tempo histórico-social das civilizações, independentemente de seus estágios políticos, econômico e cultural, verificam-se princípios, valores e normas de moral e ética que regulamentam e orientam os comportamentos, as posturas e as relações mútuas tanto de indivíduos quanto de grupos sociais. Quando essa ordem ética, adotada livre e conscientemente, é afetada por abusos individuais ou coletivos, não controlados e não reprimidos, germina a impunidade, as instituições se degeneram e o povo sofre um processo de autodestruição, espiritual e materialmente. Assim, muitos impérios, como o romano, que se pretendiam inabaláveis, desmoronaram.

Cientistas sociais e historiadores contemporâneos e do passado sustentam que uma sociedade corrompida assimila facilmente poderes que sejam corruptos. Mas, uma sociedade que busca preservar valores éticos e morais rejeita ostensivamente poderes que se deixam envolver com ações e práticas ilícitas contrárias ao interesse público. Felizmente, esta é a reação que se observa no Brasil de hoje, atingido por preocupante onda de corrupção não só entre organismos governamentais como em setores importantes da própria sociedade. É geral o sentimento de que todos estão aplicando, rigorosamente, **a lei da vantagem** em tudo.

Chegou a deterioração a nível tão alarmante ao ponto de um dirigente da responsabilidade do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, ao comentar esta semana a elevada sonegação de impostos no Brasil, ter afirmado em corajosa avaliação genérica. “Todos nós somos corruptos. O crime compensa porque a pessoa não paga imposto”. Quase simultaneamente, outro dirigente, político, líder do PRN, senador Ney Maranhão, diante de câmaras e microfones no Congresso Nacional, surpreende, com sua incrível sinceridade, confessando-se sonegador e advertin-

do: “Quem não sonegar, quebra”. Certamente, com manifestações tão enfáticas, os dois quiseram condenar a fúria fiscal que tanto estimula a sonegação e a corrupção.

Sem hipocrisia, embora chocantemente, ambos contribuíram para intensificar o debate nacional, sobre a urgência de resgate de valores éticos e morais amortecidos, despertada na sociedade pelo rumoroso caso PC Farias, sob apuração de Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso. Enquanto as denúncias relatadas pela imprensa, no cumprimento do seu papel democrático, são apuradas pela CPI e investigadas pela polícia, para posterior julgamento dos implicados pela Justiça, ficam evidentes a reação reflexiva da opinião pública brasileira e seus juízos morais sobre os que cometem abusos contra os interesses da Nação. Os que são insistentemente denunciados ou acusados estão sujeitos ao rigor do julgamento popular que, geralmente, se define muito antes de investigação policial conclusiva ou de decisão judicial.

É que os juízes morais da sociedade ocorrem como um fenômeno interpretado pelo filósofo e historiador inglês do século XVIII, David Hume, após estudos sobre o entendimento humano. O fenômeno da passagem da possibilidade e hipóteses para conclusões e convicções, mesmo que, por quaisquer razões ou dificuldades, inexistam provas materiais que qualifiquem o que deve ser e o que não deve ser. Como tem acontecido em relação aos escândalos mais recentes de fraudes e irregularidades na administração pública, pesam sobre seus principais personagens e protagonistas os juízos morais da sociedade antecipando-se ao veredicto da Justiça. É a reação massifica e reflexiva em defesa da ética e da moral. Sempre foi assim e assim será sempre. Os acusados, sem provas contundentes do contrário, ficam sob a guilhotina de Hume.

Legalidade democrática

Do pronunciamento do presidente Fernando Collor à Nação negando, enfaticamente, ter ligações ou negócios com o empresário Paulo César Farias, acusado de tráfico de influências, sonegação de impostos e formação de quadrilha dentro do Governo, ressaltam-se dois pontos extremamente significativos para o encaminhamento de solução à crise que abala o Brasil: a resistência presidencial às pressões, garantindo que o mandato será cumprido até o final; e o fortalecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga as denúncias contra o incrível e polivalente PC, já transformado em verdadeiro mito no imaginário popular.

Com o alerta de que se enganam os que pensam intimidar-lhe pelo “furor denunciatório”, Collor reafirmou sua disposição pessoal e sua coragem cívica de continuar, sem interrupção, o projeto de mudanças para o Brasil, sem voltar atrás e afastando qualquer possibilidade de renúncia. Sua firmeza de propósito certamente proporcionou razoável tranquilidade ao mercado financeiro. Assim sendo, nada muda na política econômica e, sobretudo, ficam afastadas hipóteses de choques ou programas de impacto que frequentam as bolsas de especulações. O anúncio presidencial está ainda sintonizado com a vontade da maioria da população brasileira que não está pretendendo renúncia ou impeachment de Collor, mas simplesmente apuração profunda dos escândalos e fim da impunidade que tem sido o principal estimulador de corrupção do País.

Sobre esse aspecto, também sob o Presidente interpretar ao anseio popular. “Que se investigue e puna, se for culpado, todo aquele que abusou do meu nome, de minha proximidade e de minha confiança. Sou o primeiro interessado no esclarecimento definitivo dos fatos; sou o primeiro interessado na verdade”, expressou Collor, renovando sua inflexibilidade com desvios administrativos ou atividades escusas. Demonstrando a serenidade de quem

não teme investigações e a determinação de quem deseja completa transparência nas explicações à opinião pública, o Presidente lembrou que não lhe falta coragem “para apurar o que for necessário e oferecer resposta correta à indagações”.

É verdade que toda essa onda de denúncias tem deixado o presidente Collor em situação politicamente desconfortável e seus ministros sob perplexidade e até constrangimento porque, já se disse, os juízos morais da sociedade se antecipam ao veredicto da Justiça. Entretanto, em pleno fogo cruzado, tem sido notável a postura democrática do Presidente, rebatendo pessoalmente as acusações, procurando os meios legais de defesa e colocando o Governo à disposição para ser investigado. É inegável o seu empenho em querer que as coisas se esclareçam rapidamente a fim de evitar maiores inquietações e prejuízos aos Países. Ainda esta semana, mesmo tendo o Congresso decidido pela autoconvocação suspendendo o recesso deste julho, Collor também resolveu convocar o Congresso, entre outras razões, “para que não se interrompa o trabalho da CPI”, como justificou em seu pronunciamento.

É que está na CPI do Congresso e foro correto para investigação desse turbulento caso PC. Cabe à CPI separar as denúncias consistentes das falsas, apurar com imparcialidade e responsabilidade, e chegar à verdade para que os comprovadamente culpados sejam rigorosamente punidos pela Justiça. Fora da CPI e antes dos resultados da CPI, são precipitados quaisquer julgamentos e perigosas as condenações não só pelos danos que causam às pessoas como e principalmente às instituições. O caminho da lei passa pela CPI, que representa, neste momento delicado, respeito aos princípios democráticos e submissão de todos aos ditames da legalidade.

A força do Congresso

Durante 20 anos, a partir de 1964, o Executivo brasileiro, apoiado nos pilares de excepcionalidade do regime militar, foi um poder extremamente forte e vigorosamente autoritário. Onipotente, extraplorou suas atribuições e deixou o Legislativo e o Judiciário asfixiados. Os três Poderes praticamente se resumiam no Executivo, decidindo, legislando e julgando, onisciente sobre os destinos da Nação.

Com a redemocratização, que se iniciou no governo Geisel, avançou no governo Figueiredo e se concluiu no governo Sarney, as instituições foram, gradativamente, recuperando suas forças e retomando os espaços perdidos. O Brasil de hoje reflete essa transmutação. Os tribunais estão abarrotados de processos. Nunca os brasileiros correram e recorreram tanto à Justiça quanto nos últimos dois anos, sobretudo patrocinando ações contra o Governo na defesa de direitos cerceados ou atingidos.

Milhões de aposentados em todo o País deram uma demonstração magnífica de exercício saudável da cidadania. Ocuparam os corredores dos tribunais, perderam algumas batalhas, não desistiram, ganharam outras, até a vitória final do Supremo que assegurou o pagamento do reajuste de 147 por cento negado pelo governo. Surpreendentemente, velinhos doentes chegaram a enfrentar a polícia nas ruas tentando o amparo da Justiça. Voltou a ser o Judiciário um poder forte e o povo novamente está nele confiante.

Quanto ao Legislativo, duas chances preciosíssimas se perderam na recuperação do tempo perdido. A primeira na memorável campanha das Diretas Já em 1984. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira murcharam-se as esperanças de então e a maioria dos brasileiros frustrada adiou a renovação da credibilidade do Congresso. Outra oportunidade histórica foi a Constituinte, em 1988. Apesar de toda a mobilização nacional e da empolgante partici-

pação da sociedade, ao final ficou a avaliação pública de que o processo constituinte serviu-se a um jogo de pressões que pouco contribuiu para o prestígio da classe política.

Quatro anos depois, o Congresso tem agora novamente a sua hora. Diante de um Executivo debilitado por turbilhão de denúncias, o Brasil busca livrar-se da horripilação moral através do Legislativo, que tem outra chance de superar o desgaste sofrido e acumulado em anos. Com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o empresário Paulo César Farias, o Congresso atraiu novamente para si os olhos e os anseios dos brasileiros, interessados em que sejam apuradas, até a profundidade onde se encontra a verdade, todas as suspeitas sobre tráfico de influência e formação de quadrilha dentro do Governo.

Quando foi instalada, essa CPI parecia condenada ao fracasso antecipado. O fato de ter na presidência um parlamentar do PFL, Benito Gama, e na relatoria um peemedebista moderado, Amir Lando, fez a CPI ser interpretada, inicialmente, como mais uma encenação. Pouca esperança de resultado concreto animava o sentimento da opinião pública. Mas, os dirigentes e integrantes da CPI sentiram o peso da responsabilidade e a singularidade oferecida pelo movimento da história, assumiram o anseio popular contra a impunidade e transformaram a CPI sobre PC no centro de atenções do País.

Está fazendo a CPI até agora um trabalho indubitavelmente sério, organizado, objetivo, prudente, inteligente e imparcial, que tem despertado a confiança da Nação no Legislativo. Os brasileiros, expectadores vigilantes e expectadores exigentes, querem a verdade comprovada. O Congresso mostra agora sua força com uma nação transcendente que faz o País sentir na contradição do constrangimento presente a inevitável esperança do futuro com nova dimensão de moralidade.

CB, 09-07-1992

Brasil esperançoso

Ensinam a história humana, diligentes filósofos, admiráveis poetas e a própria sabedoria popular que sempre depois de grandes crises ou dificuldades surgem momentos de serenidade e harmonia. Obstáculos que perturbam a realização de anseios e o sofrimento que afeta a conquista de idéias parecem compor a arte dramática de aprimoramento e enriquecimento moral de pessoas e sociedades. O conforto está na experiência provada de que após a desgraça vem alguma graça, após as trevas vem alguma claridade. Ou como costumava sentenciar antologicamente o genial e saudoso Mauro Mota, escritor, poeta, presidente da Academia Pernambucana de Letras: “Depois da tempestade vem a bonança e os corpos das vítimas”.

É quase consenso nacional de que o Brasil será outro após a turbulência política provocada pelo impetuoso tufão de denúncias que têm sido investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as atividades ilícitas do empresário Paulo César Farias dentro do Governo. É quase uma imposição da fatalidade que uma CPI criada por impulsos de uma pessoa sem mandato eletivo, Pedro Collor de Mello, mas carimbada pela condição intransferível de irmão do Presidente da República, tenha se transformado numa tribuna de julgamento político do Governo e, mais do que isso, num instrumento de pressão da sociedade para rompimento de uma mentalidade extremamente danosa aos interesses públicos do País. Embora esteja historicamente enraizada e até seja ingrediente do caldo cultural, nunca a corrupção foi tão debatida e tão profundamente examinada quanto agora sendo seus agentes intensamente expostos à opinião pública.

Como resultado, cresce a expectativa nacional em torno do desempenho criterioso e responsável do Legislativo e do respeito aos postulados da Justiça. O Congresso está vivendo uma

oportunidade histórica de recuperação do seu prestígio e de sua credibilidade tão desgastados ao longo de décadas. Mais importante do que a desventura de pessoas envolvidas em escândalos, que causam perplexidade e estarrecimento, são os interesses da Nação. Por mais graves que sejam as acusações e por mais assustadoras que sejam as evidências, no entanto, não deve ser aceito mas rejeitado qualquer julgamento precipitado.

Confirmado as denúncias de enriquecimento ilícito, estelionato e formação de quadrilha operando com o dinheiro público ou, do contrário, nada sendo encontrado de comprovadamente criminoso, o fundamental é que, concluídas as apurações, o cumprimento das leis seja absolutamente rigoroso. Assim estarão garantidos o engrandecimento e o fortalecimento dos poderes que governam o Brasil, como instituições, e a Nação brasileira poderá retomar o seu caminho de normalidade no desenvolvimento político e econômico.

Por tudo isso, cabe à CPI sobre PC Farias uma tarefa de gigantesca responsabilidade. Precisa apressar seus trabalhos e chegar logo ao relatório final para que seus reflexos e desdobramentos não atinjam mais demoradamente as atividades econômicas do País já afetadas pelos efeitos da recessão. E tem que agir cautelosa e sensatamente sem abrir espaço aos sentimentos revanchistas, ao oportunismo de aventureiros, aos sedentos de notoriedade a qualquer preço e aos protagonistas de pirotecnia política. Nada disso interessa ao País. O que importa o Brasil é readquirir a confiança nos poderes constituídos e renovar as esperanças na sua capacidade de ser uma grande Nação. Após esta crise, certamente surgirá um Brasil politicamente com mais segurança e moralmente com mais dignidade.

Emergência brasileira

Há mais de 15 anos combater a inflação no Brasil tem sido quase o principal desafio das políticas econômicas adotadas em vários governos. Com exceção de pequenas e momentâneas vitórias, mais artificiais do que reais, oferecidas por choques de planos mirabolantes e até traumatizantes, pouco foi possível ao País quanto a resultados positivos, objetivos e duradouros. Menos ainda conseguiu a economia brasileira em desempenho e crescimento, perdendo tempo e energia com programas e projetos complicados de reorganização sem futuro garantido.

Agravado por dificuldades estruturais e conjunturais da economia, o crônico problema da inflação brasileira, sempre perturbador e muitas vezes ameaçador de convulsão social, tem impedido a execução de política de desenvolvimento coerente e harmônica, com horizonte e estabilidade de longo prazos. Projetos desenhados ao longo dos anos sucumbiram às pressões inflacionárias que aumentam, as angústias sociais e as exigências do imediatismo de soluções. E nos últimos dois anos, além da inflação persistente, os efeitos danosos e destruidores de uma forte recessão têm deixado o Brasil em situação de crescente dramaticidade social.

É fácil constatar, e o próprio Governo faz esse reconhecimento, os sacrifícios e os desgastes impostos ao País e aos brasileiros pelo conjunto de fatores que permitem o agravamento da crise econômica com a resistência da inflação, altas taxas de juros, retração das atividades produtivas, elevação do desemprego e arrocho salarial. Entre todos, porém, mais preocupante é a inflação, inabalável diante de métodos de combate de reduzida eficiência e eficácia. Além de preocupante, inquietante porque o processo inflacionário no Brasil tem sido responsável por distorções de mercado absolutamente inaceitáveis, desde que, rigorosamente, não resistem ao mínimo exercício de lógica e racionalidade.

Exemplo prático: um cidadão brasileiro levou, esta semana, seu carro, um Del Rey 1984, avaliado em Cr\$ 16 milhões, para conserto de um vazamento de óleo originário do câmbio automático. Diante do problema mecânico verificado e confirmado, das peças necessárias e inadiáveis, e do prévio orçamento apresentado, ficou sob total incredulidade e em estado de choque: Cr\$ 19 milhões 500 mil, aproximadamente Cr\$ 14 milhões 500 mil (peças) e Cr\$ 5 milhões (mão-de-obra). Com uma informação ainda mais intrigante: há um ano tudo não passaria de Cr\$ 2 milhões. Absurdos desse tipo podem até ter uma explicação de economistas atentos e do mercado especializado, mas aos consumidores em geral só causam revolta e indignação.

É o resultado de uma economia desordenada que transforma a inflação num imposto pesadíssimo, insuportável, para a população. Apesar de todo o esforço e das tentativas oficiais, é o que o Brasil experimenta ainda nos dias de hoje, sendo enorme a sua distância para a situação de conforto dos países industrializados. Enquanto no Brasil a inflação acumulada nos últimos 12 meses atinge 900 por cento, nos principais países industrializados, com suas economias estabilizadas, esse índice é extraordinariamente insignificante: Estados Unidos (três por cento), Japão (dois por cento), Alemanha (4,6 por cento), França (3,1 por cento), Itália (15,6 por cento), Inglaterra (4,3 por cento) e Canadá (1,3 por cento). A diferença é alarmanete, sobretudo com o Brasil mantendo uma inflação no ritmo mensal de 20 por cento, com efeitos devastadores, deixando milhões de pessoas no limite da sobrevivência. O Brasil precisa superar logo a crise política atual para unir suas forças, principalmente empresários e trabalhadores, e tentar reverter esse quadro difícil, recuperando a confiança e recontrando o caminho do progresso econômico e social.

Pepel histórico

Há algo quase coercitivo mexendo saudavelmente com a sociedade brasileira nos dias de hoje, pressionando uma mudança nas atitudes individuais e coletivas. Conflitos e contradições permanecem afetando as regras de convivência social em todas as camadas, não havendo classe privilegiada totalmente acima da desordem moral. Entretanto, o Brasil começa a sentir uma crescente adesão íntima em torno de uma esperançosa recuperação de princípios éticos que tornem possível uma evolução política e social também reveladora de progresso espiritual, sem espaço para falsidades e hipocrisias.

É significativo que essa motivação para mudança esteja sendo experimentada agora no campo político. Dentro do Congresso, aumentam as inquietações reflexivas da sociedade por um resultado sério e responsável da CPI sobre PC, que se tornou centro de atenções do País e oportunidade histórica de resgate da moralidade nos negócios públicos. E fora do congresso, as campanhas eleitorais que se intensificam em todo o Brasil para escolha de novos prefeitos em outubro estão desenhando uma nova ordem que parecia impossível.

Embora algumas manifestações possam ser interpretadas como exteriorizações de uma regulamentação moral circunstancial, a verdade é que o furacão de denúncias, que tem agitado o Congresso e deixado a Nação estarecida, vem produzindo efeitos diretos sobre as campanhas de milhares de candidatos que tentam chegar ao poder nas capitais e no interior. Certos males de corrupção mantêm-se invictos mas já é possível uma constatação interessante: tradicionais financiadores eleitorais, menos por imposições da recessão econômica e mais pelos temores de envolvimento em alguma irregularidade e de eventuais julgamentos de desaprovação diante da opinião pública, estão cautelosos e retraídos.

Principalmente no eixo Rio-São Paulo, prefeituráveis que projetaram campanhas bilionárias para garantir suas vitórias agora refazem suas contas e adotam a parcimônia obrigatoriamente.

Reflexo semelhante pode ser verificado ainda no âmbito de grandes produtores especializados em marketing político, que sentem o drama do adiado retorno de altos investimentos em dólares. Muitos e elevadíssimos negócios estão cancelados e outros reduzidos. As futuras campanhas eleitorais continuarão movimentando grandes somas de dinheiro, mas não é exagero imaginar que nesta próxima vai ser bem menor o abuso do poder econômico. Financiadores e financiados comportam-se prudentemente e tentam evitar os riscos de serem traídos por operações clandestinas ou agentes fantasmas como os que têm sido ostensivamente denunciados na CPI sobre PC. Além disso, entidades civis, professores, estudantes e trabalhadores estão mobilizados, nas ruas e auditórios, empunhando as bandeiras da ética e da moral.

São apenas alguns sinais, mas importantes sinais. O Brasil perplexo com o lamaçal de imoralidade e corrupção exposto na CPI sobre PC, vai saindo da perplexidade e reagindo. Com essa CPI, de papel histórico pela sua função política e social, está despertando um Brasil que cobra, sobretudo dos homens públicos, honestidade e seriedade em propósitos e comportamentos. Crescem na sociedade brasileira a defesa da moral que faz a felicidade dos honestos e o repúdio à imoralidade que é o prazer dos espertos. Assim está forçadamente mudando o comportamento moral dos brasileiros, em condições objetivas de valores, necessidades e interesses. Ganha amplitude o sentimento nacional por imperativa modificação nas atitudes de caráter e consciência de cada um e de todos para que, superadas as distorções e inversões de valores, seja alcançada a realização moral constante e estável da sociedade.

Silêncio da sabedoria

Após quase três meses do devastador furacão PC, deixando o Brasil atônito com escândalos de corrupção, enriquecimento ilícito, abuso de poder, falsidade ideológica, tráfico de influência, sonegação fiscal, operações bancárias “fantasmas” milionárias e formação de quadrilha dentro do Governo, tudo sob apuração da CPI, um sentimento duplo de expectativa otimista e pessimista domina a opinião pública brasileira. Um sentimento que transita entre o vai mudar tudo e o não vai dar em nada.

Como reflexo, dentro do Congresso, cresce a confiança das oposições quanto à possibilidade de processo de impeachment do presidente Fernando Collor, consideradas as provas que mostram evidências de ligação do PC, o empresário, com o Palácio do Planalto. Ao mesmo tempo aumenta a tranquilidade entre os governistas após o fortalecimento da resitência com barreiras pefelitas armadas pela chamada Operação Marcílio destinada ao remanejamento de verbas num ano de agitação eleitoral.

Entretanto, quanto mais se aproxima o momento definitivo do relatório da CPI sobre Paulo César Farias, cujos efeitos políticos estão diretamente relacionados com seus efeitos jurídicos, mais inquietas ficam as oposições diante do pouco interesse popular, convencidas de que o difícil processo de impeachment só será possível se houver pressão social. Os próprios líderes oposicionistas apresentam-se intrigados com o comportamento apático e silencioso do povo, embora avaliem existir na sociedade uma indignação contra os atos de corrupção denunciados, envolvendo milhões e milhões de dólares. Apenas três manifestações, no Recife, Porto Alegre e São Paulo, nos últimos dias, conseguiram reunir, segundo cálculos das polícias militares, aproximadamente 20 mil pessoas, número inexpressivo para mobilizações lideradas por várias entidades civis. Por quê? Algumas hipóteses sugerem explicações.

Primeira o esgotamento de energia popular em movimento de esperança e de salvação nacional que acabaram em grande frustração. O povo não esquece o exaustivo esforço pelas Diretas Já sufocado e anulado em votação no Congresso. Nem esquece a decepção sofrida após toda a vibração que emprestou ao sucesso efêmero do Plano Cruzado. Fazem parte desse esgotamento a derrota de 30 milhões de eleitores no último pleito presidencial e o desconforto que atingiu 35 milhões de eleitores vitoriosos sob a perplexidade do bombardeio de tantas denúncias.

Segunda, o temor do desconhecido pelo cumprimento da Constituição na eventualidade de uma substituição presidencial com a posse do vice, Itamar Franco. Sempre sábio, o povo demora a assumir uma aventura quando nela não está depositando confiança e crença. Isso não significa que a sociedade seja golpista. Simplesmente demonstra ausência de entusiasmo pelo desconhecido.

Terceira, falta uma liderança carismática, responsável, confiável aglutinadora, envolvente e cheia de determinação histórica, como Tancredo Neves, estadista que proporcionou à Nação um instante memorável de fervor cívico estrelando o movimento das Diretas Já que abriu as portas da redemocratização. A pouca reserva de liderança existente tem sido insuficiente para atrair uma empolgação.

E quarta, seguramente o povo está avaliando que pode significar precipitação ou açodamento participar de mobilização contra a impunidade ou em defesa do impeachment antes de ser conhecido o relatório final da CPI que indicará o rumo dos acontecimentos políticos. Na prudência de sua eterna sabedoria, o povo só vai à luta quando se sente verdadeiro protagonista do seu destino.

Alea jact est

Sempre vitorioso com seu eficiente marketing político, arma acionada em momentos cruciais de seu Governo exigentes de algum evento empolgante ou de forte apelo emocional, o presidente Fernando Collor certamente está arrependidíssimo do grave erro estratégico que cometeu, improvisadamente, em discurso aos taxistas de Brasília reunidos no Palácio do Planalto. Ganhou um pequeno apoio sem consistência, mas perturbou todo o esforço da tropa parlamentar de choque empenhada em garantir a sustentação do Governo ameaçado de impeachment.

Sob pressão da crise política e num pulso intempestivo, Collor ultrapassou o limite e não disse as palavras certas no lugar certo, como deve sempre cuidar um estadista. Foi fiel ao seu estilo marcante, revelador fiel do seu íntimo e de sua própria personalidade, mas negligenciou diante da circunstância. Ao lançar seus aliados contra adversários em batalha nas ruas, tentando manifestações a seu favor, portou-se como um comandante destemido em teatro de operações que determina o ataque avaliando equivocadamente o potencial de sua unidade e menosprezando o volume de sentimento, resistência e agressividade da força oposta. Um erro fatal de provocação cuja ousadia produz uma reação superiormente arrojada.

Em silêncio de sabedoria, esperançoso mas desconfiado, o povo estava quieto. Mesmo revoltado com a alarmante onda de corrupção apurada pela CPI sobre o caso PC, estava quieto. Parecia guardar pacientemente sua revolta contra a impunidade e contra o abuso de alguns impatriotas que usam o poder desrespeitando a Nação e seu povo. Várias vezes convocado, nas últimas semanas, por lideranças respeitáveis da sociedade civil, o povo quase não se mexeu. Quando respondeu, reagiu timidamente sem qualquer vibração coletiva. Os partidos de oposição já se confessavam preocupados e tensos pela enorme dificuldade de mobilização de massa, conside-

rada essencial para o rumo de uma solução séria da crise política que deixa o Governo encurralado. De nada adiantou a reconhecida capacidade de articulação e organização das centrais sindicais. Diversas tentativas se frustraram. O povo estava quieto, apesar de sua visível inquietação com tantos escândalos de corrupção.

Em seu lugar, observando silenciosamente, seguramente estaria o povo permanecendo, esperando o relatório da CPI, se não tivesse sido atingido pelo instigante desafio presidencial. O resultado foi um Brasil emocionalmente reativado: o domingo verde-amarelo desejado pelo Governo transformou-se num surpreendente e inédito domingo negro; e a pretendida festa colorida para abafar os efeitos da CPI acabou dando lugar a grande manifestação de apoio ao trabalho da CPI e de luto pelo Governo. Democrática e pacificamente, sem que, houvesse tempo hábil para planejamento ou organização, sem nenhuma liderança dirigindo a manifestação, sem mesmo ter havido comunicação da convocação, o povo foi às ruas com os sinais vermelho e negro simbolizando indignação e tristeza e mostrando a repulsa de uma maioria até então silenciosa.

E agora? Rompido o silêncio, após erro estratégico palaciano em desafio que despertou aversão, a multidão de inconformados atravessou o Rubicão da indiferença e lançou nas ruas a sorte de Collor alvo da guerra pelo impeachment armada e travada nos limites do Congresso após graves denúncias surgidas fora dos seus limites. Será extremamente difícil aos líderes políticos e sobretudo aos congressistas desprezar as palpitações populares. Alterações importantes já ocorrem com recuos, rompimentos e defecções nas bases governistas. Sem querer, mais impetuosamente, Collor decretou o seu “**Alea jacta est!**” e é nas ruas que a sorte está lançada.

Explosão das massas

Surpreendente e impressionantemente, milhares de brasileiros estão ocupando as ruas das principais capitais do País, como na última terça-feira, gritando pelo impeachment do presidente Fernando Collor. Seus 30 milhões de adversários nas ruas sentem-se reforçados por insatisfeitos e decepcionados entre os 35 milhões que lhe garantiram a vitória em 1989. Frustrações e desesperanças acumuladas agora explodem nas ruas. Mais de 400 mil em São Paulo, mais de 200 mil no Rio, mais de 180 mil no Recife, mais de 80 mil em Salvador, 70 mil em Belo Horizonte e mais milhares em 30 outras cidades brasileiras. Como um fogo que se vai acendendo, gradativamente, o povo está indo às ruas, progressivamente, e em clima ordeiro com bandeiras pretas, vermelhas e verde-amarelas simbolizando sentimentos e tristeza, angústia de esperança.

De todas essas recentes manifestações, porém, tornou-se marcante e histórica a que dominou e parou São Paulo. Começou apenas com 50 adolescentes que deixaram a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) e saíram, cedinho de porta em porta dos colégios paulistas fazendo convocação para protesto cívico e democrático contra a corrupção e a impunidade. Em pouco tempo, mais de 30 mil pessoas se concentraram em frente ao Masp, na Avenida Paulista. Mais algumas poucas horas e cerca de 150 mil pessoas avançaram e tomaram a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio. E quando a noite chegou o Brasil viu, espantado e comovido, 400 mil pessoas lotando o Vale do Anhangabaú e cantando o Hino Nacional ao encerramento vibrantemente cívico da maior manifestação de toda a história do movimento estudantil brasileiro.

Quem poderia imaginar tão extraordinária mudança no comportamento coletivo dos brasileiros há três meses, quando se iniciaram os trabalhos de investigação da CPI do caso PC, após as

denúncias de Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente, contra o empresário Paulo César Farias? Então, ninguém ousaria prever que o Brasil fosse chegar ao ponto em que se encontra, verdadeira encruzilhada de sua história política. Há três meses, o povo já vinha sofrendo intensamente os efeitos agressivos da forte recessão, da resistente inflação e da escalada do desemprego, mas sem exprimir, coletivamente, qualquer rebelião. Muito menos parecia haver qualquer ensaio dos estudantes brasileiros de retorno ao processo político, dele afastados há quase 25 anos. Curiosamente, nem mesmo a CPI, com sua diligência e seriedade, estava conseguindo recuperar a confiança da opinião pública no Congresso. Dezenas de pesquisas realizadas, nacional e regionalmente, traduziram a incredulidade popular em resultado concreto, objetivo e profundo sobre a existência de uma quadrilha de corrupção operando impunemente dentro do Governo. O ceticismo generalizado aparecia, nitidamente, na expressão “não vai dar em nada”.

Entretanto, dois elementos inflamáveis tiveram força suficiente para reativar a mobilização das massas: primeiro, o desafio presidencial ao convocar manifestação nacional a seu favor que acabou em protesto; e segundo, o relatório final da CPI que correspondeu à expectativa popular e terminou acusando diretamente o Presidente da República de envolvimento com a rede de corrupção operada por PC. Ganhou o povo, assim, o combustível necessário para reacender o seu fogo de indignação e esperança, com uma energia que parecia totalmente consumida pelas desilusões. Mas, como nas reflexões de Heráclito, o filósofo, grego da escola jônica que sempre viu o povo um fogo duradouro, em parte se apagando e em parte se acendendo, os brasileiros agora explodem nas ruas em massas outra vez inflamadas por sentimento patrióticos.

Gesto de generosidade

Se o presidente Fernando Collor decidir, serenamente, como estadista, reavaliar todo o caos montado em torno de seu governo e finalmente renunciar, atendendo ao apelo de multidões de brasileiros indignados e cedendo aos conselhos de alguns de seus ministros, reconhecidamente sérios e éticos, será muito ruim para o Brasil. Nenhum País passa impunemente por uma ruptura de mandato presidencial, mesmo tendo instituições democráticas fortes e inabaláveis. Mas, se o presidente Collor permanecer ou vindo conselheiros oportunistas, sem sensibilidade popular, ferrenhamente apegados ao poder e ardorosamente defensores de interesses pessoais, ou, ainda, videntes ilusionistas, e não renunciar, coitado do Brasil, será muito pior.

Este é o drama que atormenta a vida nacional hoje, horas depois de deflagrado na Câmara dos Deputados o processo de impeachment de Collor, por iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Como justificou o presidente da ABI, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, com a maior parte de seus 95 anos dedicada à defesa da moralidade nos negócios públicos e da liberdade democrática, o pedido de impeachment é um dever cívico exigido pela maioria da população. Manifestações e pesquisa de opinião mostram, clara e incontestavelmente, que, enquanto mais de 30 por cento dos brasileiros estão aprovando o impeachment, que é o julgamento de Collor pelo congresso, 60 por cento querem que o Presidente renuncie e deixe imediatamente o Governo.

É direito do Presidente insistir em rebater as acusações e provas contundentes apuradas e levantadas pela CPI do escandaloso caso PC, exaustiva e profundamente investigado durante quase três meses. Como é direito do Presidente manter-se no cargo rejeitando hipótese de afastamento, espontâneo ou negociado. A renúncia

é um ato de decisão unilateral, pessoal, que não deve ser imposta. Mas pode ser sugerida, como alternativa de sensatez, diante de circunstâncias que colocam em perigo os interesses nacionais.

Se o Presidente ouvir três respeitados e honrados ministros, Célio Borja, da Justiça, Celso Lafer, do Exterior, e Adib Jatene, da Saúde, que constrangidos pelo pântano de corrupção exposto já decidiram intimamente ir embora, mas resolveram assumir um pacto de permanência, ou governabilidade, com objetivo único de preservar a tranquilidade da administração do País, certamente terá deles um conselho sincero: É lamentável, Presidente, mas a renúncia é o caminho menos deloroso e menos traumático para o Brasil”. Porque, como indicam as mais lúcidas avaliações, com o demorado e complicado processo de impeachment o País vai sofrer muito mais, em dimensão imprevisível, sobretudo na economia já tão abalada e fragilizada por recessão, inflação, desemprego e sem o oxigênio dos investimentos. A renúncia evitará o impeachment e poupará o Brasil de um agravamento trágico da crise. Proporcionará alívio e mais rapidez na transição para o reencontro da normalidade.

Sabe-se ser muito dura e penosa esta realidade para o presidente Collor, que os define como “homem que não foge da briga, sempre disposto à luta”. O momento extremamente delicado do País, porém, está exigindo desprendimento no lugar da obstinação de herói imbatível. Sem ressentimentos, sem temores e sem sentimento de derrotado. “A renúncia não é um ato de covardia - ensina o ministro Borja - mas de respeito à opinião pública”. Como legado ficará na história o Presidente que garantiu maior liberdade econômica ao País. E sua renúncia será julgada pelos brasileiros de hoje e de amanhã como um gesto de generosidade.

O Brasil tem pressa

Será ainda mais gravemente dramática e mais traumatizante a crise brasileira de hoje se, por batalhas jurídicas ou manobras apelativas, tiver seu desfecho intencionalmente retardado. Sabe-se já ser vontade dos dirigentes e da maioria do Congresso Nacional garantir a velocidade desejada e necessária para que o País saia rapidamente dessa agonia exaustiva e retome a normalidade de sua vida social, política e econômica. Foi precioso o tempo até agora perdido como é precioso o tempo a ser ganho em favor dos interesses da Nação.

“O que o povo quer o Congresso acaba querendo”, resume esperançoso e convictamente o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, sintonizado com as aspirações populares ao definir as regras de tramitação do processo de impeachment do presidente Fernando Collor tendo claro objetivo de apressar o fim do impasse. Devem ser recusadas, porque inaceitáveis pela urgência de solução que o País reclama, as alegações que procuram defender ou justificar um ritmo de “valsa lenta”, segundo expressão do experiente e combativo deputado Ulysses Guimarães. Afinal, o processo na Câmara só exige uma autorização ou reconhecimento da denúncia cabendo ao Senado a tarefa decisiva de julgamento conduzido pelo presidente do Supremo. O importante é que o povo brasileiro tem pressa e o Congresso, sem prejuízo da legalidade, precisa ter pressa. Não há mais tempo a perder.

Desde a explosão de denúncias sobre a rede de corrupção dentro do Governo, operada pelo empresário PC Farias, segundo investigações nos âmbitos da CPI e da Polícia Federal, que revelaram absurdos chocantes e estarrecedores, ultrapassando os limites da imaginação dos melhores produtores de ficção, o Brasil está pagando altíssimo preço.

O denunciado envolvimento do Presidente da República nos escândalos, sem constatações contundentes e convincentes, além de causar enorme perplexidade, acabou paralisando setores vitais da Nação. Embora tente, a administração pública federal não consegue funcionar normalmente. Os ministros mais afinados com o Palácio do Planalto têm dedicado a maior parte do seu tempo ao esforço contra a crise. O incêndio irrompido é grande e devorador, exigindo bombeiros aplicados e verdadeiramente guerreiros.

São reconhecidamente fortes e danosos os efeitos da crise política sobre os sistemas financeiro e produtivo do País em permanente expectativa de um horizonte mais seguro. Aprofundou-se o abismo da recessão, ampliou-se a massa de desempregados e aumentou a resistência da inflação. Estão sem cumprimento as metas fixadas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre, os credores internacionais estão desconfiados e os investidores retraídos aguardando a passagem da nebulosidade. São muitos os malefícios que as incertezas produzidas pela crise política têm proporcionando à economia brasileira. Elas impedem inclusive o Governo de adotar novas medidas para correção de rumo e mudança de perspectiva.

Um desfecho rápido para a crise é a melhor resposta que o Brasil pode obter para sair desse ciclo perigoso que acumula turbulências e amplia os riscos de maior instabilidade política e econômica. A rapidez na conclusão do processo de impeachment é fundamental para mudança desse cenário. Como apoio ao Congresso para que assim proceda milhões de brasileiros estão nas ruas clamando por justiça, honestidade, caráter, dignidade e responsabilidade. De esperanças renovadas, sentem que chegou a hora decisiva para recuperação moral e econômica. Em nome desse novo tempo, sob o signo da ética, o Brasil tem pressa.

CB, 10-09-1992

A força da cidadania

Milhões de brasileiros estiveram ontem ligados ao rádio e na televisão, atentos e tensos, acompanhando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que acabou determinando votação aberta na Câmara para o impeachment do presidente Fernando Collor. Como se fosse, e foi, um momento significativamente importante para o Brasil. Assim como os brasileiros se portam na defesa ardente dos sentimentos e das cores nacionais em jornadas empolgantes da Seleção de Futebol ou em provas emocionantes da Fórmula 1. Cada pronunciamento, seguido de voto, dos ministros do STF ganhou nas ruas, residências e escritórios no Brasil inteiro, atenções, interesses, envolvimento e vibração compatíveis com a ansiedade nacional por vitória consagradora contra a imoralidade, a corrupção e a impunidade.

Com o Supremo tendo aberto sua sessão plenária de julgamento extremamente concorrido, para transmissão nacional de rádio e televisão, fato inédito em seus 164 anos de existência, os brasileiros puderam alimentar ainda mais a força de cidadania que tem sido resgatada, gradativamente, em meio à delicada e grave crise política e administrativa da Nação. Além de garantir plena transparência no julgamento do mandado de segurança presidencial contra regras definidas pela Câmara sobre o impeachment, o Supremo atendeu ao imenso interesse popular nos rumos políticos do País. Até as crianças, em dezenas, deram um espetáculo de fervor cívico ontem levando flores da Primavera ao Supremo onde formaram uma bandeira de amor ao Brasil.

Depois de tantas adversidades nos últimos dois anos e sobretudo nos últimos meses, o povo brasileiro expõe agora um surpreendente amadurecimento político e uma consciência cívica que parecia esgotada por massacrantes desilusões em passado recente. O retorno às ruas de velhos e jovens, com bandeiras de pro-

testo, muita energia e entusiasmo, é a mais forte e incontentável demonstração de que há uma reconquista da cidadania. Largaram na frente milhares de aposentados. Durante meses eles fizeram manifestações em defesa do reajuste dos 147 por cento. Brigando na Justiça, ocupando corredores e gabinetes de tribunais, e desfilaro seus protestos e reivindicações pelas ruas do País, os mais velhos e aposentados provaram que idade não aposenta o espírito de cidadania. Em defesa dos seus direitos, enfrentaram policiais armados e até foram agredidos. Mas, disseram veementemente ao Brasil que podem estar cansados de humilhação e desprezo, mas não perderam a disposição de viver e lutar.

Após a extraordinária lição dos mais velhos, agora o País recebe a lição dos mais jovens. Milhares de estudantes, secundaristas e universitários, estão mobilizados em todo o Brasil, enchendo ruas e praças em manifestações expressivas e pacificamente, gritando apoio ao impeachment de Collor. Desde a convocação presidencial, apelando para a batalha das cores, entendida como provocação, eles não saíram mais das ruas. De caras pintadas, vibrantes e confiantes, puxaram multidões de 200 mil no Rio, 750 mil em São Paulo, 300 mil no Recife e outras de milhares nas principais capitais brasileiras. Como os velhinhos aposentados em luta determinados, os estudantes estão bradando sua revolta contra os que fraudaram a confiança do povo e querem participar, decisivamente, da renovação do País em busca de um futuro com dignidade. Enfim, os escândalos de corrupção revelados pela CPI do caso PC produziram um sentimento de indignação que recuperou a consciência de cidadania. E novamente os brasileiros descobrem que são os cidadãos juntos, exercendo seus direitos, que fazem a vontade da Nação.

Brasil tem nova cara

O que é uma Nação? Existem muitas definições e interpretações, algumas inclusive demasiadamente simples e restritas, considerando apenas povo e território, quando povo e território apenas nem sempre fazem uma nação. Em estado de reflexão sobre os mistérios e as pulsações que revelam a identidade de cada nação, o audacioso acadêmico e idealista historiador francês do século passado Ernest Renan assim se expressou conclusivo: “Uma nação é uma alma, um princípio espiritual”.

Em memorável ressaca cívica, o Brasil está, desde ontem, vivendo e experimentando, novamente, esse sentimento nobre e saudável que faz o povo se sentir orgulhoso de sua Pátria, consciente de sua capacidade de reação aos infortúnios, seguro de uma vontade, dono do seu destino, cheio de esperança e confiante no futuro. Quase um sonho até pouco tempo inimaginável, depois que o País, sufocado por devastadora onda de pessimismo, ainda foi cruelmente submetido a tormentoso pesadelo pela descoberta de uma rede criminosa de corrupção dentro do Governo, envolvendo o Presidente da República.

Mesmo abatido em suas ilusões pela falta de dignidade moral na administração pública, mesmo arrasado pelas vicissitudes e adversidades da crise econômica e social massacrante e mesmo humilhado pela arrogância e pelo desprezo dos que não souberam honrar a confiança recebida, o povo brasileiro, sofrido, angustiado, amargurado e desesperançado, foi buscar no fundo do poço, sabe Deus como, a pouca energia ainda existente mas suficiente para determinar o revigoramento da vontade coletiva. De forma absolutamente imprevisível.

Com a sabedoria acumulada em duras experiências históricas, os brasileiros se agarraram na chance de uma CPI, surgida

desacreditada, como tantas outras, e disposições foram à luta. Os desdobramentos escandalosos da CPI do caso PC, mostrando o presidente Fernando Collor beneficiário e omissos diante de operações bilionárias e fraudulentas, fermentaram decisivamente a revolta e a indignação do povo. Como sempre souberam virar páginas da história, os estudantes brasileiros puxaram para as ruas o sentimento explosivo latente em toda a sociedade.

Vestindo preto, vermelho e verde-amarelo, com faixas nas cabeças, bandeiras e bandeirolas improvisadas, ocuparam ruas e praças das principais cidades do País disseminando entusiasmo e produzindo sinergia com seus rostos pintados e o grito pacífico de guerras “Fora Collor”. Com alegria e irreverência em passeatas e carreatas movidas pelo idealismo e pelo sonho de um Brasil melhor, rapidamente contaminaram multidões. O grito das massas agitadas em todas as partes do País, pedindo o impeachment, chegou forte e definitivo ao Congresso Nacional. Sintonizada com os anseios do povo, a Câmara dos Deputados, em dia histórico e inesquecível para a Nação, decidiu, por votação esmagadora, 441 vozes contra somente 38, afastar o Presidente da República, por crime de responsabilidade. O Brasil explodiu em festa e emoção nas ruas e, chorando e gritando de alegria, os brasileiros “lavaram a alma”, como interpretou em sua manchete o **CORREIO BRAZILIENSE**.

Uma lição histórica do Brasil para o próprio Brasil, do Brasil para a América Latina e para o mundo. Um presidente afastado segundo o rito democrático, cumpridos todos os procedimentos legais e constitucionais. Um presidente afastado sem tumulto, sem desordem sem golpe, sem intervenção militar, sem sangue. Democraticamente e civilizadamente. O Brasil retirou a lama jogada em sua imagem no exterior, exibindo impressionante amadurecimento político, e os brasileiros reconquistaram o sentimento patriótico e o orgulho de uma nação com dignidade.

CB, 01-10-1992

União pelo novo Brasil

Missão histórica e extremamente delicada para o presidente Itamar Franco. Chefe de um governo interino e emergencial, que pode se tornar definitivo com o julgamento e o impedimento do presidente Fernando Collor, Itamar tem a grave e intransferível responsabilidade de garantir ao Brasil fôlego e energia para sair de sua mais profunda crise econômica, social, política e moral. O maior e mais urgente desafio é encontrar e adotar medidas e soluções para sérios problemas que atingem e afligem dramaticamente a maioria do povo em crescente marginalidade sob as tensões do desemprego e da fome.

Além de um governo sem corruptos e com plena honra-dez, o povo está reclamando uma administração de solidariedade humana. O próprio presidente Itamar revela-se sensibilizado com a tarefa gigantesca que precisa ser enfrentada com determinação e agilidade: “Há emergências que exigem providências imediatas”, confessa preocupado, mas sem temor. O novo governo, além do propósito firme de mudança, segundo a ordem vinda do povo, tem como apoio fundamental uma força extraordinária e contagiante que é a esperança nacional restaurada. O Brasil conseguiu sair do abismo de pessimismo e depressão em que se encontrava. E como bem que resultou do mal feito pela corrupção ao País os brasileiros estão agora fortemente dominados por um sentimento de união e confiança em dias melhores e venturosos.

Para isso, o governo Itamar precisa ter um Ministério formado por homens que sejam tecnicamente competentes, politicamente habilitados, operacionalmente eficientes e moralmente dignos, assim como indicam as carreiras públicas e vidas pessoais até agora escolhidos. Que sejam notáveis e famosos no exterior, não há necessidade. O que move as críticas que reduzem os nomeados a “ministros simples” são argumentos precipitados, pre-

concebidos e preconceituosos, inspirados por intolerável colonialismo cultural e econômico interno. O povo brasileiro, certamente, não está preocupado com a notabilidade ou a simplicidade dos ministros e sim com a capacidade deles para resolver os problemas que afetam a Nação. Depois, simples não significa simplório, normalmente expressa ausência de arrogância e quase sempre representa qualidade.

Da mesma forma, o desejo geral de eficiência e honestidade está desvinculado totalmente de eventuais interesses partidários. Os últimos resultados eleitorais municipais no Brasil, ainda sob o impacto do pedido de impeachment de Collor, mostram, claramente, que o povo não está amarrado aos partidos nem às suas lideranças. Exibem também duras derrotas impostas ao governador Leonel Brizola por ter ficado, temporariamente, do outro lado da margem onde estava o povo batalhando. É na interpretação das palpitações dessa nova realidade brasileira que estão comentando erro os dirigentes do PMDB e do PT, Orestes Quécia e Luiz Inácio da Silva, rejeitando participação no Ministério de Itamar. Isso contraria frontalmente a expectativa popular de união de todos para reconstrução nacional.

Assimiladamente, Lula justificava que o PT só será governo para executar seu programa de governo quando o governo for do PT. Cautelosamente, Quécia diz que o PMDB fica de fora para o presidente Itamar ter mais liberdade de governar. Em verdade, ambos estão pensando é na eleição presidencial de 1994 e querem evitar os desgastes que todo governo proporciona. Depois de atenderem ao clamor do povo para o afastamento de Collor, agora precisam respeitar o sentimento de união nacional pela restauração do Brasil. Sempre lembrando que, mais tarde será a vez do povo julgar quem colocou seus projetos pessoais acima dos interesses da Pátria.

CB, 08-10-1992

O Brasil de Itamar

Depois de assustar o Rio de Janeiro, expulsando agressivamente das praias milhares de pessoas, e espantar turistas do mundo inteiro com as imagens de um Brasil em pânico, transmitidas pela televisão para numerosos países, os assaltos por bandos de jovens organizados em arrastões, que se aproveitam da descontração de grandes aglomerações populares, já se espalham pelo Espírito Santo, São Paulo, Ceará e outros pontos do País. A insegurança e o medo aumentam sobretudo nas grandes capitais.

Embora o problema possa ser tratado como um novo fenômeno de violência armado pela marginalidade, exigindo resposta imediata e firme das autoridades de segurança e dos órgãos policiais, é também um reflexo da dramática situação social em que se encontra o País, jogado pelo governo Collor no abismo de profunda recessão. Segundo indicadores oficiais do Ministério do Trabalho, já são mais de cinco milhões de brasileiros desempregados. São Paulo, o maior centro, tem um milhão 300 mil pessoas sem trabalho. Brasília está com 121 mil desempregados. Fome e miséria cresceram acentuadamente nos últimos dois anos e, agora o presidente Itamar Franco, com missão emergencial e histórica de extirpar a corrupção das entranhas do poder, que desprezou solenemente o povo, tem diante de si um Brasil, ao mesmo tempo, esperançoso e explosivo.

“O País está à beira de uma convulsão social”, conforme avalia o próprio presidente Itamar, preocupado e consciente de que a realidade é extremamente difícil para o Governo e para a população. Os estragos da recessão atingem quase todas as atividades econômicas, os juros altíssimos impedem financiamentos para investimentos, o desemprego permanece correndo acelerado, a inflação em alta vai reduzindo, progressivamente, a capacidade de sobrevivência de milhões de brasileiros. Do jeito que as coisas

estão, obviamente não podem continuar. “O tecido social pode sofrer um problema gravíssimo, pode explodir”, teme Itamar, angustiando porque seu Governo tem que correr contra o tempo e porque o povo precisa, uma vez mais, ser paciente mesmo parecendo estar no limite do esgotamento.

Além dos entendimentos entre Governo e Congresso para apressar a aprovação de uma reforma fiscal ampla e absolutamente necessária, algumas medidas devem ser urgentemente adotadas em socorro à população mais carente e sacrificada. Como a resposta de venda de cesta básica de alimentos pela metade do preço para cinco milhões de famílias com renda até um e meio salário mínimo. Ou a redução dos reajustes de prestações da casa própria para trabalhadores de baixa renda ou sobretudo os que estão desempregados. Casa e comida são dois graves problemas que afligem milhões de brasileiros apelando por socorro.

Simultaneamente, é fundamental que o Governo corra nos estudos, entendimentos e decisões visando ao retorno do crescimento econômico em médio prazo e buscando redução significativa do desemprego em curto prazo. Propostas existem. A indústria automobilística, por exemplo, está pondo novamente em discussão o incentivo às exportações e a diminuição de impostos sobre veículos. Com isso, prevê, poderia elevar a sua produção de um milhão para um milhão e 500 mil carros, garantindo expansão do mercado e empregos diretos e indiretos para mais de cinco milhões de pessoas. Abrir empregos é uma questão prioritária e todas as alternativas devem ser cuidadosa e interessadamente analisadas. O importante é que o Brasil consiga reunir energias para sair dessa crise, evitar uma explosão social e dar uma arrancada para nova fase de prosperidade. Este é o grande desafio imposto ao governo Itamar.

Fronteira das tensões

Quando o presidente Itamar Franco, com a responsabilidade política e administrativa de chefe da Nação, declara, abertamente, que “o Brasil está vivendo uma situação muito difícil, à beira da convulsão social”, além de se revelar francamente sua sensibilidade como dirigente público, sintetiza e exprime sua angústia com o quadro dramático e inquietante da realidade brasileira: É uma questão pronto-socorro, de urgência urgentíssima, retirar o Brasil dessa aguda crise econômica e social que prolonga incertezas e amplia apreensões, mas o Governo não tem condições, apesar do apoio político dentro do Congresso Nacional e do apoio popular comprovado, de imprimir a velocidade necessária e desejada na solução dos mais graves problemas que atingem o País.

Depois do furacão político que sacudiu o Brasil, após sucessivos escândalos de corrupção dentro do Governo, até chegar ao impeachment do presidente Fernando Collor, autorizado pela Câmara dos Deputados, em sintonia com os anseios da Nação, constatou-se a renovação das esperanças pela certeza de mudanças de atitudes no âmbito governamental e de redução dos desvios e abusos com o dinheiro público. O Brasil sentiu-se aliviado saindo da crise com evidente revigoração dos conceitos e preceitos morais e éticos. Mas ficaram os problemas econômicos acumulados que têm produzido crescente agravamento das tensões sociais.

Certamente esta é a maior angústia do presidente Itamar Franco: encontrar e adotar, rapidamente, um programa econômico de curto prazo que, sem representar mais danos à indústria nacional e ao parque produtivo brasileiro, possa garantir fôlego aos milhões de brasileiros abatidos pelos duros golpes de uma recessão cujos efeitos são reconhecidamente perversos e preparar ambiente para uma retomada do processo de desenvolvimento. Não dá para o Presidente alimentar ilusões, nem para sua equipe econômica cometer

aventuras. Mas, o Governo não pode também ser muito lento porque os problemas crônicos podem tornar inevitável a convulsão social que se apresenta como ameaça no desenho analítico que o próprio Itamar faz de atualidade de olho na fronteira das tensões.

Além de ter que reorganizar uma máquina administrativa federal desmantelada, em nome de uma racionalização que acabou sendo confundida e transformada em centralização geradora de abrigos invisíveis de ilícitos e ilicitudes, o governo Itamar tem que agir com firmeza e rapidez para alterar, eliminar ou reduzir as incertezas e riscos que degeneraram o tecido social brasileiro. São muitos os problemas, mas alguns definitivamente mais preocupantes porque acumulam causas e efeitos: a recessão econômica aprofundada, que já desempregou mais de cinco milhões de brasileiros e jogou 13 milhões de trabalhadores no mercado informal; o empobrecimento da classe média, cada vez mais com o seu poder de compra reduzido, portanto, mais e mais formada por menos consumidores; mais de 15 milhões de brasileiros, do total de 62 milhões ocupados em alguma atividade produtiva, recebendo apenas até o salário mínimo que não alcança os cem dólares; milhões de marginalizados, esmolando em cidades em fuga das zonas rurais abandonadas; e o aumento expressivo do contingente de miseráveis sobretudo nas periferias urbanas.

Com tantos e tão delicados problemas econômicos e sociais, o Governo Itamar só tem mesmo um caminho: adotar, com o apoio do Congresso, um programa de curto prazo para resolver as emergências seguido de um projeto mais duradouro, coerente e convergente. Seguro da permanência administrativa sem os incômodos da interinidade e consciente de que o Brasil, que já perdeu os últimos dois anos expressivamente tumultuados, não pode aceitar, passivamente, a paralisia e o retrocesso de quase a metade de uma década comprometendo suas perspectivas na abertura do novo milênio. É hora da virada para virar o século com horizonte de prosperidade.

CB, 19-11-1992

Tensões da transição

Embora ainda muito nova, com apenas sete anos contados desde 1985, quando encerrado o período de mais de 20 anos de regime militar, a recente experiência democrática brasileira é surpreendentemente rica em lições políticas e sociais que muito podem ajudar o Brasil na ultrapassagem de obstáculos do presente e na construção do seu futuro. Lições, algumas delas demasiadamente frustrantes e traumáticas, mas inegavelmente estimuladoras de reflexão, germinadoras de renovação, propulsoras de mudanças, produtoras de amadurecimento e, no conjunto, responsáveis por fecundo aprendizado. Como o último episódio mais palpitante, do processo de impeachment do presidente Fernando Collor, causando espanto e admiração até em algumas nações desenvolvidas, de veteranas e consolidadas democracias.

Fazem parte desse intenso aprendizado político do povo brasileiro conflitos e perturbações de governabilidade após choques mais ou menos fortes sobre os alicerces das instituições. Assim aconteceu com o governo do presidente José Sarney. Assumindo a chefia da Nação em situação de emergência, após o martírio e morte do presidente Tancredo Neves, Sarney teve imensas dificuldades para administrar forças heterogêneas reunidas sob a bandeira da redemocratização. Enfrentou meses atribulados, procurando definir uma orientação segura para um Ministério que não havia escolhido e que não era de sua absoluta confiança pessoal. Durante muito tempo ficou sendo visto e tratado como o vice substituto de Tancredo infelizmente falecido. Levou tempo para que Sarney fosse assimilado como Presidente de fato. Aos olhos da Nação, somente quase um ano depois com a explosão do mirabolante Plano Cruzado, que lhe garantiu consagração popular. Além dessas tensões próprias de uma transição de emergência, Sarney ainda teve diante de si as inquietações de uma reforma constitucional que mexeu com os mais variados interesses nacionais. Sem condições para

resolver os graves problemas econômicos, seu governo garantiu no entanto, extraordinário avanço político.

Situação semelhante vive o Brasil de hoje. Menos traumática, mas não menos confusa. Com o processo de impeachment de Collor, pedido pelo povo nas ruas e praças públicas, a Nação está novamente submetida a uma mudança de governo em condição de emergência. Constitucionalmente assumiu o vice Itamar Franco que, respaldado por expressivo apoio político e popular, montou sua própria equipe ministerial e iniciou reforma administrativa para um governo compatível com as exigências e necessidades do País, mergulhado em profunda recessão econômica e próximo da explosão social. Mas, enquanto não houver o julgamento de Collor no Senado, previsto para dia 18 de dezembro agora, quando ocorrerá o impeachment definitivo segundo a expectativa geral, Itamar defronta-se com os embaraços éticos e os limites de prudência de um vice-presidente no exercício da Presidência. Tem que agir com rapidez e eficiência para reduzir as tensões sociais acumuladas e agravadas, mas também precisa aguardar o desfecho final da questão do Presidente afastado para, então, governar com firmeza, segurança e objetividade. Sem governo terá ainda que operar grande esforço de articulação política, porque, assim como Sarney, logo estará diante de uma revisão constitucional.

São flagratamente insuficiente os espaços políticos e econômicos atuais para programas ousados e arrojados com a veloridade que alguns dirigentes e líderes de setores importantes da Nação, mais apressados, estão reclamando. A fragilidade e a complexidade do governo Itamar iniciante exibem a fragilidade e a complexidade de um Brasil politicamente em transição de emergência. Sabiamente, o povo já compreendeu que o governo Itamar precisa de tempo e assim, com certeza, aguardará pacientemente, para depois cobrar, como tem feito em nossa realidade histórica.

CB, 26-11-1992

O relâmpago Krause

Como relâmpago, surpreendente e breve, passou Gustavo Krause pelo governo Itamar Franco. Primeiramente indicado ministro do Interior, o professor de direito e legislação tributária, ex-vereador e ex-prefeito do Recife, ex-governador de Pernambuco, deputado federal, escritor e boêmio foi surpreendido e surpreendeu sendo anunciado ministro da Fazenda. Antes mesmo de assumir viu-se bombardeado por críticos sobretudo de empresários do Sul pondo em dúvida sua capacidade ou questionando seu provincianismo. O mercado financeiro reagiu ao seu nome negativamente, com as bolsas de valores em queda e o dólar em alta. Lá fora, banqueiros credores da dívida externa e investidores mani-festaram-se perplexos, preocupados e, ao mesmo tempo, desconfiados e irônicos.

De repente lançado ao cenário nacional e internacional no poderoso posto de comando da economia brasileira, experimentando o enorme peso da história e a responsabilidade política com o País, Krause sentiu, simultaneamente, o orgulho e o desconforto pela condição de nordestino. Orgulho, pela consciência do saber ser, saber sentir e saber fazer aprendido e apreendido na permanente luta contra as adversidades que faz rica e insuperável a história do Nordeste e de sua valorosa gente. Desconforto, por preconceitos e prevenções inaceitáveis, como se inteligência e capacidade fossem privilégios determinados condicionalmente por fato geográfico. Prova ao contrário o Nordeste, socialmente pobre mas culturalmente rico.

Com serenidade e dignidade, desprezando hipocrisias que alimentam fraquezas humanas, Krause sob enfrentar, sem alterar sua autenticidade, os julgamentos precipitados. Gradativamente foi revertendo expectativas dos que não lhe conheciam. Com experiência e habilidade, transformou o Congresso no seu principal campo de ação negociando uma política econômica com prioridade

para a questão social. Conseguiu resultados significativos no encaminhamento da revisão e de acordos em torno da reforma fiscal necessária ao reordenamento da economia brasileira. Abriu diálogo sincero com os empresários sem aceitar quaisquer soluções mágicas para os graves problemas nacionais. Confiante e seguro, rapidamente Krause conquistou confiança e acumulou credibilidade.

Mas 74 dias após assumir, ao constatar nuvens de dúvidas e inquietações no horizonte do Palácio do Planalto, colocando em risco a sua respeitabilidade na condução do processo de recuperação econômica do País, Krause exercitou a sua têmpera de pernambucano de Vitória de Santo Antão. Pediu demissão, como uma descarga elétrica inesperada. O mais surpreendido com a decisão tranquila mas irrevogável de Krause foi o próprio presidente Itamar Franco: “O Governo da República perde um auxiliar extremamente dedicado, lúcido diante da necessidade de soluções dos problemas nacionais, sensível para a gravidade da questão social, um homem digno e solidário, de lealdade inquestionável”.

Ao deixar o Governo, dignamente, os críticos de primeira hora não lhe negaram o louvado como um homem inteligente, negociador hábil, político sensível e técnico competente. O ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura, o deputado Delfim Netto resumiu: “Krause é um sujeito decente, um bom profissional, um bom político, que não teve a oportunidade de pôr em prática o seu programa”. Perdeu o Governo e ganhou o Galo da Madrugada, tradicional bloco de frevo de Pernambuco, agitado com a certeza do brilho de Krause no desfile do próximo carnaval arrastando multidões. Gustavo, o Breve, deixa na Esplanda a marca de crítico severo do Estado e Krause, o Longo, se reintegra aos numerosos intelectuais que animam as noites poéticas do Recife reiluminadas pela volta do boêmio. Afinal, sustenta Krause, “o boêmio ama a noite sobre todas as coisas”.

CB, 24-12-1992

Ordem e Progresso

Chega ao fim 1992, um ano que entrou definitivamente para a história do Brasil pela sua volumosa carga de acontecimentos turbulentos e depressivos, além de alguns surpreendentes. Um ano cheio de ansiedades, inquietações, incertezas e perplexidades. Olhando-se para trás em rápida retrospectiva, parece até inacreditável que o Brasil e os brasileiros tenham suportado e ultrapassado tudo o que aconteceu em apenas 365 dias de um ano que prometia mudança, mas não tão nervosas e radicais.

Economicamente, um ano duríssimo. Os empresários enfrentaram enormes dificuldades e obstáculos de produção e consumo, apesar da abertura de mercado. Nunca os trabalhadores sofreram tantos efeitos amargos de uma crise econômica no Brasil. O aprofundamento do abismo da recessão jogou nas ruas mais de cinco milhões de brasileiros, desempregados, transformados em biscateiros ou simplesmente mendigos. Os setores produtivos passaram o ano sobressaltados sem qualquer segurança quanto aos rumos da economia. Resistente e devoradora, a inflação permaneceu alta reduzindo velozmente o poder aquisitivo dos trabalhadores. Sem apelação, a classe média foi expulsa do paraíso. O drama de sobrevivência tornou-se o tormento da maioria dos 150 milhões de brasileiros. Poucos atravessaram o ano sem abatimento e sem depressão.

Socialmente, um ano assustador. Uma onda de sequestros sacudiu o Brasil. Somente no Rio de Janeiro 146 pessoas foram sequestradas, muitas ainda desaparecidas neste final de ano. A insegurança aumentou nos principais centros urbanos onde a ousadia e o aparelhamento dos bandidos superaram a vontade e a eficiência da polícia. Assaltos violentos se verificavam em várias partes do País. Além do Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife e outras capitais experimentaram novas modalidades de ação criminosa,

como os arrastões deixando suas populações em pânico. Correram o mundo as impressionantes imagens dos arrastões nas praias do Rio, cidade aflita sob as pressões e o terror de comandos criminosos. O aumento da pobreza e da ignorância fez progredir a marginalidade e a violência.

Politicamente, um ano agitadoíssimo. Denúncias feias ao Congresso sobre gigantesco esquema de tráfico de influência dentro do governo, montado e operado silenciosamente pelo empresário Paulo César Farias, com o auxílio de uma fiel legião de fantasmas, deixaram a Nação em estado de choque com escândalos de corrupção envolvendo o presidente Fernando Collor. Da perplexidade e da apatia, os brasileiros passaram à indignação e, com determinação, ocuparam ruas e praças públicas exigindo o impeachment de Collor. Milhões de crianças, jovens e velhos seguraram patrioticamente a bandeira da moralidade e apoiaram o congresso na decisão pelo afastamento do primeiro presidente eleito democraticamente após a transição do autoritarismo em mais de 20 anos. Sob o trauma da decepção política e da frustração de muitos sonhos, o Brasil deu ao mundo prova de maturidade cívica e institucional. Os abusos de poder e a corrupção deixaram o Brasil infeliz e revoltado. Mas, o impeachment resgatou a confiança dos brasileiros em seu próprio país e a imagem de seriedade abalada no exterior. Devolveu à alma nacional as esperanças perdidas.

São essas esperanças, agora renovadas em torno do governo Itamar Franco, comprometido com a decência administrativa e consciente da imperiosa necessidade de Justiça social e urgente no País, que fazem os brasileiros crentes e otimistas nesta virada de ano. Cofiantes em que o Brasil, durante 1993, na direção da ordem social, da moralidade pública e do progresso econômico. Chega de desajustes sociais, chega de recessão. A bandeira do Brasil é da ordem e do progresso.

CB, 31-12-1992

Feliz Brasil Novo

Sem arrogância de poder, sem angústia de incertezas, sem certeza de falsidades e sem sobressaltos de manobras palacianas espetaculares. Um sentimento de alívio domina a Nação Brasileira neste início de ano novo, passados todos os dramas e traumas produzidos no governo extinto legal e democraticamente pelo processo de impeachment. O Brasil está começando 1993 com novo Governo liderado pelo presidente Itamar Franco, que tem o apoio do Congresso e da maioria dos brasileiros. Há confiança no novo Presidente pela sua reconhecida conduta pública de austeridade, decência e moralidade e estão renovadas as esperanças depois de um enorme pesadelo que deixou o Brasil tomado de inquietações, desilusões e frustrações.

Com impressionante determinação e resistência, os brasileiros souberam reativar suas energias aparentemente perdidas e, em defesa da ética, promoveram pacificamente a mudança necessária dando ao mundo uma lição de espírito cívico, consciência patriótica e maturidade política. Acabou-se o tenso e tumultuado governo Collor por exigência do povo indignado e mobilizado e instalou-se um novo Governo com o dever principal de administrar o País sem permitir que bandos inescrupulosos se infiltrem nas estranhas do poder para assaltar os cofres públicos.

Dois anos apenas de mandato representam, efetivamente, muito pouco tempo, um tempo curtíssimo, para o governo Itamar Franco poder atender criteriosa, responsável e satisfatoriamente, aos numerosos desejos e anseios dos brasileiros sufocados e empobrecidos por violenta e perversa recessão praticada em nome de uma ilusória modernidade. Mas, se seu governo conseguir reorganizar a administração pública federal, promover ampla reforma fiscal, reduzir gritantes disparidades sociais e reanimar a atividade econômica, já terá correspondido à expectativa nacional e, certa-

mente, recolocado o Brasil no caminho da prosperidade.

É uma tarefa grandiosa que não poderá ser cumprida solitariamente pelo Governo, muito menos apenas pelo Presidente. Exige solidariedade, compreensão, entendimento, união e participação de todos os brasileiros. Dos políticos, dos empresários e dos trabalhadores. Dos militares, dos intelectuais, dos cientistas, dos pesquisadores e dos religiosos. De todos, enfim, que contribuíram para a mudança histórica consolidada na virada do ano ou que estão empenhados na construção de um Brasil realmente novo, social e economicamente harmônico sob a bandeira da ética e da dignidade.

Na política econômica, o que os brasileiros querem já foi assumido como compromisso público pelo presidente Itamar: “Queremos modernizar o País e o modernizaremos sem empobrecer a classe média e sem agravar o sacrifício dos trabalhadores”. Para isso, é necessária forte e decisiva colaboração dos empresários racionalizando custos, aumentando a produção, garantindo mais empregos, evitando a especulação e participando, conscientemente, da luta contra a inflação. Os trabalhadores também devem cooperar não radicalizando as campanhas salariais e compreendendo os ajustes da transição. De todos é exigida sensibilidade para entender que somente o esforço coletivo pode antecipar a solução de graves problemas e tirar o País da crise.

Quanto à questão ética, também é compromisso público de Itamar: “Este será um governo honrado e conta com a vigilância do povo na defesa da moralidade e contra a corrupção”. Além da mudança de estilo e de orientação ética presidencial, existe um novo Governo disposto a vencer os desafios sem açodamento mas com serenidade, sem espetáculo mas com responsabilidade. Há motivos consistentes para o otimismo que se verifica no País e para crença num feliz Brasil Novo.

CB, 07-01-1993